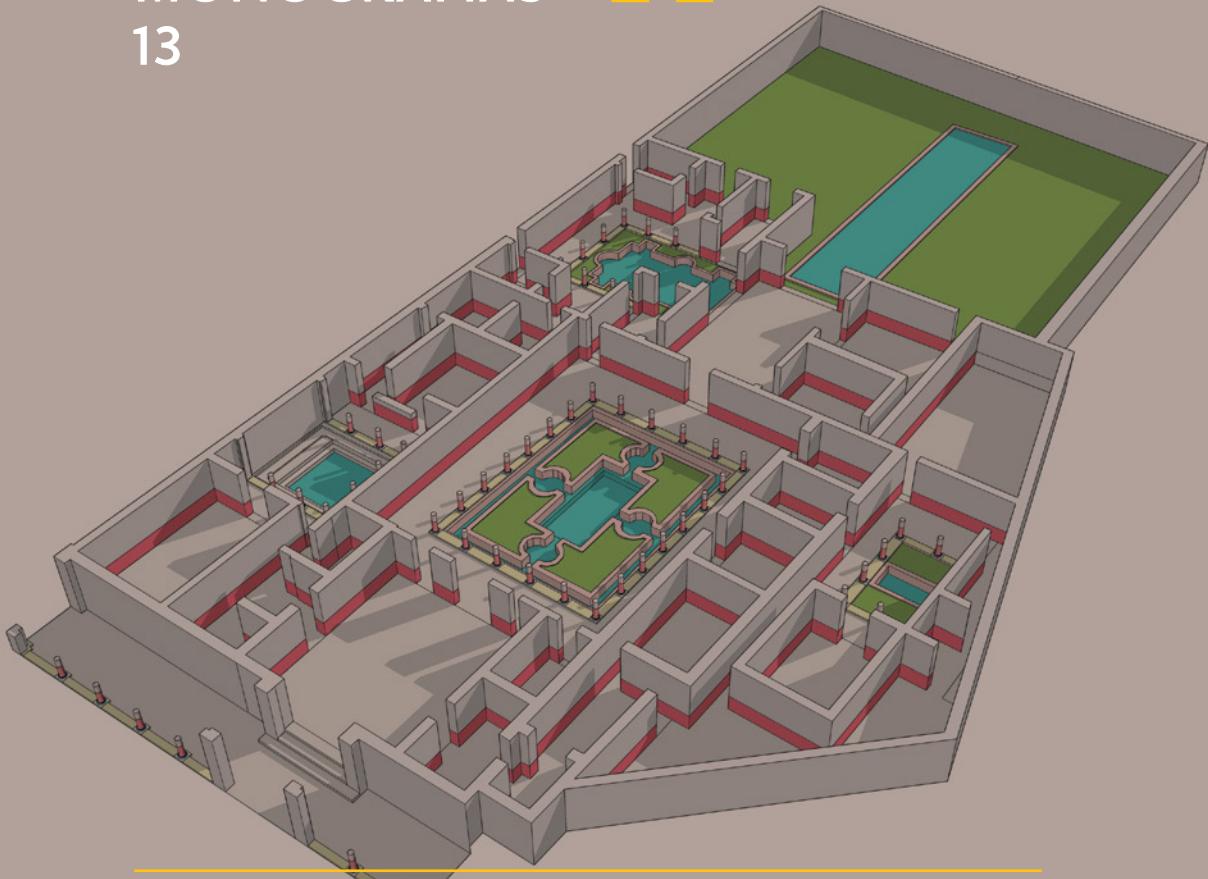


MAP

MONOGRAFIAS

13



A DOMUS ROMANA NO NO PENINSULAR. ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO E SOCIALIZADES

THE ROMAN DOMUS IN NW IBERIA. ARCHITECTURE, CONSTRUCTION AND SOCIABILITIES

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

MAP

MONOGRAFIAS
13

A DOMUS ROMANA NO NO PENINSULAR.
ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO E SOCIALIDADES
THE ROMAN DOMUS IN NW IBERIA.
ARCHITECTURE, CONSTRUCTION AND SOCIALITIES

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

MAP
ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES



Série . Serie
Monografias AAP

Edição . Edition
Associação dos Arqueólogos Portugueses
Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa
Tel. 213 460 473
secretaria@arqueologos.pt
www.arqueologos.pt

Direcção . Direction
José Morais Arnaud

Coordenação . Coordination
Andrea Martins

Tradução para a versão em Inglês . English translation
Armando Lucena

Design gráfico . Graphic design
Paulo Freitas

Desenho da capa . Cover illustration
Restituição da planimetria da 'Casa do Cantaber' em Conimbriga. © F. Magalhães

Impressão . Print
Europress, Indústria Gráfica

Tiragem . Copies
200 exemplares

ISBN
978-972-9451-95-9

Depósito legal . Legal Deposit
521226/23

© Associação dos Arqueólogos Portugueses
O texto desta edição é da inteira responsabilidade da autora.

MAGALHÃES, Fernanda Eugénia Puga de (2023) – A *domus* romana no NO peninsular.
Arquitetura, construção e sociabilidades. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses
(*Monografias AAP*, 13).

5 **EDITORIAL**

José Morais Arnaud

7 **A DOMUS ROMANA NO NO PENINSULAR. ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO
E SOCIAILIDADES**

43 **FIGURAS**

FIGURES

55 **THE ROMAN DOMUS IN NW IBERIA. ARCHITECTURE, CONSTRUCTION
AND SOCIAILITIES**

Monografia 13 – AAP



Monografia 13 – RepositóriUM



EDITORIAL

José Morais Arnaud
Presidente da Direcção

O trabalho que agora se publica é o 13º da Série de Monografias editadas pela Associação dos Arqueólogos Portugueses, que tem o objectivo de divulgar os melhores trabalhos de investigação realizados em Portugal, no domínio da Arqueologia, com especial destaque para os que foram distinguidos pelo júri do Prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão, instituído em 2015.

É o caso do trabalho *A domus romana no NO Peninsular. Arquitectura, construção e sociabilidades*, da autoria da Doutora Fernanda Eugénia Puga de Magalhães, que foi apresentado em 2019 como tese de doutoramento em Arqueologia na Universidade do Minho e que foi galardoado com o Prémio em 2020, por um júri constituído por membros da Direcção da AAP e ainda pelos especialistas convidados Profs. José d'Encarnação e Vitor Oliveira Jorge, Catedráticos aposentados das Universidades de Coimbra e Porto, respectivamente.

Trata-se de um trabalho muito bem elaborado e apresentado que, partindo da revisão e sistematização de um vasto manancial de dados arqueológicos provenientes de uma das mais importantes cidades romanas da Península, *Bracara Augusta*, acumulados ao longo de várias décadas, sobretudo por arqueólogos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, e de um estudo comparativo com os dados provenientes de outras capitais provinciais romanas da Península Ibérica, conseguiu compreender a forma como as elites locais conseguiram adaptar os modelos das casas itálicas e romanas às particularidades culturais do contexto regional em que se integra. A autora procurou, ainda, compreender as funções e os usos sociais dos espaços domésticos, no contexto peninsular, abrindo novas perspectivas para o estudo antropológico da casa romana.

Tendo-se verificado que a tese de doutoramento já se encontra disponível em linha, optou-se por a disponibilizar também no site da AAP e publicar apenas um resumo alargado da mesma, em língua portuguesa e inglesa, contribuindo, assim, para a sua maior divulgação. Desta forma a AAP cumpre, em mais uma vertente, o seu papel de instituição de mérito cultural e utilidade pública sem fins lucrativos.

A DOMUS ROMANA NO NO PENINSULAR. ARQUITETURA, CONSTRUÇÃO E SOCIALIZADES

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

fmagalhaes@uum.uminho.pt

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

Resumo

O estudo da arquitetura doméstica urbana romana representa, atualmente, um estimulante campo de abordagem da sociedade romana provincial, muito articulado com o estudo das cidades, o qual tem vindo a ser potenciado pelas importantes contribuições da Arqueologia Urbana, que permitiram renovar o saber relativo ao universo provincial romano, muito para além daquele que nos foi tradicionalmente revelado pelos textos escritos da Antiguidade. É nesse contexto que se insere este trabalho, cujo ponto de partida se centra na análise e valorização da arquitetura doméstica romana de *Bracara Augusta*, uma cidade provincial que passou a ser conhecida a partir das escavações realizadas em Braga ao longo de mais de quatro décadas. Assim, o objetivo deste trabalho prendeu-se com uma necessária revisão e sistematização da vasta informação arqueográfica de Braga, tendo em vista compará-la, num primeiro momento, com os dados relativos às outras cidades capitais de conventos do NO peninsular e, num segundo, com os dados disponíveis a nível peninsular. Pretendia-se ainda compreender e refletir sobre o modo como as *domus* do NO peninsular refletiam as particularidades culturais específicas daquela região e veiculavam a importação dos modelos de casas itálicas e romanas, considerando o seu potencial enquanto contexto de abordagem do quotidiano e das sociabilidades urbanas. Tendo em vista esses objetivos procurámos valorizar as *domus* romanas de um ponto de vista arquitetónico e construtivo, o que permitiu compreender o modo como os modelos itálicos foram assimilados e como se afirmaram algumas soluções construtivas regionais. Esta abordagem permitiu atestar o grau de integração social e cultural dos proprietários e o modo como adaptaram os modelos e a linguagem da arquitetura residencial itálica. Neste sentido, procurámos analisar e discutir as funções e usos sociais dos espaços domésticos, tirando partido do conhecimento de diferentes contextos urbanos peninsulares e de novas perspetivas de estudo antropológico da casa romana.

Palavras-Chave: *Bracara Augusta*, arquitetura privada, *domus*, vida quotidiana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Associação dos Arqueólogos Portugueses a atribuição do Prémio de Doutoramento Eduardo da Cunha Serrão e a oportunidade de publicar a presente Monografia. Este trabalho envolveu a colaboração de várias pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, partilharam esta caminhada, e a elas expresso o meu reconhecimento e agradeço o contributo. E neste contexto não posso deixar de referir e agradecer também às duas pessoas que têm norteado o meu percurso científico e sido os mentores da minha formação: a Professora Maria Manuela Martins, da Universidade do Minho e o Professor Ricardo Mar Medina, da Universitat Rovira i Virgili. Tem sido um privilégio trabalhar e aprender permanentemente com eles.

NOTA INTRODUTÓRIA

A obra agora publicada corresponde à dissertação de doutoramento intitulada “*A domus romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades*”, defendida a 17 de julho de 2019, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Este trabalho de investigação foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Esta publicação resulta da atribuição do prémio de Arqueologia Eduardo da Cunha Serrão 6ª Edição (2020). Pertenco a uma geração que já não teve a sorte e o privilégio de conhecer o Dr. Eduardo da Cunha Serrão. Mas o respeito, a admiração e o carinho com que alguns dos meus professores sempre a ele se referiram, e o conhecimento que me transmitiram do papel e importância que ele teve no quadro da história da Arqueologia Portuguesa, fazem com que este prémio tenha um significado muito especial. Prémio, que eu quero acreditar, não me envolve só a mim, mas que o júri, na sua grande sabedoria, quis tornar também extensivo ao projeto em que a minha investigação se insere, e à instituição que o materializa, há mais de quarenta anos. Refiro-me ao *Projeto de Salvamento de Bracara Augusta*, o mais antigo projeto de arqueologia urbana do nosso país, e à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, criada em 1977.

O nosso trabalho centrou-se no estudo do desenvolvimento das *domus* do NO peninsular no quadro da Hispânia; na valorização das unidades domésticas a partir de um ponto de vista arquitetónico e antropológico, com o intuito de analisar as funções e os usos sociais dos espaços, recorrendo-se a outros contextos urbanos peninsulares e assim contribuir com novas perspetivas para o estudo antropológico da casa urbana romana. Com o intuito de responder aos objetivos que nos propusemos atingir, este trabalho foi organizado em três partes, ao longo das quais tentamos situar a problemá-

tica e o âmbito de estudo, descrevendo os resultados da análise detalhada das casas romanas de *Bracara Augusta*, procedendo de seguida à sua valorização no contexto dos conhecimentos disponíveis para a arquitetura doméstica da Hispânia romana.

Das diferentes zonas arqueológicas escavadas em Braga optámos por selecionar um conjunto de seis, por serem aquelas que ofereciam possibilidades de garantir uma interpretação mais fiável dos dados de campo. Elaborámos ainda uma nova base documental, que procurou utilizar uma mesma linguagem formal para todas as *domus* estudadas, organizadas e numeradas em função dos espaços abertos.

Na parte III procuramos situar a tipologia das casas romanas de Braga no contexto peninsular, recorrendo-se, para o efeito, à sua comparação com os exemplares de casas de várias cidades de cronologia tardo republicana e imperial, sobretudo da Tarracense, mas também da Lusitânia, tendo-se produzido plantas interpretadas para efeitos de ilustração da nossa análise, tendo as mais ilustrativas sido objeto de modelos 3D.

As análises funcionais, sociais e antropológicas das habitações permitiram compreender os elementos estruturantes dos projetos arquitetónicos que são condicionados por 4 variáveis principais: topografia do terreno a edificar, forma e dimensão dos lotes, capacidade financeira, atividades, estatuto e gosto dos proprietários. Desses condicionantes emerge um projeto construtivo específico, que deu forma à casa e aos seus subconjuntos, condicionadores de funções e usos específicos dos mesmos por parte dos seus moradores.

Com este trabalho conseguimos perceber que as *domus* não representam modelos, nem categorias tipológicas rígidas, mas sim o resultado do uso de uma linguagem e de um léxico arquitetónicos, adaptados ao espaço disponível, sendo importante estudá-las integradas nas malhas urbanas das respetivas cidades, de forma a valorizar a dimensão espacial das mesmas, quer em termos horizontais quer verticais.

Sendo as *domus* espaços simultaneamente privados e públicos, o seu estudo deverá ter em conta o quadro económico, social e político em que se moviam as elites que as mandavam construir.

O estudo das *domus* deve ter em conta a dimensão temporal, pois são arquiteturas que mudaram ao longo dos séculos, em função das dinâmicas construtivas, mas também dos gostos e dos contextos políticos, sociais e económicos em que se enquadram os seus proprietários.

Este texto adapta em forma de síntese os temas apresentados na dissertação de doutoramento, devido ao formato não era exequível uma abordagem detalhada de cada um deles, tendo-se optado por evidenciar apenas alguns tópicos, com o intuito de conduzir o leitor para a publicação integral, disponibilizada em anexo e em formato digital, mantendo a sua estrutura original.

1. O CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO DAS CIDADES DO NO: OS DADOS E OS PROBLEMAS

O registo arqueológico disponível para as três cidades fundadas por Augusto no NO da Península Ibérica documenta consideráveis diferenças na arquitetura das casas conhecidas, pois, ainda que se inspirem nos mesmos modelos itálicos, elas constituem o resultado de complexos processos de reinterpretação por parte das elites que as encoraram, mas também dos próprios arquitetos que propunham as soluções formais para os gostos e vontades dos encomendadores, as quais tinham que ter em conta as questões de natureza topográfica e as matérias-primas que seriam utilizadas (Ribeiro, 2010). Todos estes aspectos influenciavam a planta e organização interna das casas, justificando que a sua morfologia fosse assaz variada, apesar de todas poderem dispor do mesmo tipo de espaços. Também a natureza do corpo cívico das cidades terá pesado no tipo de organização das habitações, uma vez que elas traduziam o nível de maior ou menor de emulação competitiva entre os diferentes segmentos das respetivas elites.

No entanto, na hora de comparar os dados relativos à arquitetura doméstica das três capitais de conventos do NO peninsular, o nosso problema principal reside na natureza bastante desigual da informação disponível, que dificulta abordagens comparativas. Na verdade, os dados disponíveis, para além de bastante fragmentários, encontram-se pouco divulgados e sistematizados e também muito pouco interpretados pelos investigadores que os escavaram. Sendo estas características muito comuns no âmbito das cidades descobertas pela Arqueologia Urbana, importa referir, contudo, que a falta de informação sobre as *domus* de *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* é bastante paradoxal, considerando a amplitude dos trabalhos arqueológicos realizados nas duas cidades ao longo das últimas três décadas.

2. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DO ESTUDO

Acompanhando a evolução do domínio romano da Hispânia, após a II Guerra Púnica, havia-se registado, ao longo dos séculos II/I a.C., a fixação nos territórios conquistados quer de mercadores, quer de populações oriunda da Itália, que contribuem, de forma marcante, para a disseminação dos modelos de casa itálicos, reinterpretados nos novos contextos, onde se regista o abandono de expressões arquitetónicas anteriores. Assim, a tardia integração do NO peninsular na administração romana, realizada apenas nos finais das guerras cantábricas, a partir de 19 a.C., ocorre num momento em que os modelos e as tipologias de casa itálica e romana se encontravam há muito estabelecidos na chamada área ibérica da Península, que integrava as cidades da costa mediterrânea e as que se distribuíam ao longo dos principais rios que conectavam o interior com o mar.

Ora, essas regiões, precocemente romanizadas nos finais da República, têm vindo a ser objeto de estudos específicos, no âmbito de dissertações de doutoramento, que procuraram valorizar o modo como se expressaram os modelos de arquitetura doméstica itálica nos territórios que viriam a ser integrados na *Baetica* (Gómez Rodríguez, 2006) e na *Tarragonense*, privilegiando-se neste caso o seu quadrante nordeste, o mais românizado, onde se incluem cidades como *Ampurias*, ou *Tarraco*, capital da Citerior e, a partir de Augusto, da Citerior Tarraconense (Uribe Agudo, 2008; Cortés Vicente, 2009). Alguns trabalhos mais recentes analisaram cidades da Lusitânia, uma província que se constitui com a reforma de Augusto, momento a partir do qual se regista o desenvolvimento da sua capital, *Augusta Emerita* (Corrales Álvarez, 2014), bem como das suas cidades, algumas das quais, como acontece com *Conimbriga*, evoluem a partir de núcleos indígenas (Correia, 2010). No último caso estamos perante uma cidade descontinuada e bastante escavada, com vestígios muito bem conservados, que favorecem a análise arquitetónica, em particular das suas sumptuosas casas. Já no caso da capital da Lusitânia nos deparamos com uma cidade da qual se conhece bem a arquitetura pública, mas cuja arquitetura privada é bastante menos conhecida, tendo vindo a ser revelada pela Arqueologia Urbana, desde os anos 80 do século XX, podendo referir-se para ela os mesmos problemas com que se enfrentam as cidades do NO peninsular, entre os quais se destaca o carácter fragmentário dos dados e, por conseguinte, a falta de plantas completas que permitam compreender as casas num nível antropológico.

No cômputo global da Península Ibérica, e no que se refere ao estudo da arquitetura doméstica romana do NO peninsular, podemos afirmar que a mesma tem sido muito pouco valorizada e ainda menos divulgada e interpretada no contexto da difusão dos modelos e tipologias de casas itálicas, tornando-se por isso necessário realizar uma investigação aprofundada da realidade da arquitetura doméstica urbana desta região.

Assim, depois de termos ensaiado, num trabalho muito preliminar, uma abordagem das características da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta* (Magalhães, 2010), decidimos aprofundar o tema no contexto do NO peninsular, com o objetivo fundamental de evidenciar as expressões de arquitetura privada urbana desta região, com particular destaque para os exemplares de *domus* identificados em *Bracara Augusta*, no contexto da adoção e consolidação dos modelos de casa itálicos a nível peninsular.

Na verdade, era nossa intenção inicial compreender o modo como a região do NO peninsular, a mais tardivamente integrada na órbita romana, havia rececionado e reinterpretado os modelos de casa itálica, já generalizados no sul mediterrâneo, ao longo dos séculos II/I a.C. e analisar a sua evolução, tendo por referência os dados disponibilizados pela Arqueologia Urbana de Braga, Lugo e Astorga, sem descurar outros centros urbanos da região, que têm vindo a ser revelados pela arqueologia das últimas décadas, como seria o caso de *Tongobriga* (Dias, 1997). Pretendia-se assim inserir a

casa romana do NO da Península Ibérica no contexto mais amplo da sua paulatina disseminação peninsular, ao longo dos dois séculos que antecederam o fim da conquista romana e a reorganização administrativa da Hispânia empreendida por Augusto. De facto, para compreendermos a realidade da casa romana no NO peninsular, nas suas múltiplas dimensões, com destaque para as arquitetónicas e antropológicas, afigurava-se importante compreender os diferentes contextos em que os modelos e tipologias itálicas se teriam progressivamente afirmado na Península Ibérica. No entanto, os dados disponíveis relativos a *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta* viriam a revelar-se insuficientes para realizar uma análise comparada da arquitetura privada das três capitais de conventos do NO peninsular. Com efeito, há que reconhecer que os dados que dispomos sobre as *domus* romanas de Braga, em resultado das investigações realizadas ao longo dos últimos 42 anos, no âmbito do 'Projeto de *Bracara Augusta*', não têm paralelo nas outras cidades do NO da Península Ibérica, das quais se conhecem, sobretudo, espaços domésticos com pavimentos musivos, mas não as plantas dos edifícios, estando os dados cronológicos muito pouco sistematizados. Em Braga, a situação inverte-se, pois são raros os vestígios dos programas decorativos que terão ornamentado as habitações romanas, sendo pelo contrário muito significativos os dados referentes às características da arquitetura privada, entre meados do século I e os finais do século IV. São igualmente consideráveis os dados disponíveis relativos ao modo como as casas romanas se adaptaram à morfologia dos quarteirões e à topografia da cidade, aspectos pouco ou nada considerados nas outras cidades.

Em face das dificuldades encontradas decidimos redimensionar os objetivos do nosso estudo para duas vertentes. A primeira objetivou a criação de um *corpus* analítico das *domus* de *Bracara Augusta*, o qual deveria alimentar o segundo objetivo deste estudo, centrado na compreensão da arquitetura doméstica do NO peninsular no quadro da Hispânia romana.

Relativamente ao primeiro objetivo decidimos cingir-nos aos dados propiciados por seis quarteirões residenciais de *Bracara Augusta*, analisados de forma exaustiva na parte II deste trabalho, os mais extensamente escavados e interpretados, que assumimos como representativos das dinâmicas urbanísticas e construtivas ocorridas na cidade romana até finais do século IV. Na verdade, apesar das largas dezenas de intervenções realizadas na área urbana de Braga terem revelado inúmeros vestígios de habitações romanas, apenas em seis situações conseguimos identificar e analisar as características dos conjuntos residenciais, que confirmaram a existência de *domus* de peristilo, mas também de uma casa de átrio e peristilo (**Figura 1, p. 44**), representada pela *domus* das Carvalheiras (Martins, 1997-98; Magalhães, 2010), a qual sofreu uma evolução muito particular a partir do século II, demonstrando a versatilidade da reconfiguração dos ambientes domésticos bracarenses.

Tendo em conta os dados disponíveis procurámos realizar uma análise exaustiva das *domus* de *Bracara Augusta*, conferindo-lhe uma identidade que permitisse a sua comparação com outros exemplos peninsulares. Assim, para além da caracterização das casas em termos construtivos, que implicou a valorização topográfica das mesmas, procurámos, sempre que possível, interpretar a funcionalidade dos diferentes espaços das habitações, pois essa informação revela-se importante para atestar o grau de integração social e cultural dos seus proprietários, o modo como adaptaram os modelos que estariam em circulação no século I, mas, sobretudo o nível de aculturação e o seu poder económico. Neste sentido, procurámos caracterizar a distribuição espacial e funcional das casas, valorizando a sua localização no espaço urbano, pois esta poderá ter influenciado as suas características, tanto em termos de dimensão, como de sofisticação. Neste contexto, concedeu-se particular destaque à avaliação das relações entre os espaços públicos e privados das casas, bem como às diferentes sociabilidades que se podiam estabelecer através do uso diferencial dos espaços que formalizavam o interior das *domus*.

Quanto ao segundo objetivo, e face às dificuldades em realizarmos uma comparação detalhada das casas romanas de Braga com as das outras capitais conventuais do NO da Península Ibérica, decidimos reorientar o nosso olhar sobre a realidade da arquitetura doméstica romana a nível peninsular. Assim, sem descurar os dados empíricos disponíveis para a região do NO peninsular, decidimos avaliar o contexto de outras cidades da Tarraconense, mas também da Lusitânia.

Essa análise comparativa iniciou-se, inevitavelmente, com os primeiros exemplares de casas de inspiração itálica que surgem na costa mediterrânea e ao longo dos principais rios que corriam do interior da Península para o mar, com destaque para os exemplos de casas de Ampurias, Baetulo, Celsa e Tarraco, nas quais podemos detetar a presença de colonos itálicos nos séculos II-I a.C., prosseguindo com a avaliação dos modelos e tipologias de casas itálicas rececionados pelas comunidades indígenas, quer do sul, quer do NO peninsular, onde essa receção é seguramente posterior a Augusto, como acontece com a Citânia de Briteiros, ou com o Castro do Monte Padrão. Importa, por isso, compreender o papel de Augusto e a reorganização das províncias hispânicas depois das Guerras Cantábricas, no âmbito da qual se vão fundar novas cidades com vias porticadas, como acontece com *Augusta Emerita* (25 a.C.), *Bracara Augusta* (16/15 a.C.), ou *Complutum* (Augusto). A propagação do uso das casas de modelo itálico nos centros urbanos e o desenvolvimento de várias soluções planimétricas que tiram partido da gramática arquitetónica romana constitui um fenómeno explosivo ao longo do século I da nossa Era, sendo neste âmbito que podemos integrar a maior parte dos vestígios de casas conhecidos no NO peninsular. Para melhor compreender esta generalização apresentamos alguns dos exemplos das *domus* construídas na Tar-

raconense, designadamente em *Ampurias*, *Barcino*, *Celsa*, *Baelo* e *Italica*, enquanto para a *Lusitania* foram selecionados alguns exemplares de casas de *Augusta Emerita* e de *Conimbriga*. Finalmente, procurámos identificar algumas das características identitárias das casas romanas que podem conferir uma possível unidade cultural à *Hispania Tarraconensis*, utilizando-se para o efeito algumas casas das cidades de *Complutum*, *Iuliobriga* e *Tongobriga*.

Com base nos objetivos acima enunciados, o nosso trabalho pretendeu ultrapassar o tradicional estudo da arquitetura privada romana, muito centrado em análises funcionalistas, para valorizar o conjunto do processo construtivo, no qual interferem as matérias-primas, as tecnologias, mas sobretudo os homens, com o seu estatuto, riqueza e gostos.

3. METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi necessário desenvolver um conjunto de procedimentos metodológicos que tiveram em vista a sistematização dos dados referentes à arquitetura doméstica de *Bracara Augusta*, de forma a possibilitar a sua análise e posterior interpretação, bem como a compará-la com a de outras regiões, de forma a concretizarmos os objetivos enunciados no ponto anterior.

Nos momentos iniciais, procedemos a uma extensa recolha bibliográfica, que foi sendo avaliada e usada em diferentes momentos da nossa pesquisa, a qual incidiu sobre o estado da investigação da temática relativa à casa romana, mas também sobre o urbanismo e a arquitetura, em diferentes regiões do Império. Trata-se de temáticas fundamentais para compreendermos os contextos históricos, políticos, sociais e económicos em que se desenvolveram as cidades romanas das diferentes regiões da Hispânia e do NO da Península Ibérica, dentro das quais podemos analisar a arquitetura privada.

A concretização dos objetivos enunciados para este trabalho teve por base a análise de vestígios arqueológicos de um conjunto de sítios da cidade de Braga, que foram escavados ao longo dos últimos quarenta e dois anos e que revelaram dados relevantes sobre a ocupação romana particularmente associados à arquitetura doméstica. Das diferentes zonas arqueológicas disponíveis optámos por selecionar um conjunto de seis, por serem aquelas que ofereciam possibilidades de garantir uma interpretação mais fiável dos dados de campo, disponíveis nos arquivos da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB).

Uma vez terminada a escolha das áreas arqueológicas que iriam ser abordadas em profundidade, demos início à análise dos cadernos de campo dessas intervenções, bem como dos relatórios sobre elas elaborados, pois, em vários casos, estamos peran-

te zonas arqueológicas extensamente escavadas, ao longo de várias campanhas e de vários anos. Assim, o processo de análise das zonas arqueológicas selecionadas iniciou-se com a avaliação da informação arqueológica disponível, de forma a analisar as estruturas escavadas e a rever os dados de campo, tendo para o feito sido consultados os registos de campo e os elementos armazenados na base de dados 2ArchIS (Sistema de Informação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho). Foram também analisados os relatórios das intervenções arqueológicas, alguns dos quais ainda inéditos, em depósito na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e, nalguns casos, como aconteceu com as zonas arqueológicas da Escola Velha das Sé e da rua Afonso Henriques, à guarda do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. Sempre que possível recorremos à observação dos vestígios que ainda se encontram conservados *in situ*, o que acontece nos casos da zona arqueológica das Carvalheiras, da Escola Velha da Sé e da zona arqueológica de Santo António das Travessas.

Uma vez organizada a informação a utilizar procedemos à avaliação da sequência de ocupação de cada zona arqueológica para sistematizar as fases das diferentes *domus*, tendo em vista identificar as transformações ocorridas em sucessivas remodelações da estrutura dos edifícios, as quais afetaram os espaços, quer física, quer funcionalmente. No decorrer desta análise, foi realizada uma valorização dos dados cronológicos, tendo por base a interpretação da sequência estratigráfica de cada zona arqueológica, nalguns casos já anteriormente avaliada por outros investigadores. Procedeu-se igualmente à valorização das técnicas construtivas, bem como dos materiais datáveis, que permitem estabelecer uma sequência de fases, desde o momento da formalização dos quarteirões, com a fixação dos limites das ruas, até à sua urbanização através da construção das *domus*, o que aconteceu generaladamente a partir de meados do século I, mas com maior intensidade no período flávio. A nossa análise valorizou ainda as características das reformas realizadas até aos finais do século IV, momento que não corresponde ao abandono das casas, mas assinala o início de um processo associado à sua progressiva desarticulação, que ocorrerá entre os séculos V/VII, associado ao controlo político da cidade por parte dos poderes suevo e visigótico. A análise dos sistemas hidráulicos foi também considerada relevante na hora de valorizar as sucessivas fases das *domus*, tendo-se procurado compreender o sistema de abastecimento das casas e como se organizava o escoamento das águas sujas e pluviais.

Posteriormente, procedemos à descrição detalhada das características arquitetónicas, construtivas e funcionais de cada *domus*, o que resultou da interpretação das estruturas através da observação dos registos gráficos das escavações, a partir dos quais foram elaboradas várias plantas interpretadas dos edifícios. Foi através dessas plantas que procurámos valorizar as cotas do terreno e as soluções planimétricas para resolver os desníveis dos diferentes espaços das casas nas sucessivas fases construtivas. Pro-

cedemos também à identificação dos aspectos relacionados com as atividades desenvolvidas nos diferentes espaços que formalizavam as casas, quer do domínio privado (*cubicula*), quer no que respeita aos espaços de receção e representação, no âmbito dos quais se incluem o *tablinum*, a *exedra*, os *triclinia*, *oeci*, peristilos, átrios e jardins. Foram também objeto de análise detalhada os espaços da casa que correspondiam ao domínio público, representados pelas *tabernae*, dedicados ao comércio a retalho e às atividades artesanais, que se dispunham ao longo das fachadas, em espaços anexos aos pórticos que ladeavam as ruas. Os pórticos foram igualmente objeto de descrição e análise, uma vez que constituem um elemento construído dos quarteirões, que embora pertencente ao domínio público, eram erguidos com as casas e certamente também a expensas dos seus proprietários.

Assim, procurámos proceder a uma valorização arquitetónica, construtiva e social dos vestígios arqueológicos das *domus* de Braga, analisando-se diferentes aspectos de natureza morfológica, tecnológica, funcional, económica e social, os quais podem ser inferidos a partir do registo arqueológico. Pretendeu-se, por esta via, elaborar um *corpus* das *domus* de *Bracara Augusta*, que servisse de base para realizar análises comparativas com outros centros urbanos do NO peninsular, bem como com outras regiões da Hispânia. Para o efeito, foi indispensável desenhar e analisar as planimetrias das diferentes casas que se caracterizam pela diversidade de soluções formais, construtivas e funcionais. Por isso, demos uma particular importância ao tratamento gráfico de todas as plantas que foram produzidas no decorrer do desenvolvimento do projeto e que ilustram as partes II e III do texto. Na verdade, ao invés de utilizar a cartografia que tem sido usada por vários investigadores para ilustrar as casas da cidade de *Bracara Augusta*, decidimos elaborar uma nova base documental, a qual procurou utilizar uma mesma linguagem formal para todas as unidades domésticas estudadas, de modo a tornar mais fácil a sua compreensão por parte do leitor.

Assim, cada *domus* está representada por um conjunto semelhante de plantas que ilustra as suas fases de ocupação e a funcionalidade dos espaços que são conhecidos. As áreas foram organizadas e numeradas em função dos espaços abertos distribuidores, tendo sido usado a letra A para representar o átrio e espaços associados e a letra P para indicar o peristilo e os espaços que podem a ele ser associados. A cada uma dessas áreas foi atribuída uma cor, que foi usada para todas as plantas (Figura 2, p. 45). A elaboração e tratamento das plantas interpretadas foi realizada com o auxílio dos programas AutoCad2016 e CorelDrawX6.

A descrição dos dados relativos à historiografia e à análise dos sítios arqueológicos que correspondem ao corpus documental desta tese, que foram analisados, descritos e interpretados em detalhe, corporiza boa parte da investigação por nós realizada, estando reunida na parte II deste trabalho.

Parte da nossa pesquisa bibliográfica incidiu sobre temáticas que serão abordadas na parte III deste trabalho. Para o efeito procedemos à recolha de dados bibliográficos relativos a várias temáticas articuladas com a análise e interpretação dos espaços domésticos no mundo romano e valorizámos os estudos relativos à casa romana de elite, como contexto de representação e de relação social dos proprietários com a cidade e os seus ocupantes. Nas nossas leituras privilegiámos também temáticas centradas na valorização semiótica dos espaços domésticos, bem como estudos que realizam uma valorização social e antropológica da casa. Por fim, consideramos importante recolher bibliografia sobre a interpretação dos vestígios materiais produzidos pelas atividades quotidianas bem como estudos das atividades domésticas através do registo arqueológico.

A extensa bibliografia consultada serviu-nos para desenvolver os conteúdos da parte III, a qual procurou situar a tipologia das casas romanas de Braga no contexto peninsular, recorrendo-se para o efeito à sua comparação com os exemplares de casas de várias cidades de cronologia tarda republicana e imperial da Tarraconense, mas também da Lusitânia. Entre os exemplares de casas que foram valorizados destacamos as de *Complutum*, *Iuliobriga*, *Tongobriga*, *Augusta Emerita* e *Conimbriga*, tendo-se produzido plantas interpretadas para efeitos de ilustração da nossa análise das unidades domésticas, algumas das quais são objeto de modelos 3D, impossíveis de generalizar a todos os casos analisados devido a limitações de tempo.

4. O CONTRIBUTO DAS ANÁLISES FUNCIONAIS, SOCIAIS E ANTROPOLÓGICAS DA CASA ROMANA

4.1. Os elementos constitutivos das casas de tipo itálico na Hispânia

A partir de Augusto inicia-se um processo sem precedentes de ampla estandardização cultural, assente na criação de uma linguagem franca, adaptável e sedutora, capaz de atrair as elites locais (Habinek e Schiesaro, 1998; Wallace-Hadrill, 2008). Essa linguagem passa pelo urbanismo e pela arquitetura, atingindo os bens consumíveis, desde os alimentos a uma gama variada de produtos.

No que toca à arquitetura doméstica hispânica, parece-nos bastante seguro afirmar que se trata de um processo lento e constante de racionalização teórica e instrumental dos modelos produzidos e desenvolvidos em Itália, ainda que alguns dos seus traços remontem às tradições helenísticas de Oriente, cuja consequência foi a sistematização das práticas e das técnicas construtivas, bem como a emulação de seu léxico, fenômeno observável tanto nas *coloniae* e grandes cidades de fundação romana como nos aglomerados de matriz indígena, com exemplares observáveis um pouco por toda a Península Ibérica (Aa. Vv., 1991).

A formação da sociedade provincial constituiu o resultado, entre outros fatores, da

interação entre as velhas elites indígenas e a estruturação social da população itálica que, desde época republicana, se foi fixando na Península. Como resultado surgiu uma nova elite hispano-romana que reelaborou os aspectos essenciais das funções sociais associadas aos espaços da casa de prestígio. Dispor de grandes vestíbulos para impressionar a clientela, fossem átrios ou simples fauces e dispor de jardins porticados com salões de receção, para convidar (*convivium*) os seus iguais, acabou sendo um traço distintivo da casa dos personagens principais de uma qualquer cidade, fossem eles personagens de origem itálica, ou hispânica.

Verificamos estas circunstâncias de forma detalhada nos casos de *Iuliobriga* e *Tongobriga*, sendo notável verificar como as cidades romanas fundadas com vias porticadas, como acontece com *Complutum*, ou *Augusta Emerita*, desenvolveram o mesmo léxico arquitetónico nas suas casas de elite (**Figuras 3, 4, 5, 6, pp. 46-49**). No caso de *Bracara Augusta*, onde a presença do elemento indígena na sua população foi certamente muito importante, os seis exemplos de casas que se puderam documentar refletem um panorama similar ao que encontrámos em *Complutum*. Na verdade, a forma do quarteirão fundacional, com pórticos perimetrais condicionou o parcelário interior dos quarteirões que são ocupados por casas organizadas em torno de peristilos ajardinados, apresentados desde a rua através de um simples vestíbulo coberto que, por vezes é denominado átrio *testudinato* (coberto), mas que quase sempre oferece uma grande transparência para o peristilo para que os clientes admitidos ao vestíbulo possam intuir e apreciar a imagem de riqueza escondida no interior da casa.

A análise provincial, a partir da *Tarragonensis*, permitiu evidenciar a busca pela aplicação de um variado conjunto de elementos estruturantes na elaboração dos projetos arquitetónicos, sempre recorrendo aos modelos itálicos, ainda que fosse necessário adaptá-los, face a constrangimentos físicos ou topográficos do terreno, em que as habitações foram implantadas, bem como aos limites financeiros e às atividades quotidianas do proprietário.

Prosseguiremos agora com a análise da aplicação do léxico itálico a partir de dois produtos arquitetónicos domésticos, a ‘Casa de Cantaber’ e a ‘Casa dos Repuxos’, provenientes de Conimbriga (**Figuras 7, 8, pp. 50-51**). A escolha desses exemplares foi realizada tendo-se em consideração o fato da cidade apresentar um pano de fundo identitário bastante heterogéneo, situação que caracteriza a realidade peninsular.

Conimbriga está localizada na província da *Lusitania*, na parte central do *conventus Scalabitanus*, nas proximidades da margem sul do Baixo Mondego, eixo fluvial naveável, cuja planície aluvial é bastante fértil, aspectos que certamente tiveram influência na implantação dessa cidade. Por outro lado, os antecedentes fundacionais de Conimbriga apontam para a existência de um núcleo pré-romano lusitano, conquistado por Roma, nos finais do século II a.C., no fim das chamadas Guerras Lusitanas (Alarcão,

1988; 1990). Todavia, a cidade adota um urbanismo romano apenas no período de Augusto, quando foi ocupada por uma elite pequena, mas bastante abastada, pertencente à *ordo decurionum*, que detinha mais da metade da área construída do núcleo urbano (Correia, 2010: 261-262).

É nesse contexto de profundo hibridismo que encontramos os exemplares domésticos mais paradigmáticos para analisar a composição interna e a aplicação do léxico arquitetónico itálico às *domus* da Hispânia romana (**Figuras 7, 8, pp. 50-51**). As duas habitações individualizadas, a 'Casa de Cantaber' e 'Casa dos Repuxos', são casos excepcionais de unidades domésticas peninsulares, com áreas de implantação de grandes dimensões, respetivamente 3260m² e 2890m². Uma vez que os limites físicos dos lotes onde as casas foram construídas não restringiram as capacidades de crescimento, elas desenvolvem-se exclusivamente no rés-de-chão e apresentam uma complexa abundância de espaços abertos a estruturar as dezenas de compartimentos onde eram executadas as principais atividades da família, com grande sumptuosidade e uma riquíssima decoração pictórica e musiva (Pessoa, 2005; Correia, 2010).

O urbanismo de Conimbriga reflete a sua dilatada história e evolução cultural, em que as suas ruas, de traçado irregular, se adaptam à topografia para garantir a acessibilidade do espaço urbano a partir das vias que comunicavam com o território. Por outro lado, a evolução sociocultural do aglomerado, a partir da época de Augusto e ao longo dos séculos I e II, determinou a intensificação das construções com a edificação de equipamentos públicos que eram exigidos por um centro urbano com as características de Conimbriga, de que são exemplo as sucessivas fases do foro e a construção das grandes termas públicas. No entanto, as velhas ruas do aglomerado urbano determinavam o sistema de propriedade privada do solo, pelo que tiveram de ser mantidas, tendo as termas e o foro ficado condicionados pelo velho sistema viário, tendo-se conservado a estrutura urbana hierárquica, um claro resultado dos fluxos que geravam as atividades urbanas e a comunicação com o território.

Com feito, a planta de Conimbriga mostra como se manteve o primitivo eixo principal de acesso à cidade, transformado numa Via Porticada, tal como aconteceu em *Iuliobriga* (**Figura 5, p. 48**). Mantiveram-se também as ruas secundárias, que tinham origem nesse eixo principal. Também os novos edifícios representados pelo foro e pelas termas procuraram um equilíbrio entre o velho parcelário irregular e as necessidades de solo, que requeria implantar uma praça porticada retangular, como o *forum*, ou um edifício termal de planta axial. O crescimento do foro acabou por determinar a sobreposição de algumas velhas ruas secundárias, gerando novas vias perimetrais que acabaram por reordenar o espaço. Contudo, o eixo viário principal manteve-se com o seu traçado irregular, o qual foi mesmo reforçado com a construção de segmentos de pórticos, que acabaram por monumentalizar esse traçado em função dos distintos edifícios que flanqueavam a via.

A elite de Conimbriga teve que se adaptar a esta dinâmica urbana profunda, tendo conseguido lotes de terreno significativos, ainda que sempre e inevitavelmente com um perímetro de parcela irregular, em função das suas possibilidades económicas e da sua posição social. Assim, linhas oblíquas ou formas de terreno triangulares condicionaram a implantação das grandes casas de Conimbriga, o que, aparentemente, longe de ser um problema, constituiu um estímulo para encontrar soluções arquitetónicas inovadoras, sem renunciar a composições que se esperavam da casa de um notável da cidade.

4.1.1. As casas como conjuntos de espaços interrelacionados

Se examinarmos a planta da ‘Casa de Cantaber’ e da ‘Casa dos Repuxos’ fora do seu respetivo contexto urbano e com a mesma escala e orientação, torna-se evidente a sua organização rigorosa, com base num eixo longitudinal que é também visual (**Figuras 7, 8, pp. 50-51**).

O vestíbulo monumental articulado com porticado urbano, que poderíamos denominar átrio testudinado, dá acesso à casa, comunicando com o peristilo através de uma porta tripla, simétrica (*trifora*). O jardim interior segue na sua ordenação esse eixo principal e remata num grandioso *oecus*, uma grande sala de representação, em torno da qual se organizavam os espaços de serviço para a celebração de grandes banquetes. Estes três elementos perfeitamente alinhados foram sem dúvida o primeiro estandarte cultural do proprietário que encomendou a casa e que os construtores tiveram que respeitar, apesar das irregularidades da parcela. Isso é particularmente evidente na ‘Casa dos Repuxos’. A forma triangular da parcela obrigou a colocar este eixo de forma oblíqua. Para garantir a monumentalidade do acesso oblíquo desenhou-se uma êxedra semiircular que se articulava com os porticados da rua. A casa possui um desenho hábil, que se adaptou às expectativas do *dominus* e às dificuldades da parcela, oferecendo a casa um bom impacto urbano, expresso através do eixo longitudinal principal. Naturalmente que a ideia do eixo longitudinal representa um dos elementos mais recorrentes na tradição da casa de átrio e peristilo de tradição helenística. Ainda que desapareça o átrio como conceito espacial, este é substituído por um monumental vestíbulo, cuja complexidade arquitetónica manteve os valores que, na tradição republicana, se atribuíam ao binómio átrio/*tablinum*. A substituição do *tablinum* por uma *trifora*, que encontramos em ambos os exemplos, está presente tanto nas casas pompeianas, como mostra claramente o exemplo da ‘Casa dos Vetii’. Neste caso pompeiano, bem como noutras casas de Herculano, como na ‘Casa da Gratta di Legno’ (Pesando, 1997), contamos com evidências sólidas da presença de portas corridas de madeira, que permitiam interromper a continuidade visual do átrio com o peristilo. Trata-se de um indício importante da flexibilidade com que se concebia o uso dos espaços interiores da casa. Ainda que o desenho do átrio/vestíbulo tivesse sido determinado pela sua função repre-

sentativa inicial, o dono da casa requeria elementos arquitetónicos secundários, como portas, grades, cortinas, que facilitavam usos diferentes dos espaços (Laurence, 1994).

A *trifora* presente nas duas casas de Conimbriga apresentava esta conceção ambivalente. Quando as portas estavam abertas reforçavam a imagem do *dominus* no centro da porta central, mais larga que alta, designadamente, na receção aos clientes, quando a imagem do proprietário era reforçada pela simetria das três portas e a imagem do jardim paradisíaco nas suas costas (Jashemski, 1979).

Quando o uso do peristilo requeria uma maior intimidade, como é o caso de um banquete oferecido a iguais no triclinio, com nove participantes, a *trifora* facilitava o encerramento das portas e a privacidade do peristilo. Em ambas casas, o vestíbulo de receção contava com cubículos subsidiários e corredores que permitiam chegar aos espaços de serviço no fundo da casa, sem atravessar a *trifora* ou o jardim e molestar assim os participantes no banquete íntimo. Os respetivos *oeci* situados ao fundo do peristilo são concebidos como o espaço privilegiado da casa com as suas dependências secundárias para tornar mais ameno o ritual do *convivium* (Dunbabin, 1996).

Em particular cabe destacar a presença de janelões que davam acesso a jardins que podiam ser observados pelos convidados estendidos no grande triclinio que devia ocupar o centro da sala (von Stackelberg, 2009). A ‘Casa de Cantaber’ situa este jardim em posição lateral, decorado com um grande tanque central, com formas curvas próprias da arquitetura de luxo do século II, o que constitui uma solução condicionada pelas limitações da parcela.

Pelo contrário, a ‘Casa dos Repuxos’ dispunha de terreno ao fundo da parcela, pelo que a grande sala deveria estar dotada de três grandes janelas que davam para um jardim situado no fundo da parcela. Um tanque em forma de U rodeava exteriormente o grande salão reforçando o papel da água e das fontes na relação do jardim com as janelas do *oecus*. Vitrúvio descreve este tipo de *oeci* apelidando-os de ‘cizicenos’, da cidade de Cyzicus, nos quais os nobres podiam banquetear-se estendidos no triclinio, desfrutando da paisagem graças às janelas baixas. Os palácios helenísticos construídos na Itália republicana mostram claramente este tipo de organização compositiva (Gros, 2001; Krause, 2003). Na Hispânia os exemplos mais evidentes encontram-se nas grandes casas da cidade romana de Ampurias já em época flávia (Gros, 2001; Mar e Ruiz de Arbulo, 1993).

Quando os proprietários das duas casas de Conimbriga decidiam abrir as suas portas para um banquete com dezenas de convidados, a solução da *trifora* facilitava a organização do evento e o fácil acesso ao peristilo (Dubouloz e Robert, 2016: 59-84). Nesse caso, o peristilo adquiria um maior protagonismo, permitindo distribuir numerosos leitos e mesas que acomodavam os numerosos convidados. O banquete de Trimalquio, na obra Satyricon, de Petrônio, constitui uma excelente descrição, ainda que caricatural,

do uso extraordinário de numerosos *cubicula* e de pórticos para todos os admitidos para o festim (Veyne, 1991: 13-87). A hierarquia social dos convidados deveria espelhar-se na sua maior ou menor proximidade com o triclínio em que se dispunha o *dominus* e os convidados honoráveis. Significativamente, neste tipo de banquetes inverte-se a relação visual dos participantes, pois se num banquete restrito os convidados têm a possibilidade de contemplar o exterior desde um triclínio único, no banquete alargado cria-se uma pirâmide visual para que os convidados de menor estatuto possam visualizar o triclínio principal, onde se banqueteiam os personagens principais, logicamente posicionados no *oecus* principal (Bek, 1986).

Em conclusão, em ambas as casas os compartimentos apresentam uma hierarquia, a qual é estabelecida a partir de duas perspetivas. Em primeiro lugar, a dimensão das salas sugere as funções que elas haviam tido e permite interpretar os espaços, sobretudo quando apenas temos os dados arquitetónicos. As principais salas são grandes, e isso está relacionado com as funções que desempenhavam. Por outro lado, a localização dos espaços é estruturante na definição do papel que eles assumem, o que é estabelecido a partir da inter-relação visual que eles apresentam. Nesse sentido, a implantação de um compartimento no eixo longitudinal da casa, ou seja, no alinhamento formado pela entrada e pelo espaço aberto, garante uma capacidade visual privilegiada sobre este espaço. Em contrapartida, o eixo transversal e as esquinas apresentam uma visibilidade parcial.

Os *triclinia* da ‘Casa de Cantaber’ e da ‘Casa dos Repuxos’, localizados no eixo longitudinal, encontram-se perfeitamente alinhados com os peristilos centrais e com os *vestibula* das habitações. A partir deles era possível controlar visualmente toda a sua extensão, desde a entrada até ao pátio traseiro, bem como os tanques localizados a nascente e a poente, graças às janelas que se abriam para esses espaços. O visitante que estava nesses compartimentos conseguia observar a grandiosidade das habitações, os seus múltiplos jardins, tanques, salas e mosaicos, que constituíam uma marcante *scae-nographia* arquitetónica (Correia, 2010: 95).

4.1.2. A casa e os seus subconjuntos

Nas duas casas de Conimbriga que foram analisadas, o eixo visual principal atua como elemento unificador dos distintos espaços que conformam os edifícios. A esta estrutura básica sobrepõe-se uma série de grupos de espaços que aparecem segregados em relação ao eixo principal.

Na ‘Casa de Cantaber’ é muito evidente o modo como se criam três subconjuntos de compartimentos em torno de três peristilos secundários. Dois deles, dispostos à esquerda e à direita do peristilo principal, são completamente autónomos em relação ao eixo axial principal. O da esquerda dispõe de uma sala retangular que conta com o seu jardim privado e as respetivas dependências. O peristilo da direita dispõe ainda

de um grande *ninfeu*/fonte que domina o jardim porticado. Ambos os conjuntos são acessíveis mediante corredores que nascem no grande vestíbulo. Estas unidades arquitetónicas segregadas aparecem com frequência nas *villae* tardias da *Hispania*, tendo sido interpretadas como espaços associados à vida privada dos proprietários. Trata-se de espaços que foram tradicionalmente considerados como compartimentos privados do *dominus* e/ou da *domina*, utilizando-se o conceito de *dietae* para os referir (Mar e Verde, 2008). O caso mais notável deste tipo de peristilos secundários está sem dúvida representado na *villa* de Piazza Armerina (Ampolo et al., 1971).

No caso da 'Casa de Cantaber', ambos os peristilos secundários mostram a flexibilidade que se exige ao projeto da casa e a necessidade de controlar a acessibilidade aos distintos espaços que formam o edifício. Ambos os peristilos são extremadamente privados e serviam para as funções que os usuários pretendiam desenvolver na intimidade, desde dormir até outro tipo de atividades que deviam ser realizadas sem testemunhas incómodas, como negócios, ou tratamento de assuntos delicados, ou mesmo um banquete em que se pretendiam tratar questões delicadas (Anguissola, 2010).

Um carácter muito diferente é oferecido pelo pequeno peristilo associado ao *oecus* principal, tratando-se, neste caso, da expansão visual do triclínio e da organização dos espaços de serviço necessários para a realização do banquete reduzido, designadamente para instalar uma cozinha móvel para aquecer a comida e o vinho, acomodar mais convidados, ou para realizar espetáculos e instalar os artistas que entretinham os comensais.

Na 'Casa dos Repuxos' reproduz-se o mesmo esquema funcional, mas com uma distribuição diferente, adaptada à forma da parcela. O conjunto situado à esquerda do grande peristilo conta com as suas próprias dependências e era acessível através de uma porta dupla que garantia a sua privacidade. O conjunto da direita conta com os seus compartimentos próprios e é acessível através de um pequeno corredor em "L". O seu peristilo estava presidido por um monumental larário de forma curva que se integrava com as colunas do pequeno jardim. Ambos os conjuntos podem ser considerados como as *dietae* dos proprietários destinadas às suas atividades mais íntimas, diferenciando a diferença entre os espaços públicos e privados, que aparecem tão nitidamente separados nas casas republicanas de átrio e peristilo (Coarelli, 1989).

A funcionalidade dos espaços estabelece um princípio comunicativo entre os mesmos, de modo a que possam ser constituídos subconjuntos de compartimentos. De um modo geral, uma primeira abordagem pode ser feita através da divisão da casa em parte privada ou pública, reunindo-se na primeira aqueles espaços associados às funções de *cubiculum*, *culina*, *cella penaria* e *latrina* e, na outra, as salas que seriam destinadas à receção de convidados, o que permite uma subdivisão em *otium*, representado por *triclinium*, *oecus* e *exedra*, e *negotium*, no qual se inscreve o *tablinum*. Contudo, essa

abordagem inicial é deveras superficial, e é preciso perceber os subconjuntos funcionais dentro da habitação, a partir da relação física entre os espaços, inferidos com base na possibilidade de comunicação entre eles, através de portas e janelas, o que lhes proporciona uma unidade (Zaccaria Ruggiu, 2001).

Nesse sentido, podemos observar, a seguir à entrada lateral da ‘Casa dos Repuxos’, logo a norte da entrada principal, um conjunto de *cubicula*, cujas entradas estão voltadas para um corredor com sentido E/O, que liga a parte externa da casa à interna. Por outro lado, no canto sudeste da habitação encontramos um grupo de compartimentos acessíveis por um corredor, que permite aceder a esse avançado, que servia de dormitório para os servos que trabalhavam na casa (Correia, 2010: 107-108).

4.1.3. Função e uso dos espaços

Quando um arquiteto projetava uma habitação, a disposição dos compartimentos era realizada a partir das instruções dadas pelo proprietário do imóvel. No primeiro momento, as partes que compõem a casa, bem como os subconjuntos de salas, são pensadas de acordo com as funções que elas exerçeriam, tendo-se em consideração a composição e a natureza das atividades e dos bens da *familia*, como a instalação de *tabernae*, com abertura interna para comercializar os produtos vindos da *villa do dominus*, ou a quantidade de *cubicula*, compatíveis com o número de elementos do agregado familiar.

Porém, uma coisa é a função dada a determinado compartimento, outra é o uso que aquele espaço terá de facto. Assim, é preciso distinguir a função e o uso dos espaços, conceitos que significam e operacionalizam atividades distintas. Na verdade, a vida de uma habitação, após a sua construção, bem como o modo como os seus espaços serão utilizados, dependerá, em grande medida, do estatuto e da história da *familia*, os quais poderão sofrer significativas alterações ao longo dos anos, como o início de uma nova atividade comercial, a entrada na política, ou o nascimento de filhos. Neste sentido, associar a função que se imagina que um compartimento pode possuir, ao uso que ele teria, tendo por base aspectos meramente arquitetónicos, pode conduzir a erros grosseiros de interpretação, sendo importante dispor de outro tipo de dados materiais para garantir uma melhor interpretação dos espaços de uma habitação (Allison, 1999; 2002; Wallace-Hadrill, 2015).

Ao analisarmos os *vestibula*, apesar de terem como função permitir o ingresso na casa, essas unidades de espaço assumem propriedades associadas com a capacidade de engrandecer a arquitetura doméstica, ao dotá-la de elementos que ampliem o usufruto estético da casa. Assim, o alinhamento da *ianua* com as colunas do pórtico que se desenvolvia nos limites dos quarteirões, por exemplo, permitia a incorporação desse espaço, que é externo à habitação, no programa arquitetónico privado.

Salientamos esse fenómeno nos dois exemplares destacados para análise. Assim,

na ‘Casa dos Repuxos’, a entrada era realizada por um espaço de planta em meio círculo, com abóboda, no qual havia duas colunas que sustentavam a travé do teto, perfeitamente alinhadas, tanto a uma colunata localizada a poente, externa à casa, como à porta do *vestibulum* e às duas colunas da passagem em três vãos para aceder ao peristilo (Correia, 2010: 107). Por sua vez, a ‘Casa de Cantaber’ apresenta uma *ianua* bastante larga, de modo a que o alinhamento com o pórtico a norte correspondia a dois módulos do intercolúnio, os quais também estavam no eixo das colunas da porta, em três vãos, que dava acesso ao jardim central da casa (Correia, 2010: 93).

Outro subconjunto de espaços que convém destacar é aquele que está associado aos banquetes. Tradicionalmente, as atividades de receção de visitantes nas *domus* estão associadas às salas amplas e ricamente decoradas. Muitas vezes, a sala principal era aquela que estava localizada no eixo longitudinal, como os *triclinia*, as *exedrae* e os *oeci*. Contudo, aquando das grandes festas promovidas pelos *domini*, devemos pensar na utilização de vários espaços conjugados para a receção de um elevado número de pessoas, os quais incorporam tanto as salas triclinares, como os acessos entre elas, que certamente estariam ocupados por *convivae*, servos, músicos e demais participantes desses encontros.

A. Zaccaria Ruggiu (1995: 40), no seu importante trabalho sobre a relação entre o espaço público e privado, desenvolveu uma argumentação coerente a propósito da relação entre o tricínio e os *cubicula* nas casas da época republicana e imperial, sublinhando a relação do *oecus* tricilinar com os *cubicula* subsidiários. Do seu ponto de vista, o conjunto de compartimentos que se dispunha em torno do grande salão de representação não se desenvolve anteriormente ao século II a.C. Na verdade, só depois das conquistas do Oriente, o modelo oferecido pelos banquetes helenísticos teria sido assimilado nos costumes da *nobilitas*. Consequentemente, os espaços destinados a alojar esta nova atividade social entre a elite itálica e romana viriam a implantar-se, por necessidades funcionais, em volta de um grande compartimento que adotou o nome do antecedente grego: o *oecus* (*oykos*) (Nielsen, 1999). Essa relação, tão pouco se tornará visível nas casas antes do século II a.C.. Na verdade, só em época de Augusto se generalizam os banquetes ostensivos sob a influência do luxo asiático. Vemos, portanto, que o significado de público e privado na casa romana esteve sujeito a uma transformação em função de usos e necessidades associadas com o estatuto do dono.

A polifuncionalidade dos *cubicula* constitui um excelente exemplo da versatilidade que temos que imaginar para realizar uma adequada interpretação da funcionalidade dos espaços de uma casa romana (Riggsby, 1977).

O chamado *cubiculum* das casas de elite de Roma e das cidades da baía de Nápoles constituía um compartimento que enchia os espaços residuais entre o conjunto peristilo-átrio-oecus e os limites da parcela. Tal como sublinha Vitrúvio (6.5.1) estavam

destinados a funções de distinto tipo e os estranhos só aí podiam aceder como convidados. Em princípio, este pequeno compartimento estava destinado ao descanso noturno e a atividades sexuais. Plínio o Jovem, quando descreve a sua *villa laurentina* (Ep. 2.17.4), ao enumerar as funções dos *cubicula* distinguia os destinados ao descanso com o designativo de *cubiculum noctis et somnis*. Por isso, sabemos que os *cubicula* também podiam servir para a receção dos conhecidos, amigos mais ou menos próximos, parentes e, em particular, para a gestão dos negócios.

Assim, a hierarquia visual dos espaços da casa atua de modo a estabelecer a hierarquia social dos convidados, estando as pessoas com maior estatuto no compartimento principal junto com o anfitrião, visto por todos, enquanto os demais detinham apenas uma visibilidade parcial (Mar, 2008: 25-31). A parte central da 'Casa de Cantaber' permite evidenciar singularmente esse fenómeno. Aí o grande *triclinium* centrado está no meio de uma série de compartimentos, distribuídos em redor dos espaços abertos da habitação, detendo um controlo visual sobre eles, por meio de janelas voltadas aos jardins (Correia, 2010: 95-99), sendo preciso não esquecer que essa casa estava preparada para receber mais de uma centena de convidados para uma festa organizada pelo *dominus*, pelo que precisaria de integrar os seus espaços de forma a garantir a visibilidade do anfitrião e o acesso a ele.

Se os banquetes retratavam a vida pública da família, no seu máximo expoente, os *cubicula* estabeleciam funções fundamentalmente opostas. De facto, os espaços destinados a dormitórios apresentam, regra geral, dimensões bastante reduzidas e geralmente são os espaços mais privados da casa, aspeto materializado pela existência de portas que os encerravam, diferentemente das salas destinadas à receção de pessoas, que possuíam cortinas para sinalizar as entradas.

A área doméstica da 'Casa de Cantaber', localizada a este do *vestibulum* com uma entrada própria, fornece um rico cenário para se perceber a unidade dos espaços destinados a essas funções. Os *cubicula* dessa habitação estavam associados a um conjunto de outros compartimentos interrelacionados, com usos certamente privados, como o peristilo lateral e uma *cenatio* própria. Os membros da família certamente realizavam naquela parte da casa as suas atividades mais íntimas, num espaço marcadamente reservado (Correia, 2010: 96-97).

Se uma divisão genérica dos espaços da casa em público e privado, por um lado, e a associação visual e física dos compartimentos, por outro, permitem estabelecer alguns aspetos inter-relacionais entre eles, bem como melhor perceber os seus usos, é necessário agora analisar os subconjuntos que reúnem espaços com funções distintas. Referimo-nos às *dietae*, categoria utilizada para definir um grupo de compartimentos que possuem uma completa unidade funcional entre si, representando, assim, uma construção auxiliar dentro da casa, um anexo da própria habitação (Glare, s.v. *dietae*).

Na área nordeste da ‘Casa dos Repuxos’ podemos observar uma dieta associada ao grande *triclinium*. A partir do principal compartimento do eixo longitudinal da casa abriam-se três salas a norte, cujo acesso entre elas acontecia justamente através da sucessão dos seus espaços, ou seja, para aceder à última era necessário atravessar as outras. Desta forma, foi criada mais uma área na habitação formada por compartimentos ricamente decorados, que certamente servia para reuniões de cunho mais privativo (Correia, 2010: 108). Já na ‘Casa de Cantaber’ vemos um exemplo de dieta associado a um espaço ajardinado. Trata-se do conjunto de compartimentos implantados ao redor do peristilo, localizado a este da grande sala triclinar da casa (Correia, 2010: 98).

Assim, podemos considerar que a casa está sobretudo organizada em função da capacidade de receber visitantes e impressionar, pelo que o que importa é o luxo, não a forma arquitetónica (Wallace-Hadrill, 2015: 185). Por isso, a separação entre áreas privadas e públicas, ou áreas para hóspedes versus áreas para a família, não constitui um dos princípios organizadores da casa romana, ainda que não se possa descartar a hipótese de que existiam elementos que marcavam uma separação entre “visitantes versus família” (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

Para concluir este exame funcional e simbólico da case de elite, é necessário recordear a ideia de que o público e o privado não eram no mundo antigo categorias contrapostas, tal como as concebemos hoje (Zaccaria Raggiu, 1995). De facto, tal como refere Claude Nicolet (1976) aos senadores estavam proibidos os negócios especulativos, ainda que com a ajuda dos seus libertos se pudessem esquivar à lei. Do mesmo modo, conhecem-se numerosos processos contra personagens que confundiram os seus interesses patrimoniais pessoais com os da *res publica*, em particular quando exerciam o governo de províncias. No governo do Estado, como na política cidadã existia uma certa confusão entre o público e o privado. Não é assim surpreendente que a mesma confusão se desse com a própria casa e com o seu uso como instrumentos políticos (Grahame, 1997).

4.2. A antropologia da casa romana do NO da Península Ibérica

Para além da forma das parcelas, outros elementos são determinantes para a elaboração das plantas das casas, como a disponibilidade financeira do *dominus*, a composição e os ofícios realizados pela *familia*, o estatuto social do *paterfamilias*, entre outros. Nesse sentido, a arquitetura privada romana deve ser valorizada como um microcosmo próprio que dá a conhecer o quotidiano familiar em toda a sua complexidade e heterogeneidade, pois era na casa que se realizava uma enorme diversidade de atividades, como os negócios, as festas, a reprodução da família, a educação dos mais novos, a religião doméstica, o *convivium* com os pares, o comércio, ou o início do velório dos defuntos, entre outras. Por isso, a casa romana de elite deveria ser capaz de garantir a

execução de uma gama muito vasta de atividades, o que podia ser parcialmente garantido pela existência de espaços funcionalmente dedicados e outros polifuncionais, que assegurariam a realização de todas as atividades com comodidade e elegância.

Considerando estes pressupostos iremos tentar analisar alguns aspectos antropológicos da casa romana do NO peninsular, a partir do exemplo da ‘Casa das Carvalheiras’, a única casa integralmente escavada em *Bracara Augusta*, o que permite distinguir alguns dos aspectos que evidenciam a composição social e as atividades públicas e privadas da elite da cidade.

4.2.1. O significado da casa de átrio e peristilo

Tradicionalmente, os estudos sobre a arquitetura doméstica romana de elite basearam-se nos exemplares provenientes das cidades vesuvianas, em especial Pompeia e Herculano e no tratado *De Architectura*, de Vitrúvio. A análise conjugada das duas fontes acabaria por dar lugar às primeiras sistematizações dos modelos de *domus*, numa tentativa de individualizar uma arquitetura romana ideal que seria caracterizada pela axialidade longitudinal do *vestibulum – atrium/impluvium – tablinum – hortus* e transversal das *alae*, tendo em vista diferenciá-la das contaminações ‘não romanas’, que decorriam da inclusão de elementos externos, especificamente gregos e helenísticos (Nissen, 1877; Overbeck, 1884; Mau, 1908).

A aplicação desse modelo nas cidades do Vesúvio permitiu a elaboração dos primeiros esquemas evolutivos da casa romana, designadamente respeitante à evolução da casa de átrio para a casa de peristilo. Primeiro, o peristilo, um elemento grego, teria sido incorporado nas habitações de átrio, que passaram, por isso, a dispor de dois espaços abertos distintos, o que representa o processo de helenização das casas romanas, que possuem, portanto, o par átrio/peristilo, logo, romano/grego. De seguida, o peristilo começou a tornar-se mais importante que o átrio, o que teria resultado na ampliação do espaço helenizado e na redução do romano, o que caracterizaria a completa helenização da habitação romana.

Dessa forma, foi defendido que a casa de elite romana na época imperial era aquela que mantinha os elementos definidores da ‘romanidade’ e utilizava os espaços gregos de forma secundária. Ou seja, a casa devia ser centrada no átrio, ter um *vestibulum*, destinado à *salutatio* e um *tablinum* axial, onde o *paterfamilias* recebia os seus clientes para discutir negócios, enquanto o peristilo seria destinado à conceção do *rurs in urbe* e aos banquetes/*symposia* (Dickmann, 1999). O estabelecimento de duas áreas abertas na casa e a atribuição de funções específicas para cada uma delas, associadas com o âmbito público, o átrio, e com o privado, o peristilo, esteve no centro da vida da casa romana, definindo uma ambiguidade significativa da complexidade social da casa, desde os usos domésticos e familiares até aos sociais e políticos (Zaccaria Ruggiu, 1995).

Podemos observar na ‘Casa das Carvalheiras’ a divisão entre público e privado, assinalada nos modelos helenizantes, de modo que a metade sul está estruturada no modelo romano axial, *vestibulum – atrium – tablinum* e, na parte norte, estão as salas de representação, *triclinium* e *exedra*. A separação entre os dois núcleos é bastante expressiva, sendo demarcada topograficamente, com uma diferença de cerca de 3m entre os níveis de circulação de cada um deles, sendo a passagem entre as duas plataformas, em que esses núcleos se estruturavam, assegurada através de escadas internas.

Assim, aquilo que define a ‘Casa das Carvalheiras’, não é de todo a axialidade entre o átrio e peristilo (**Figura 9, p. 52**), com os respetivos compartimentos relacionados, mas sim o modo como todos os espaços públicos e privados se organizaram harmoniosamente, de modo a satisfazer as necessidades da vida familiar, mas também e, sobretudo, a necessidade de ostentação social e económica do *dominus*, de forma compatível com o seu estatuto político, a sua riqueza e o seu nível cultural.

Estaríamos tentados a pensar que a construção de uma casa de átrio e peristilo, em *Bracara Augusta*, na época flávia, não terá sido certamente um caso isolado na cidade, não o sendo também na Tarraconense, apesar do franco domínio da casa de peristilo nessa cronologia já avançada.

Mas se a cronologia não permite descartar a presença do modelo de casa de átrio e peristilo no contexto do NO peninsular, importa tentar compreender se a associação do átrio ao espaço público e do peristilo ao privado faz algum sentido e se podemos continuar a valorizar o público e o privado, bem como o externo, por oposição ao interno, como categorias de análise, tendo em conta o que se conhece da organização dos compartimentos da ‘Casa das Carvalheiras’.

De facto, importa ter em conta que os estudos mais recentes sobre a arquitetura doméstica romana, inseridos em perspetivas pós-processualistas, vêm assinalando, nas últimas três décadas, a diferença entre função e uso, sendo de destacar, a este propósito, o inestimável contributo dos trabalhos de P. Allison (2002). Trabalhando sobre os materiais provenientes das casas pompeianas, a autora demonstrou a presença de determinados objetos em locais que não condizem com a sua utilização esperada, o que se coaduna com dados fornecidos pela documentação textual, que dá conta de situações que são pouco compatíveis com utilizações rígidas dos espaços, de que podem ser exemplo as descrições de crianças a brincar no átrio. Por isso, a visão tradicional dos espaços da casa romana, que lhe confere funcionalidades muito rígidas e/ou antagónicas tem vindo a ser progressivamente posta em causa e substituída por outras perspetivas que oferecem leituras alternativas do espaço doméstico (Wallace-Hadrill, 1994).

4.2.2. A polifuncionalidade dos espaços

Quando analisamos as casas a partir de conceitos como público e privado, percebe-

mos que esse modelo oferece claros limites, embora seja útil para determinar alguns aspectos relacionados com as possíveis funções que os subconjuntos da casa poderiam ter. Na verdade, a análise arquitetónica das unidades domésticas romanas evidencia que o projeto construtivo de uma casa romana era constituído por um conjunto de compartimentos com diferentes formas e dimensões, interrelacionados entre si através de aberturas, como portas e janelas, que permitiam a comunicação física e/ou visual (Grahame, 1999).

A dimensão, a forma e a localização dos compartimentos nas casas sugerem as funcionalidades que os mesmos teriam. O primeiro espaço a seguir à porta de entrada cumpria a função de permitir o acesso ao interior da casa, fosse ele um *vestibulum*, 'hall' de entrada, ou uma *fauces*/corredor. A diferença entre esses espaços não se dá pela função, mas pela forma, sendo o primeiro marcadamente mais largo que a *ianua* e o outro sensivelmente com a mesma largura. Essa definição, reduzida e prática, baseia-se no aspeto funcional desses dois compartimentos e certamente esteve presente na tomada de decisões aquando do desenho do projeto arquitetónico da habitação. Contudo, o uso que é dado a esses espaços, para além de sua função original, está associado a outros fatores que ficam completamente aquém das nossas possibilidades de análise, designadamente relativas à posição social e aos ofícios realizados pelo agregado familiar, que determinariam a composição decorativa dos espaços, a ornamentação, ou a frequência da presença de pessoas. O que surge documentado no registo arqueológico dos contextos domésticos, salvo raras exceções, como acontece com as cidades de Pompeia e Herculano, são dados que nos elucidam sobre a dimensão arquitetónica das casas, relativos a um conjunto de muros que, por vezes, permitem restituir a planimetria da habitação. Falta-nos, quase sempre, os elementos relativos ao mobiliário, aos objetos do quotidiano, ou à decoração pictórica, musiva e a estatuária.

Mas se é verdade que usos de natureza quotidiana raramente surgem assinalados no registo arqueológico, os que se associam a eventos, que fariam uso dos subconjuntos funcionais da casa são passíveis de ilações. Assim, as atividades como os grandes jantares, públicos ou privados, exigiam a acomodação de um elevado número de convivas e uma centralização visual das salas onde estavam situados os *lecti* em direção ao espaço principal ocupado pelo anfitrião (Mar e Verde, 2008).

Na 'Casa das Carvalheiras' a zona do peristilo era o local onde esses banquetes certamente seriam realizados, usufruindo-se assim do jardim porticado como plataforma visual para a *scaenographia* da representação social do *dominus*, usando-se o *ambulacrum* como zona de passagem dos convidados e dos servos que traziam os alimentos e as bebidas para a grande sala reservada à comensalidade.

Nesse sentido, podemos atribuir ao peristilo um sentido ligado à contemplação do jardim e ao trânsito de pessoas, tal como as grandes salas teriam uma função triclinar no

âmbito de grandes festas. Contudo, é preciso salientar que na parte oeste do espaço aberto foram implantados alguns *cubicula*, o que também permite atribuir a essa zona um uso doméstico. Na parte norte do peristilo foi identificado um poço e no centro do jardim existiria um tanque, elementos hidráulicos que servem tanto para a obtenção de água como para um possível culto às ninfas e demais divindades ligadas a esse elemento (Allison, 2002).

Com efeito, podemos concluir que a atribuição dos termos “peristilo”, “triclinium” ou “ambulacrum” a esses espaços e a sua definição a partir do léxico latino, que os associa a determinadas funções, pode não contemplar todos os usos que os mesmos teriam. De facto, chamarmos peristilo a um espaço aberto ajardinado, rodeado por uma colunata e com elementos decorativos permite-nos definir a sua forma e constituição, mas não nos transmite a pluralidade dos usos que esse lugar pode ter possuído (Cribiore, 2015).

A gramática arquitetónica doméstica itálica, que reuniu ao longo dos dois últimos séculos da República e no primeiro século do Império um vocabulário extenso de soluções para compor os seus espaços, criou um léxico bastante variado, que viria a servir de modelo para a construção de casas, cuja aparência final dependia de muitos fatores, como o tamanho do lote, a disponibilidade financeira do proprietário, os aspectos topográficos, mas, também, em grande medida, dos múltiplos e diferentes usos que a *família* e os convidados podiam fazer dos variados espaços da casa. Na verdade, a arquitetura doméstica romana associada às residências das elites foi profundamente marcada pela necessidade de fornecer uma imagem adequada, não apenas para a vida privada, mas sobretudo para a pública, constituindo um natural prolongamento dos espaços públicos em que se moviam as elites urbanas (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

Por outro lado, os trabalhos recentes realizados sobre a realidade das cidades de Pompeia e Herculano têm contribuído para construir uma visão mais flexível sobre as possíveis funções públicas ou privadas dos compartimentos das casas, assinalando que a relação público/privado, interno/externo não é apenas característica da casa romana, sendo comum que a vida cívica e política seja convocada para o interior da habitação, enquanto a vida familiar e doméstica teria também lugar nos espaços públicos das cidades. Neste sentido, podemos questionar o valor real da associação entre os binómios público-privado e político-social, uma vez que as atividades que decorriam no interior das casas eram suficientemente variadas para permitir que os âmbitos públicos cumprissem funções sociais, enquanto os contextos claramente privados eram invadidos por atividades do domínio público, como seriam as reuniões de trabalho, políticas e comerciais, realizadas nos *cubicula* (Crook, 1955; Tamm, 1963).

Esse fenómeno é de difícil percepção na ‘Casa das Carvalheiras’ dada a natureza dos dados que possuímos, que é exclusivamente arquitetónica. No entanto, podemos salientar a presença de *cubicula*, tanto na área do peristilo, como do átrio, o que manifesta

a flexibilidade do caráter privado do primeiro, ou público do segundo. Por outro lado, se é verdade que os quartos pertencem exclusivamente ao mundo doméstico e que a área do átrio alude às atividades unicamente públicas do *paterfamilias*, importa ter em conta a existência de vários *cubicula* em posições recuadas relativamente ao átrio, o que configura a sua possível utilização para fins privados de descanso, ou para reuniões de negócios mais privadas. Julgamos assim poder sublinhar a polifuncionalidade dos *cubicula*, compartimentos que são bons exemplos da versatilidade que temos que imaginar para realizar uma adequada interpretação da funcionalidade dos espaços de uma casa romana (Zaccaria Ruggiu, 1995: 40).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de expansão romana na Península Ibérica, iniciado nos finais do século III a.C., estimulou a aplicação dos modelos arquitetónicos itálicos desde bem cedo, resultando na construção de equipamentos públicos e privados, cujas especificidades acabaram por resultar dos diversos substratos indígenas que caracterizavam as diferentes regiões peninsulares, ao longo dos últimos dois séculos do I milénio a.C.

Assim, uma expressiva parte das casas conhecidas, tanto em cidades romanas, como em povoados indígenas das áreas conquistadas, apresenta elementos e ideias comuns aos que podemos encontrar nas casas da Itália tardo republicana. Em particular, cabe destacar o *atrium*, entendido como espaço ordenador (Aa. Vv., 1991), pois, na verdade, apesar do *peristylium* ter sido integrado na arquitetura doméstica itálica nos finais do século III/inícios do século II a.C. e da sua generalização ter ocorrido ao longo do século I a.C., esse elemento construtivo só viria a ser difundido na *Hispania* no período imperial, sendo os casos de casas republicanas com peristilo bastante pontuais (Aa. Vv., 1991). Será só após o fim das Guerras Cantábricas, e no contexto da urbanização das novas cidades que foram fundadas por Augusto, ou por ele promovidas, que vamos ver generalizarem-se os exemplos de casas em que o peristilo passou a constituir um elemento recorrente da organização do espaço doméstico, o qual se desenvolve de forma bastante significativa, ao longo do século I, mas sobretudo a partir da época flávia.

O desenvolvimento da arquitetura doméstica da Hispânia tem sido alvo de vários estudos de síntese de carácter regional, os quais têm evidenciado uma grande diversificação de soluções na utilização do peristilo como espaço ordenador e distribuidor das casas hispânicas, o qual oferece uma grande variedade de formas, dimensões e soluções arquitetónicas nas diferentes cidades que se desenvolvem nos dois primeiros séculos da nossa era, o que assinala a importância deste elemento arquitetónico na disseminação da casa de élite nos diferentes contextos regionais da Hispânia romana.

Na realidade, é possível considerar que a consolidação da ideia de peristilo como

elemento central da habitação está associada às diferentes funções que podia desempenhar na organização do espaço interno da casa, assegurando uma forte relação dos espaços associados com as atividades ligadas ao ócio e com a recriação da natureza. Essa relação era assegurada pela proximidade do peristilo em relação a espaços de receção e banquete, que garantia que os usuários desses compartimentos podiam desfrutar de uma visão privilegiada dos jardins, que se desenvolviam na área aberta dos peristilos, os quais constituíam uma expressão da natureza, transmitindo o conceito *rus in urbe*, generalizadamente adotado na arquitetura romana no século I. A relação com o jardim podia assegurar também uma proximidade do sagrado, por vezes relacionado com o culto da água que podia ter expressão nos espaços abertos do peristilo, através da existência de construções ligadas à água, como poços, fontes ou ninfeus. Mas o peristilo tinha também uma importante função de passagem, concretizada através do *ambulacrum*, onde circulavam pessoas, isoladamente ou em grupo, o que garantia um papel dinâmico a este tanto pelo movimento, mas também pelas sociabilidades que aí se desenrolavam.

Esta complementaridade funcional pode apresentar-se de forma diluída, ou concentrada. Assim, nas casas onde o espaço disponível para construção era suficientemente grande e possibilitava a multiplicação de jardins, era possível atribuir funções específicas a cada um deles, estando uns mais articulados com os espaços de ócio, outros reservados a uma privilegiada relação com o sagrado e outros mais associados à função de assegurar a circulação. A multiplicação de peristilos é bastante comum nas *villae*, onde o problema do espaço não se coloca, facto que é favorável ao desenvolvimento de plantas de casas elaboradíssimas, com múltiplos jardins de diferentes dimensões, formas e decorações (Fernández Ochoa et al., 2008). Já nos contextos urbanos, são raras e excepcionais as casas que conhecem o desenvolvimento de vários peristilos ou a multiplicação dos jardins. Salvo algumas raras exceções, a multiplicação de peristilos é particularmente invulgar nas cidades da Hispânia, cuja planta fundacional se baseia em quarteirões com áreas regulares e modestas, de que são exemplo *Bracara Augusta* ou *Complutum*. Em contrapartida, esse tipo de casa surge mais abundantemente em cidades cuja malha urbana não é regular, como acontece em *Tiermes*, com a 'Casa do Aqueduto' (Uribe Agudo, 2008: 422-428), em Conimbriga, com a 'Casa de Cantaber' e a 'Casa dos Repuxos' (Correia, 2010: 92-101, 105-110), sendo também característico de casas situadas na periferia das cidades, como acontece em *Augusta Emerita*, com a 'Casa del Mitreo' (Corrales Álvarez, 2014: 1349-1358).

Quando as reduzidas dimensões dos lotes de implantação das casas não permitiam a multiplicação dos espaços abertos de jardim, o projeto arquitetónico das casas precisava de ser adequado ao espaço disponível, o que resultava no estabelecimento de peristilos com uma multiplicidade de funções. Esta circunstância terá contribuído para que

os peristilos tenham visto diminuir a importância do seu uso com valor contemplativo e estético, passando a ser sobretudo valorizados pelo seu papel como elementos de distribuição, onde a circulação e, consequentemente, o *ambulacrum*, ganhou mais peso, em detrimento do jardim e dos seus elementos ornamentais, como tanques e fontes.

Os espaços que constituem as habitações romanas foram concebidos para cumprir determinadas funções, as quais determinaram o desenho do projeto arquitetónico e a sua concretização. Sabemos, contudo, que a casa romana não era apenas um espaço destinado a cumprir funções relacionadas com a vida em família, pois as funções de representação social e económica do *paterfamilias* constituíam a base fundamental da sua organização. Na verdade, podemos considerar que a casa romana de elite estava sobretudo organizada em função da capacidade de receber visitantes e de impressionar, quem a visitava ou vislumbrava, através da porta aberta, pelo que o que realmente importava na casa não seria tanto a sua forma arquitetónica, mas o luxo que demonstrava e que constituía um sinal do poder do seu proprietário (Wallace-Hadrill, 2015: 185). É neste contexto que parece questionável continuar a valorizar uma rígida separação entre áreas privadas e públicas da casa, ou áreas para hóspedes *versus* áreas para a família, tradicionalmente considerada como um dos princípios organizadores da casa romana, ainda que não se possa descartar a hipótese de que pudessem existir alguns espaços que teriam por função assinalar um nobre espaço da casa, e não a separação entre “visitantes *versus* família” (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

As formas e dimensões dos compartimentos, as suas acessibilidades e a inter-relação visual entre os espaços de representação e banquete eram estabelecidas de modo a cumprir as funcionalidades para eles previstas. No entanto, é importante compreender que os usos dados a cada um desses espaços estavam sobretudo assegurados pelas atividades quotidianas que neles tinham lugar pelos diversos membros da família, os quais transcendiam, por vezes, as funções para que tinham sido criados. De facto, a diferença entre função e uso ganha plena expressão ao valorizarmos a casa romana, pois os usos dos diferentes espaços das casas mudavam com o tempo e as circunstâncias, sendo sempre mais diversificados do que aqueles que tinham sido originalmente previstos para cada espaço, facto que lhe confere um valor marcadamente polissémico. Lamentavelmente, essa multiplicidade de usos que podia ocorrer nos espaços da casa é pouco perceptível no registo arqueológico, o que dificulta necessariamente a sua interpretação. No entanto, julgamos que o sistema complexo de função e uso pode ser observado, tanto na ‘Casa das Carvalheiras’, em Bracara Augusta, como na ‘Casa de Cantaber’, de Conimbriga (Correia, 2010: 92-101), em que se percebe a multiplicidade de usos que os peristilos poderiam ter assumido, sendo o *locus privilegiado* da *scae-nographia* pública, mas também o espaço doméstico, familiar e íntimo dos membros da família.

Depreende-se da leitura proposta que a casa romana não pode ser entendida como o resultado, nem da repetição de um modelo repetitivo e único de um esquema de organização da casa, com base num sistema axial de organização dos compartimentos, presente na casa pompeiana, nem da aplicação de uma tipologia rígida, que definia os critérios de uma casa de átrio, de uma casa de peristilo, ou uma casa de átrio e peristilo. Será mais correto entender a casa romana como uma linguagem, necessariamente variável em termos morfológicos, mas também como um léxico, composto por unidades gramaticais que exprimem várias possibilidades semânticas, harmoniosamente resolvidas na solução arquitetónica que configura a sintaxe da habitação, a qual é necessariamente fruto de diversos fatores, mas sobretudo um claro reflexo das atividades do proprietário e da sua família e das necessidades decorrentes de exibição pública do seu estatuto no quadro do corpo cívico das cidades. Na verdade, a casa romana era o espelho da classe e riqueza dos seus ocupantes, refletindo nas suas características arquitetónicas o estatuto social dos seus ocupantes, pelo que a casa funcionava com uma poderosa linguagem que, numa sociedade pouco letrada, transmitia lógicas de poder, hierarquias e valores. Desta forma, as *domus* eram o cenário principal da vida política e social dos seus proprietários, estabelecendo a exibição física do seu poder económico, operando como estrutura de representação e controlo social.

Neste sentido, quando se estuda a habitação romana de uma qualquer cidade, esta não pode ser encarada como um objeto de avaliação descontextualizado, pois a sua estrutura tem que ser percecionada e avaliada em função da história específica da cidade, das características das populações que as habitavam, das atividades económicas em que se envolviam, ou das fontes de riqueza que garantiram a monumentalização do espaço público, mas que asseguravam, também, a base para a construção das casas, que refletiam a hierarquia e a diversidade dos estatutos sociais da comunidade cívica. Importa também ter em conta os materiais disponíveis, o tipo de parcelamento dos quarteirões, ou a localização das casas na topografia urbana, fatores que em muito influenciavam as características das casas e o protagonismo dos seus ocupantes.

A construção de uma *domus* tinha sempre que ser adaptada à malha urbana, uma vez que o espaço a ser construído estava previamente delimitado pelos limites dos quarteirões e pelo tamanho dos respetivos lotes, aspectos que determinavam as suas dimensões. De facto, dependendo das áreas dos quarteirões estes poderiam ser ou não repartidos em vários lotes, como observámos no caso de *Bracara Augusta*, no caso de *Complutum*, mas que sabemos que ocorria também em *Augusta Emerita*. No caso de Braga observámos essas subdivisões na ‘Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão’ e na ‘Zona arqueológica da rua Afonso Henriques’, onde os quarteirões, com áreas de construção de 1 *actus*, foram subdivididos em dois lotes, possibilitando a construção de duas *domus*. No entanto, outras casas ocuparam a totali-

dade da área dos quarteirões, como aconteceu com a *domus* flaviana das Carvalheiras, a *domus* do ex Albergue Distrital, ou a *domus* das Cavalariças. Por sua vez, em *Complutum* verifica-se que os quarteirões com áreas bastante semelhantes a *Bracara Augusta*, estariam divididos em quatro parcelas, cuja posterior construção podia respeitar essa divisão, ou corresponder a lotes multiplicadores. Assim, num quarteirão foi possível identificar três *domus* distintas, duas das quais, situadas a norte, '*Domus de Marte*' e '*Domus del Átrio*', ocupavam um quarto do *actus* (60x60 pés), enquanto uma outra, disposta a sul, '*Domus da Lucerna de la Máscara Trágica*', que ocupava meio *actus* (120x60 pés). A variedade das dimensões das casas é bem reveladora do carácter diferenciado da riqueza das famílias residentes de *Complutum*, algumas das quais tinham capacidade para comprar lotes maiores, correspondentes à totalidade de um quarteirão. Assim, se testemunha que o projeto arquitetónico era também condicionado pela disponibilidade financeira dos proprietários.

As dimensões dos lotes construídos constituem uma importante variável a ter em conta quando avaliamos as características das plantas das casas, uma vez que influencia a organização do seu espaço interior. Assim, por vezes, era necessário recuar o peristilo, ou mesmo sacrificar parte de seu *ambulacrum*, estreitando-o, mas procurando-se manter a sua função ordenadora, como observámos na '*Casa da Lucerna da Máscara Trágica*', de *Complutum*, havendo casos em que essa função chega mesmo a desaparecer por completo, funcionando o espaço aberto, não como elemento distribuidor, mas apenas como ponto de luz e ventilação, como acontece com a '*Casa 1*' e com a '*Casa das Escadas*' de *Tongobriga*.

Qualquer proprietário para construir numa cidade tinha que respeitar um conjunto de normas como o tamanho dos quarteirões, os direitos dos vizinhos, a dimensão da área de construção, a manutenção de pórticos, sendo estes alguns dos constrangimentos que diferenciavam as características das casas, pois as particularidades da cidade vão determinar a liberdade construtiva dos proprietários. Tal como verificámos em *Conimbriga*, as habitações não encontraram aí limitações de espaço, ou obstruções impostas pela vizinhança, facto que permitiu a construção de grandes *domus* compostas por uma sucessão de espaços abertos destinados a cumprir os padrões culturais do seu proprietário, tendo apenas como constrangimento fundamental o carácter irregular dos limites das parcelas, que os arquitetos souberam habilmente ultrapassar. Neste sentido, importa reconhecer que a casa romana não tem que ser entendida como um modelo repetitivo, nem como uma tipologia, mas antes como uma linguagem e um léxico representado por diferentes soluções arquitetónicas.

Assim, a casa romana, enquanto artefacto cultural, nunca pode ser compreendida como uma tipologia fechada, mas antes como uma multiplicidade de soluções arquitetónicas, sendo o contexto o elemento definidor da própria casa e do seu projeto

arquitetónico, que era determinado pelas especificidades da cidade, como a própria topografia, a malha urbana, mas também pelo estatuto e pelas capacidades económicas dos proprietários (Beltrán Lloris e Mostalac Carrillo, 1994). Por outro lado, não existe uma identidade ou modelo específicos da casa romana fixados no tempo e no espaço, pois as habitações sofreram diversas reformas e transformações ao longo dos tempos, de que são exemplo bem ilustrativo as casas de *Bracara Augusta*. Como observámos ao longo deste trabalho existe uma enorme diversidade de soluções construtivas com particularidades que devem ser avaliadas em termos espaço-temporais, devido à heterogeneidade das cidades e das suas elites, que pode ajudar a compreender determinadas especificidades regionais, mas também devido à mudança de paradigmas, de ideologias, de modos de viver, ou dos simples gostos dos proprietários e arquitetos, todos eles com capacidade para influenciar as características das mudanças operadas nas casas ao longo dos tempos.

Os estudos de arquitetura doméstica devem fazer um esforço no sentido de compreender a casa romana no seu contexto, mas também toda a sua estética, decoração e, quando possível, os padrões de comportamento, a religiosidade e as atividades económicas do senhor da casa, já que esta pode ser entendida como a sede do poder do *paterfamilias*, funcionando, por isso, como centro político, cultural e religioso. No entanto, esta linha de investigação tem que ultrapassar alguns obstáculos que são inerentes à interpretação da funcionalidade dos diferentes espaços que formalizavam as habitações. Na verdade, na maior parte dos casos estamos perante vestígios de construções trazidos à luz do dia no âmbito da Arqueologia Urbana, que oferece assinaláveis dificuldades para descobrir e interpretar a totalidade dos edifícios, pois o carácter truncado dos vestígios raramente possibilita a reconstituição da planta integral das construções originais, que se oferece como condição indispensável para compreender o significado dos projetos arquitetónicos. Por outro lado, os vestígios que vão sendo recuperados pelas escavações, e que permitem restituir as plantas dos espaços habitacionais, encontram-se, regra geral, bastante destruídos, não fornecendo indicadores decorativos que possibilitem identificar com clareza os espaços orgânicos das casas, como acontece com os pavimentos ou as pinturas murais, que podem ajudar a elucidar sobre a funcionalidade de determinados espaços e sobre o estatuto económico, social e cultural dos proprietários das casas. No entanto, apesar de todos os constrangimentos com que se lida na Arqueologia Urbana é indiscutível o seu notável contributo para o que sabemos hoje sobre a casa romana nas províncias, ela própria um organismo complexo, permanentemente sujeito à mudança. Um exemplo dessa importância é-nos fornecido pelos contributos das escavações realizadas em *Augusta Emerita*, *Complutum* ou *Bracara Augusta*, os últimos dos quais em análise neste trabalho.

A partir da análise das unidades domésticas de *Bracara Augusta* conseguimos per-

ceber a grande diversidade de soluções arquitetónicas que se podem esconder sob o conceito de *domus*, a qual deve ser entendida como uma casa da elite urbana, mas não como um modelo tipológico de habitação. De facto, dado que estamos perante uma cidade cuja malha urbana fundacional configurou quarteirões quadrados, muito regulares, com as mesmas dimensões e formas e, a partir deles, lotes também iguais, ou seja, com a mesma área disponível para a construção, as diferenças identificadas a nível da disposição e do tamanho dos compartimentos, que necessariamente materializavam uma intenção funcional, só pode ser compreendida se estivermos perante famílias com distintas composições, atividades e possibilidades financeiras. Este argumento é válido quando compararmos áreas de construção semelhantes, sejam elas a totalidade dos quarteirões, com áreas próximas de 1 *actus*, o que aconteceu com as *domus* cuja construção viria a ocupar a totalidade dos quarteirões, ou lotes correspondentes a meio quarteirão, situação que ocorre em vários locais.

Assim, podemos considerar que existe uma clara distinção em relação à quantidade de lotes que podiam ser adquiridos pelos proprietários, sendo certo que a dimensão da área construída nos dá informações sobre o estatuto e importância dos seus proprietários. Esta capacidade que a casa tinha de projetar o estatuto do seu proprietário verifica-se ainda nas reformas conhecidas que ocorreram nos finais do século III/inícios do século IV e que afetaram a totalidade das casas conhecidas até ao momento em *Bracara Augusta*. A esse período reporta-se um grande investimento nas *domus*, que se traduz numa clara monumentalização dos espaços domésticos, através da construção de termas privadas, da renovação de estuques e de pavimentos, do uso de mármores e da construção de grandes espaços de receção e banquete. O investimento recorrente na arquitetura e nos programas decorativos das *domus*, que caracteriza também outras cidades da Hispânia, parece definir uma linguagem comum e própria da aristocracia urbana, a qual parece emergir no quadro de uma nova ordem económica e social associada à emergência de uma sociedade mais hierarquizada, uma clara consequência da crise do século III e das posteriores reformas do século IV.

Ao longo do século V assistimos a um processo de transformação funcional e social da casa que assinala o fim da *domus*, como casa de elite unifamiliar, o que não significa naturalmente que as casas tenham sido arrasadas. Muito antes pelo contrário. O que se verifica é que essas casas passam a conhecer um outro tipo de ocupação, passando a ser usadas por diferentes famílias, o que determina uma lógica funcional diferente daquela que caracterizou o seu aproveitamento como espaço de representação centrado em torno do peristilo. Esta alteração da estrutura planimétrica das unidades habitacionais parece definir uma nova forma de habitar e, naturalmente, um novo modelo residencial, caracterizado pelo abandono do peristilo, como núcleo da casa, o que assinala claramente, o fim das *domus* e o aparecimento de uma nova forma de estruturar os

espaços. Estas alterações parecem estar articuladas com as mudanças que afetaram o quadro político da Península Ibérica nos inícios do século V, mas também com um novo enquadramento social emergente, associado à diminuição do poder económico das elites urbanas, que deixam de conseguir manter em funcionamento as luxuosas casas que haviam constituído os principais cenários de representação do poder nas cidades do século IV.

FONTES IMPRESSAS

Pliny the Younger. *Letters*, Volume I, books 1-7. Betty Radice (trad.) (1969). Loeb Classical Library 55, Harvard University Press.

Vitruvius, *On Architecture VI-X*. Frank Granger (trad.) (1934) Loeb Classical Library 280, Harvard University Press.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1991) – *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones*, Congreso sobre la Casa – Urbana Hispanorromana, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.

ALARCÃO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América Lda.

ALARCÃO, J. (1990) – *Portugal. Das origens à romanização*. In Serrão, J. e Marques, O. (dir.) *Nova História de Portugal*, Vol. I, Presença, Lisboa.

ALLISON, P. M. (2002) – *Pompeian households: an analysis of the material culture*, Los Angeles, California.

AMPOLO, C.; CARANDINI, A.; PUCCI, G. e PENSABENE, P. (1971) – La villa del Casale a Piazza Armerina. Problemi, saggi stratigrafici ed altre ricerche, *Mélanges de l'Ecole française de Rome*, 83(1), pp. 141-281.

ANGUSSOLA, A. (2010) – *Intimità a Pompei: riservatezza, condivisione e prestigio negli ambienti ad alcova di Pompei* (Vol. 8), Itália, Walter de Gruyter.

BEK, L. (1986) – Quaectiones conviviales: The Idea of the Triclinium and the Staging of Convivial Ceremony from Rome to Byzantium, *Analecta romana Instituti danici*, 12, pp. 83-107.

BELTRÁN LLORIS, M. e MOSTALAC CARRILLO, A. (1994) – *Colonia Victrix Iulia Lepida-Celsa II: Estratigrafía y pinturas*, Zaragoza, Institución Fernando El Católico.

COARELLI, F. (1983) – Architettura sacra e architettura privata nella tarda repubblica, In *Architecture e société, Collection de l'Ecole française de Rome*, 66: pp. 191-217.

CORRALES ÁLVAREZ, Á. (2014) – *La arquitectura doméstica de Augusta Emerita*, Tese de Doutoramento, Universidade da Extremadura, Cáceres.

CORREIA, V. (2010) – *A Arquitectura Doméstica de Conímbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

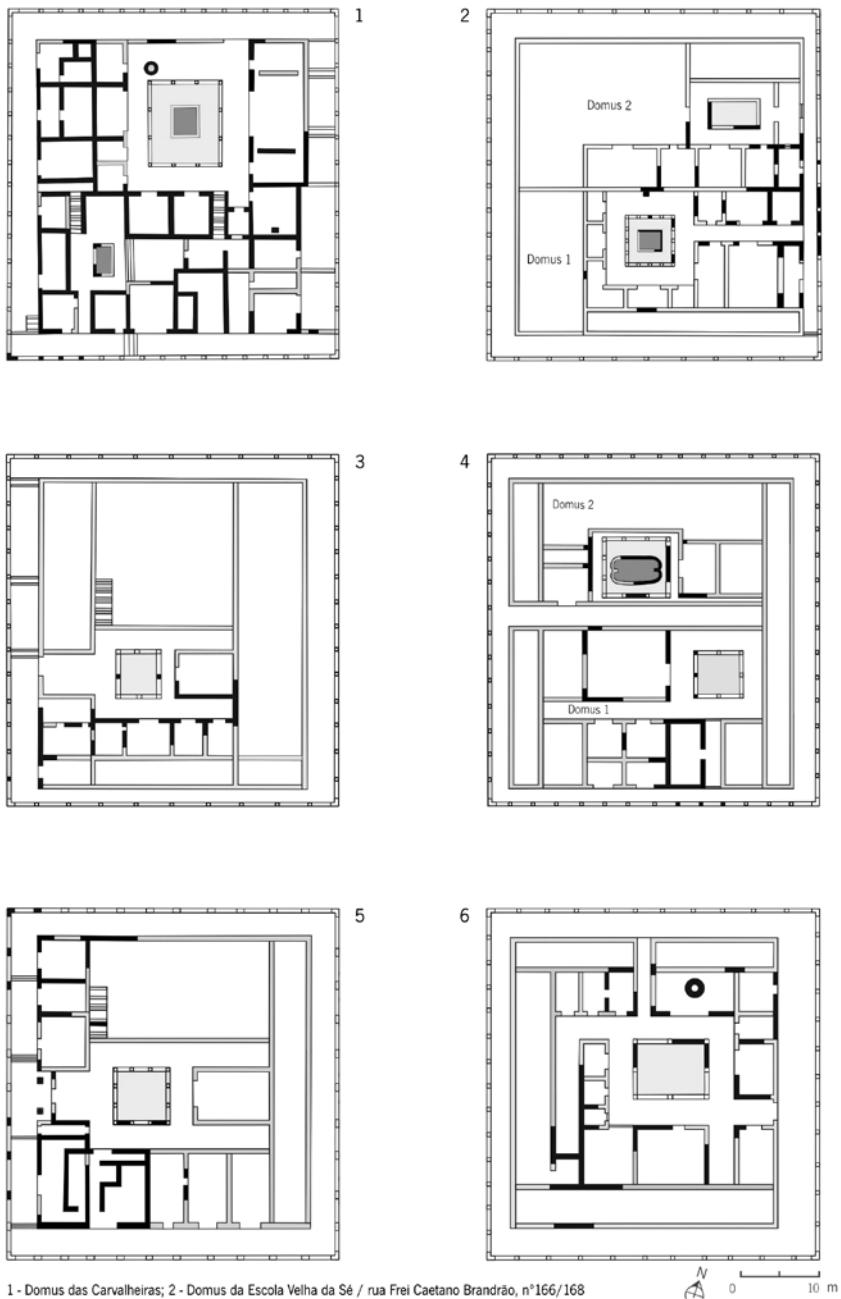
CORTÉS VICENTE, A. (2009) – *L'arquitectura domèstica de les ciutats romanes de Catalunya*. Tese de Doutoramento, Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana, Universitat Autònoma de Barcelona – Institut Català d'Arqueologia Clàssica, Tarragona.

- CRIBIORE, R. (2015) – Multifunctionality of spaces in a Late Roman house in Egypt, In Tuori, K. e Nissin, L. (eds.), *Public and Private in the Roman House and Society, Journal of Roman Archaeology Supplementary*, Series 102, Rhode Island, Portsmouth: pp. 149-159.
- CROOK, J. (1955) – *Consilium Principis*, Cambridge.
- DIAS, L. (1997) – *Tongobriga*, Lisboa, IPPAR.
- DICKMANN, J. (1999) – *Domus frequentata. Anspruchvolles Wohnen im pompejanischen Stadthaus, Studien zur antiken*, Stadt 4, München.
- DUBOULOZ, J. e ROBERT, R. (2016) – Les banquets publics à la fin de la République: usages sociaux, espaces et représentation, *Dialogues d'histoire ancienne*, vol. 42, no 2, pp. 59-84.
- DUNBABIN, K. M. (1996) – Convivial spaces: dining and entertainment in the Roman villa, *Journal of Roman Archaeology*, 9, 66-80.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA ENTERO, V. e GIL SENDINO, F.(eds.) (2008) – *Las "villae" tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón, Ediciones Trea.
- GLARE, P. (2012) – *Oxford Latin Dictionary, 2nd edition*, Reino Unido, Oxford University Press.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Á. (2006) – *La arquitectura doméstica urbana en época romana en la Provincia Baetica*, Tesis de Doctorado en: Historia, Universidad de Huelva, Departamento de Historia I, Huelva [<http://hdl.handle.net/10272/2870>]
- GRAHAME, M. (1997) – Public and private in the Roman house: investigating the social order of the Casa del Fauno, In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.), *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond*, Portsmouth R.I., *Journal of Roman Archaeology Supplementary*, series nº 22: pp. 137-165.
- GRAHAME, M. (1999) – Reading the Roman House: The Social Interpretation of Spatial Order, In Leslie, A. (ed.), *Theoretical Roman Archaeology and Architecture: The Third Conference Proceedings*, Glasgow, Cruithne Press, pp. 48-74.
- GROS, P. (2001) – L'habitat dans les provinces occidentales, In Nicolini, G. (dir.), *L'Architecture Romaine, du début du II^e siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire, Maisons, palais, villas et tombeaux*, Vol.2, Chapitre 3, Les Manueles D'art et D'Archéologie Antique, Éditiones A. Et J. Picard, París, pp.136-213
- HABINEK, T. e SCHIESARO, A. (1998) – *The Roman Cultural Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JASHEMSKI, W. (1979) – *The Gardens of Pompeii, Herculaneum, and the Villas Destroyed by Vesuvius*, 2 vols, Vol. 1, New Rochelle, Caratzas Brothers Publishers.
- KRAUSE, C. (2003) – *Villa Jovis. Die Residenz des Tiberius auf Capri*, Zabern, Mainz.
- LAURENCE, R. (1994) – *Roman Pompeii: Space and Society*, London, Routledge
- MAGALHÃES, F. (2010) – *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- MAR, R. (2008) – La construcción pública en las ciudades Hispanas. Los agentes de la construcción. In Cam poreale, S. et alii, *Arqueología de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales*. Actas del Workshop do mesmo nome, Mérida.

- MAR, R. e RUIZ DE ARBULO, J. (1993) – *Ampurias romana. História, arquitectura y arqueología*, Sabadell, Ed. Ausa.
- MAR, R. e VERDE, G. (2008) – Las villas romanas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica, In Fernández Ochoa, C., García-Enterro, V. e Gil Sendino, F. (eds.), *Las villaes tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Espanha, pp. 49-83.
- MARTINS, M. (1997/98) – A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14 /15, Série II, Braga, pp. 23-45.
- MAU, A. (1908) – *Pompeji in Leben und Kunst*, Leipzig.
- NICOLET, C. (1976) – *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*, Gallimard.
- NIELSEN, I. (1999) – *Hellenistic Palaces: Tradition and Renewal*, Aarhus University Press.
- NISSEN, H. (1877) – *Pompejanische Studien zur Stadtkunde dês Altertums*, Leipzig.
- PESANDO, F. (1997) – *Domus. Edilizia privata e società pompeiana fra III e I secolo a.C.*, Roma.
- PESSOA, M. (2005) – Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das civitates de Aeminium e de Conimbriga, Portugal, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 8, número 2, pp.363-401.
- RIBEIRO, J. (2010) – *A Arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*, Tese de Doutoramento (políptico), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- RIGGSBY, A. (1977) – Public and Private in Roman Culture: the case of the cubiculum, *JRA*, n. 10, pp. 36-56.
- TAMM, B. (1973) – *Some notes on roman houses*, *Opuscula Romana*, IX, pp. 53-60.
- URIBE AGUDO, P. (2008) – *La edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica* (séc. I a.C – III d. C), Tese de Doutoramento, Universidad de Zaragoza, Zaragoza
- VEYNE, P. (1991) – Vie de Trimalcion, In *La société romaine*, Paris, pp. 13-87.
- VON STACKELBERG, K. (2009) – *The Roman Garden: Space, Sense, and Society*, Routledge Monographs in Classical Studies, London/New York, Routledge.
- WALLACE-HADRILL, A. (1994) – Houses and society in Pompeii and Herculaneum, New Jersey.
- WALLACE-HADRILL, A. (2008) – *Rome's Cultural Revolution*, Cambridge/New York, Cambridge University Press.
- WALLACE-HADRILL, A. (2015) – What makes a Roman House a "Roman House"?, in Tuori, K. and Nissin, L. (eds.), *Public and Private in the Roman House and Society*, *Journal of Roman Archaeology Supplementary*, Series 102, Rhode Island, Portsmouth, pp. 177-186.
- ZACCARIA RUGGIU, A. (1995) – *Spazio privato e spazio pubblico nella città romana*, Roma, École Française de Rome.
- ZACCARIA RUGGIU, A. (2001) – Abbinamento triclinium-cubiculum: Un'ipotesi interpretativa, In Verzar-Bass, M. (ed.), *Abitare in Cisalpina. L'edilizia privata nelle città e nel territorio in età romana*, Trieste, Editreg, pp. 59-101.

FIGURAS

FIGURES



1 - Domus das Carvalheiras; 2 - Domus da Escola Velha da Sé / rua Frei Caetano Brandrão, nº166/168
 3 - Domus da rua Frei Caetano Brandrão nº183/185 / rua Santo António das Travessas 20/26
 4 - Domus da rua Afonso Henriques nº42/56; 5 - Domus do Ex Albergue Distrital
 6 - Domus das Cavalarças

Figura 1 – Modelos de *domus* identificados em Bracara Augusta.

Figure 1 – Domus types identified in Bracara Augusta.



Figura 2 – Planta da *domus* das Carvalheiras com a localização dos espaços do núcleo do átrio, peristilo e lojas ao longo dos pórticos sul, oeste e este.

Figure 2 – Ground plan of the Carvalheiras domus showing the location of the atrium, peristyle and shops along the southern, western and eastern porticoes.

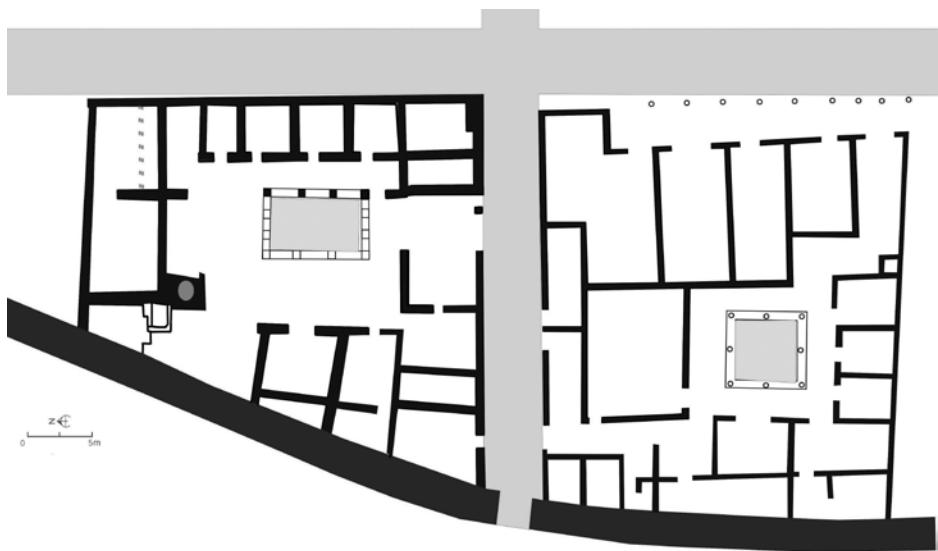


Figura 3 – Planta das “Casas 5 e 6” da Mouraria em Augusta Emerita.

Figure 3 – Ground plan of ‘Casas 5 and 6’ of Mouraria in *Augusta Emerita*.



Figura 4 – Planta da cidade de *Complutum* com a seleção das *domus*. Foram selecionadas para análise aquelas que possuem como elemento ordenador um peristilo, ‘Casa de Baco’ e ‘Casa de los Grifos’, ‘Casa de Leda’, ‘Casa del átrio’, ‘Casa de Marte’, e ‘Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica’.

Figure 4 – Plan of the city of *Complutum* showing the selected domus. Only the domus featuring a peristyle as an ordering element have been selected for analysis: ‘Casa de Baco’ and ‘Casa de los Grifos’, ‘Casa de Leda’, ‘Casa del átrio’, ‘Casa de Marte’, and ‘Casa de la Lucerna de la Máscara Trágica’.

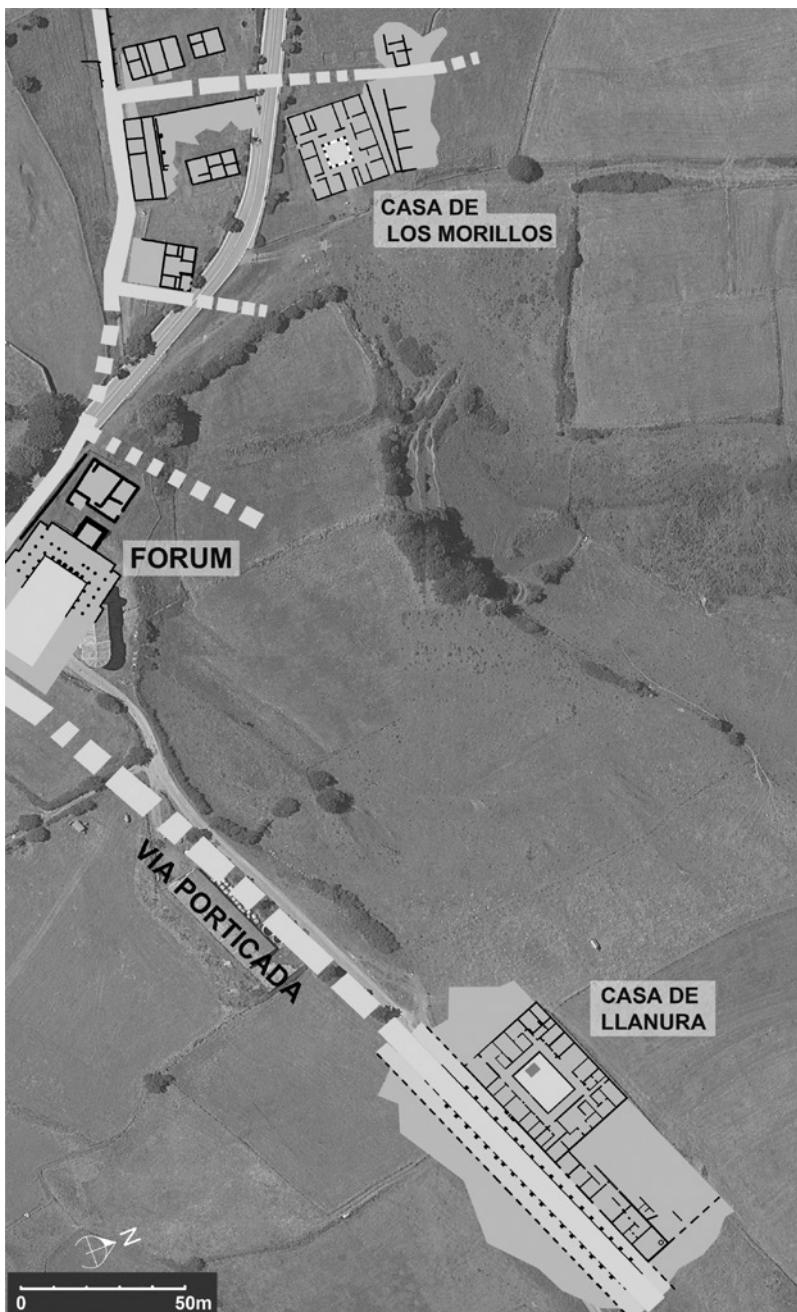


Figura 5 – Proposta de traçado de um conjunto de ruas que articulam o *forum* e diferentes núcleos residenciais de *Iuliobriga*.

Figure 5 – Posited layout of a set of streets structuring the forum and different residential clusters of *Iuliobriga*.

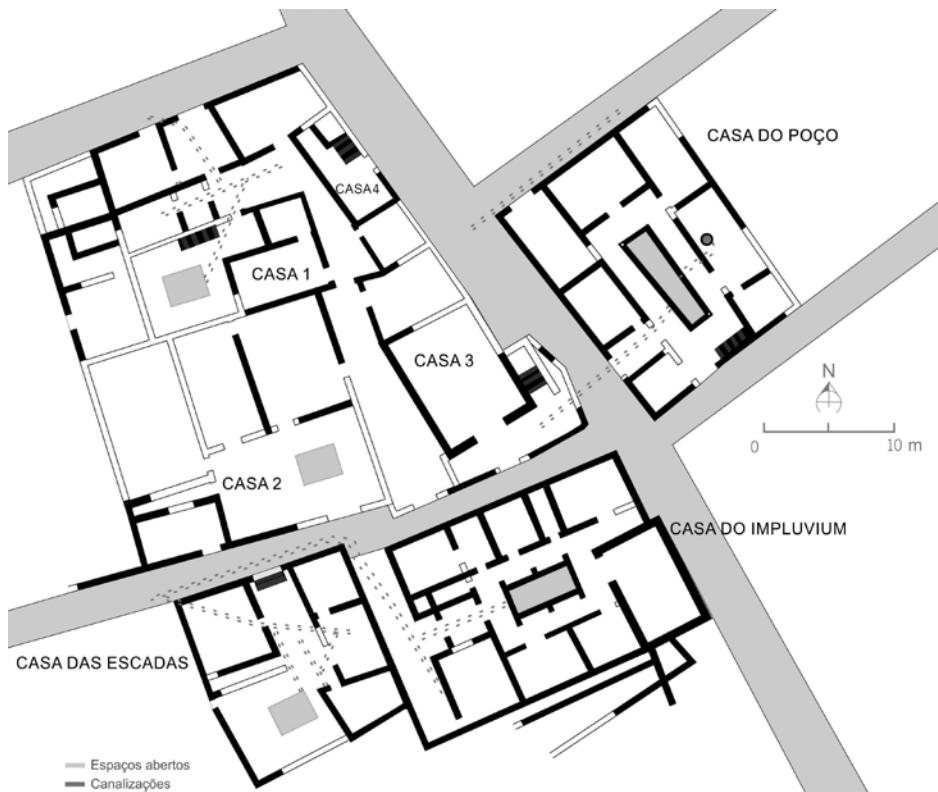


Figura 6 – Planta com as unidades habitacionais de *Tongobriga*: ‘Casa do Poço’; ‘Casa do *Impluvium*’, ‘Casa das Escadas’; ‘Casa 1’; ‘Casa 2’; ‘Casa 3’; ‘Casa 4’.

Figure 6 – Plan showing the housing units of *Tongobriga*: ‘Casa do Poço’; ‘Casa do *Impluvium*’, ‘Casa das Escadas’; ‘Casa 1’; ‘Casa 2’; ‘Casa 3’; ‘Casa 4’.

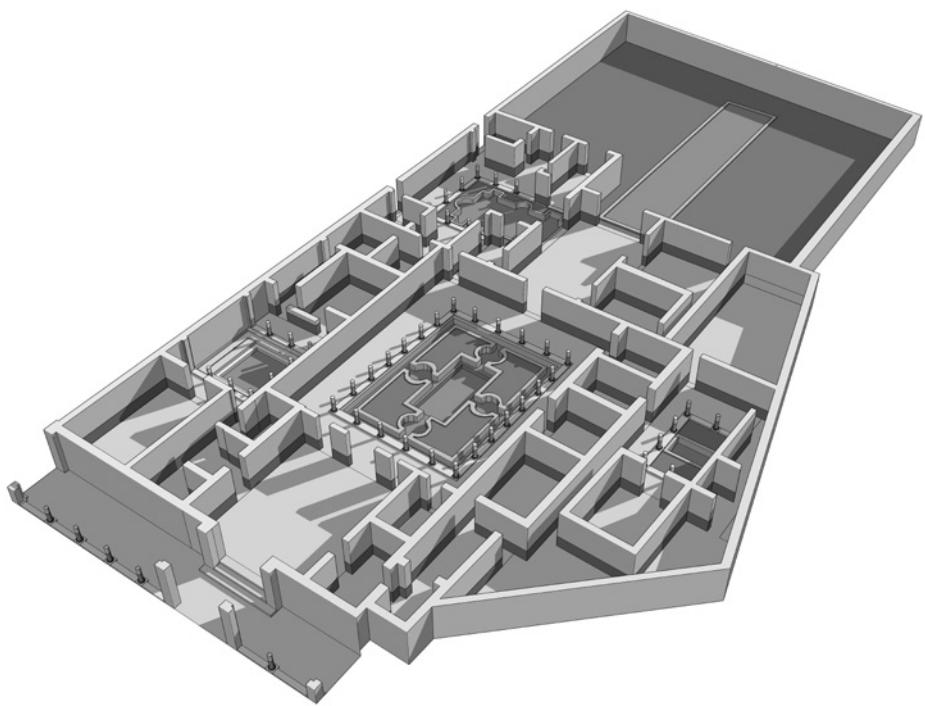


Figura 7 – Restituição da planimetria da ‘Casa do Cantaber’ em Conimbriga.

Figure 7 – Planimetric restitution of the ‘Casa do Cantaber’ in Conimbriga.

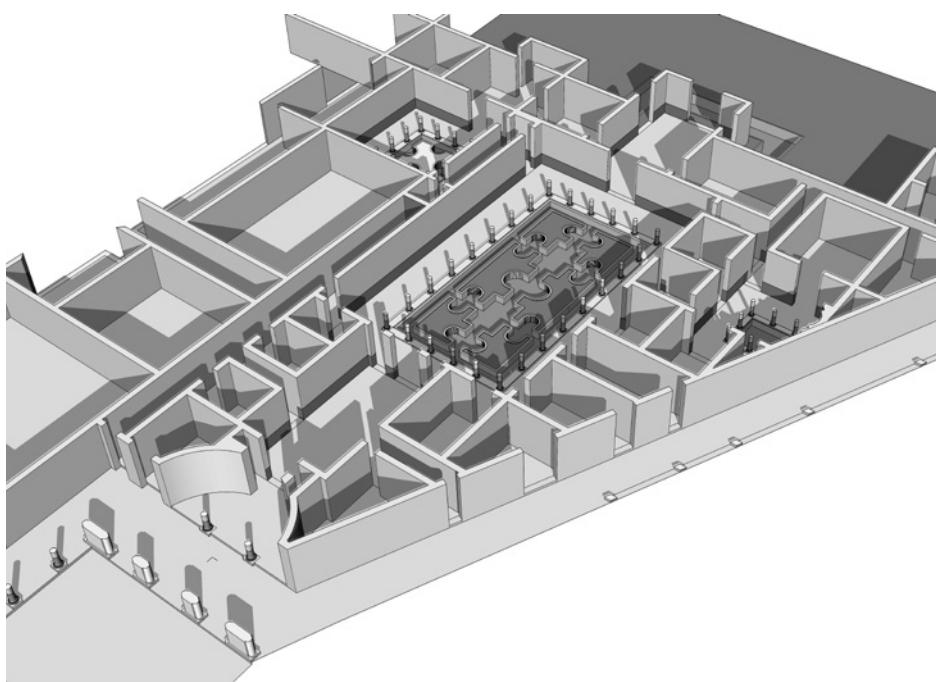


Figura 8 – Restituição da planta da ‘Casa dos Repuxos’ em Conimbriga.

Figure 8 – Restitution of the ‘Casa dos Repuxos’ (Conimbriga) ground plan.

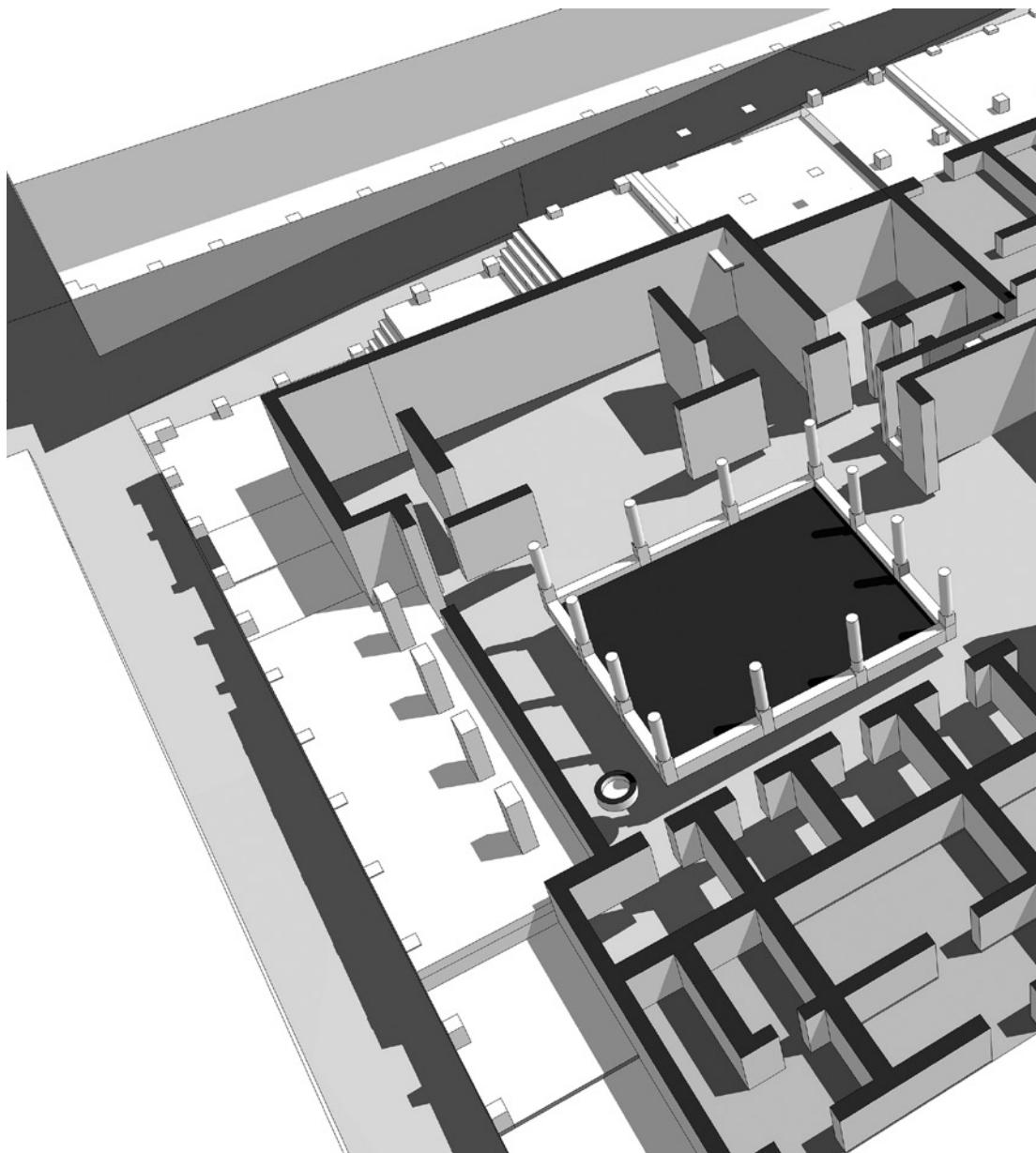
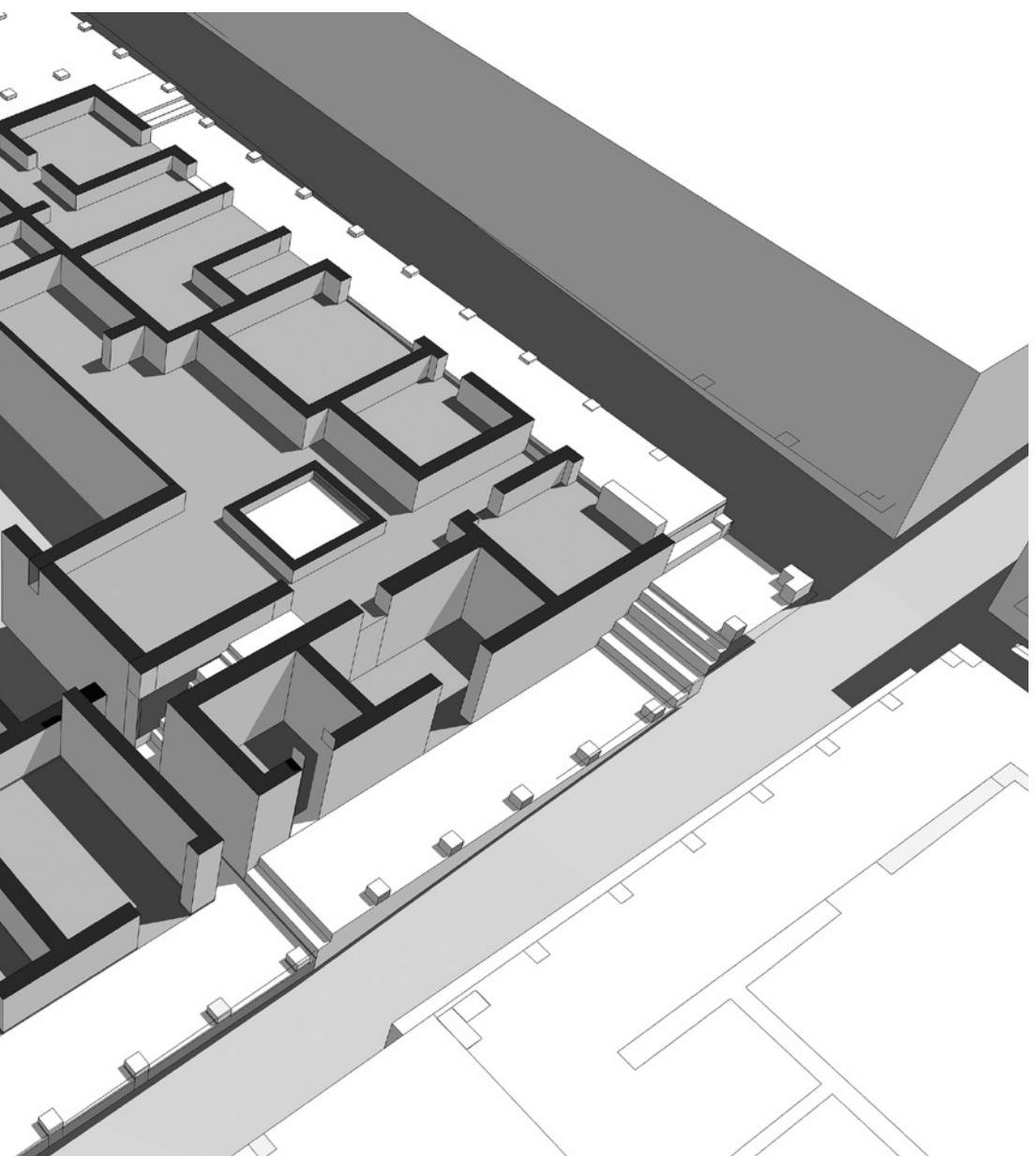


Figura 9 – Reconstituição 3D da *domus de átrio e peristilo* das Carvalheiras.

Figure 9 – 3D reconstitution of the 'atrium and peristyle' domus of Carvalheiras.



THE ROMAN DOMUS IN NW IBERIA. ARCHITECTURE, CONSTRUCTION AND SOCIABILITIES

Fernanda Eugénia Puga de Magalhães

fmagalhaes@uaum.uminho.pt

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

Lab2PT – Laboratório de Paisagens, Património e Território

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

Abstract

The study of Roman domestic urban architecture currently constitutes a stimulating approach to provincial Roman society. This approach is closely associated with the study of cities, which has been enhanced by the important contributions of Urban Archaeology, resulting in a renewal of our knowledge of the Roman provincial universe, far beyond what was traditionally revealed through the written texts of Antiquity. The present work is set in this context, and its starting point is the analysis and enhancement of the Roman domestic architecture of *Bracara Augusta*, a provincial town that came to be known following the excavations carried out in Braga over more than four decades. Hence, the aim of this work is a much needed revision and systematisation of the vast archaeographic information pertaining to Braga in order to compare it, firstly with the data concerning the other *conventus* capitals of NW Iberia and secondly with the available data on a peninsular level. Our purpose was also to understand and reflect on the way in which the domus of NW Iberia mirrored the specific cultural particularities of this region and conveyed the import of Italic and Roman house models, given their potential as a context for approaching daily life and urban sociabilities. With these objectives in mind, we sought to enhance the Roman domus from an architectural and constructional point of view, which allowed us to understand how the Italic models were assimilated and how some regional constructional solutions were adopted. This approach enabled ascertaining the degree of social and cultural integration of the owners and the way they adapted the models and language of Italic residential architecture. In this sense, we have sought to analyse and discuss the functions and social uses of domestic spaces, based on the knowledge of different Iberian urban contexts and on new perspectives for the anthropological study of the Roman house.

Keywords: *Bracara Augusta*, private architecture, domus, daily life.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to thank the Association of Portuguese Archaeologists for awarding me the Eduardo da Cunha Serrão PhD Award and for the opportunity to publish this monograph. This work involved the collaboration of several people and institutions who shared this journey, in one way or another. I wish to acknowledge and thank their contributions. And, in this regard, I also want to mention and thank two persons who have guided my scientific path and have been the mentors of my training: Professor Maria Manuela Martins, from the University of Minho and Professor Ricardo Mar Medina, from the Rovira i Virgili University. It has been a privilege to work and learn permanently with them.

INTRODUCTORY NOTE

The present publication corresponds to the PhD dissertation entitled ‘A domus romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades’, defended on July 17, 2019, at the Institute of Social Sciences of the University of Minho. This research work was funded by the Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

This monograph stems from the 6th Edition (2020) of the Eduardo da Cunha Serrão Archaeology Award. I belong to a generation that was not fortunate and privileged enough to have met Eduardo da Cunha Serrão. But the respect, admiration and affection with which some of my teachers have always referred to him, and the awareness of the role and importance he had in the history of Portuguese Archaeology, bestow a very special meaning upon this award. As far as I am concerned, this award does not involve only me. I believe the jury, in its great wisdom, also wanted it to encompass the project my research is part of, and the institution that has embodied it, for over forty years. I am referring to the ‘Bracara Augusta Rescue Project’, the oldest urban archaeology project in Portugal, and to the Archaeology Unit of the University of Minho, created in 1977.

Our work focused on the study of the development of domus in NW Iberia, in the context of Hispania. And on the enhancement of domestic units from an architectural and anthropological point of view, in order to analyse the functions and social uses of the spaces, resorting to other Iberian urban contexts and thus contributing new insights to the anthropological study of Roman urban houses. In order to fulfil the intended objectives, this work was organised in three sections, in which we sought to define the problematics and the scope of the study, describe the results of the detailed analysis of the Roman houses of *Bracara Augusta*, and then proceed to their assessment in the light of the available knowledge of the domestic architecture of Roman Hispania.

Out of the different archaeological zones excavated in Braga, we chose to select a set of six, which we deemed likely to provide more reliable interpretations of the field data.

We have also designed a new recording basis, seeking to use the same formal language for all the studied domus, organized and numbered according to the open spaces.

In section III we seek to place the typology of Braga's Roman houses in the Iberian context, resorting to their comparison with examples of houses from several late Republican and Imperial cities, especially from Tarraconensis but also from Lusitania. We have elaborated interpretive ground plans in order to illustrate our analysis; the most illustrative ones have been converted to 3D models.

The functional, social and anthropological analyses of the dwellings allowed us to understand the structural elements of the architectural projects, which were conditioned by four main variables: topography of the building plot; shape and size of the plots; financial capacity; activities, status and taste of the owners. These factors gave rise to specific construction projects, which shaped the house and its sub-units and conditioned the specific functions and uses of the house by its residents.

Through this work we were able to understand that domus do not reflect rigid models or typological categories, but are rather the result of the use of an architectural language and lexicon, adapted to the available space. Thus, it is important to study them as part of the urban networks of the respective cities, in order to enhance their spatial dimension, in both horizontal and vertical terms.

As domus were simultaneously private and public spaces, their study should take into account the economic, social and political framework of the elites who ordered their construction.

The study of domus must also take into account the temporal dimension, as these architectures have changed over the centuries, according to construction dynamics, but also to the tastes and political, social and economic contexts of their owners.

This text adapts and summarises the topics addressed in the PhD dissertation. Given the format of the present monograph, it was not feasible to address each subject in detail. Hence, it was decided to highlight only some of the topics in order to guide the reader to the full publication, available as an annex in digital format and retaining its original structure.

1. ARCHAEOLOGICAL KNOWLEDGE OF THE NW CITIES: DATA AND ISSUES

The available archaeological record pertaining to the three cities founded by Augustus in NW Iberia reveals considerable differences in the architecture of the known houses. Although inspired by the same Italic models, they were the result of complex processes of reinterpretation on the part of the elites who commissioned them. On the other hand, the architects themselves proposed formal solutions to suit the tastes and desires of the clients, taking into account the topographical issues and the raw materials to be

used (Ribeiro, 2010). All these aspects influenced the layout and internal organisation of the houses, justifying the considerable variations in their morphology, despite the fact that they all featured the same type of spaces. The nature of the civic body of the cities would also have influenced the type of layout of the houses, since they reflected the greater or lesser level of competitive emulation between the different segments of the respective elites.

However, when it comes to comparing data on the domestic architecture of the three *conventus* capitals of NW Iberia, our main problem lies in the rather uneven nature of the available information, which hinders comparative approaches. Actually, the available data, apart from being very fragmentary, are not well disseminated and systematised and have hardly been interpreted by the researchers who conducted the excavations. These issues are very common amongst the cities discovered in the scope of Urban Archaeology. Nevertheless, we would stress that the lack of information on the domus of *Lucus Augusti* and *Asturica Augusta* is rather paradoxical, considering the extent of the archaeological work carried out in both cities over the last three decades.

2. PROBLEMATICS AND STUDY OBJECTIVES

In line with the evolution of the Roman domination of Hispania, after the 2nd Punic War, during the 2nd/1st centuries BC, merchants and populations from Italy settled in the conquered territories. They made a significant contribution to the dissemination of Italic house models, reinterpreted in new contexts, leading to the abandonment of previous architectural expressions. Thus, the late integration of NW Iberia in the Roman administration, only at the end of the Cantabrian Wars, from 19 BC onwards, occurred at a time when the Italic and Roman house models and typologies had long been established in the so-called 'Iberian area' of the Peninsula, which included the cities of the Mediterranean coast and those located along the main rivers that connected the interior with the sea. Now, these regions, which were Romanised at an early stage by the end of the Republic, have been the subject of specific studies, in the context of PhD dissertations, which have sought to enhance the way in which the models of domestic Italic architecture were expressed in the territories that would become part of *Baetica* (Gómez Rodríguez, 2006) and in *Tarragonensis*. In the latter case, its northeastern quadrant, more Romanized, was privileged and included cities such as *Ampurias*, or *Tarraco*, the capital of the Citerior and, after Augustus, of the Citerior *Tarragonensis* (Uribe Agudo, 2008; Cortés Vicente, 2009). More recent works have analysed some cities of Lusitania, a province that was established with Augustus' reform, after which its capital, *Augusta Emerita*, started to develop (Corrales Álvarez, 2014), as well as its other cities, some of which, e.g. *Conimbriga*, evolved from indigenous settlements (Correia, 2010). *Conimbriga* is a deserted and

extensively excavated city, with well-preserved remains that favour architectural analysis, particularly with regard to its sumptuous houses. In the case of the capital of Lusitania we are dealing with a city whose public architecture is well known, but whose private architecture is much less known, having been revealed by Urban Archaeology from the 1980s onwards. The same issues affecting the cities of NW Iberia are also present here, namely the fragmentary nature of the data and, consequently, the lack of complete ground plans that might support an understanding of the housing at an anthropological level.

In the Iberian Peninsula as a whole, and as far as the study of the Roman domestic architecture of NW Iberia is concerned, it may be said that it has been undervalued and even less disseminated and interpreted in the context of the diffusion of the models and typologies of Italic houses. Thus, in-depth research of the actual urban domestic architecture in this region is required.

Hence, after having attempted, in a very preliminary work, an approach to the characteristics of the domestic architecture of *Bracara Augusta* (Magalhães, 2010), we decided to deepen the subject in the context of NW Iberia. The main objective was highlighting the expressions of urban private architecture in this region, with particular emphasis on the domus identified in *Bracara Augusta*, in the context of the adoption and consolidation of Italic house models in the Iberian Peninsula.

Actually, our initial intention was to understand how NW Iberia, the last peninsular region to be integrated in the Roman orbit, had received and reinterpreted the Italic house models, already widespread in the southern Mediterranean, throughout the 2nd/1st centuries BC. And to analyse their evolution, in the light of the data provided by the Urban Archaeology of Braga, Lugo and Astorga, without neglecting other urban centres of the region that have been revealed by the archaeological works of the last decades, such as *Tongobriga* (Dias, 1997). The aim was to place the Roman house of NW Iberia in the wider context of its gradual dissemination throughout the Iberian Peninsula, during the two centuries preceding the end of the Roman conquest and the administrative reorganisation of Hispania undertaken by Augustus. As a matter of fact, in order to understand the reality of Roman houses in NW Iberia in their multiple dimensions, particularly the architectural and anthropological aspects, it was important to understand the different contexts in which the Italic models and typologies were progressively implanted in the Iberian Peninsula. However, the available data concerning *Lucus Augusti* and *Asturica Augusta* were insufficient for a comparative analysis of the private architecture of the three *conventus* capitals of NW Iberia. Indeed, one must acknowledge that the available data on the Roman domus of Braga, resulting from research conducted over the last forty-two years, in the scope of the 'Bracara Augusta Project', are unparalleled in the other cities of NW Iberia, of which we mostly know the domestic spaces with mosaic floors, but not the plans of the buildings. Moreover, the chronological data are poorly system-

atized. Conversely, in Braga the remains of Roman dwellings' decorations are rare, but data concerning the characteristics of private architecture between the middle of the 1st century and the end of the 4th century are quite significant. There is also a considerable amount of available data concerning the way in which Roman houses adapted to the morphology of the blocks and the topography of the city; these aspects are little or not considered in other cities.

Given these difficulties, we decided to re-dimension the objectives of our study into two aspects. The first aimed to create an analytical corpus of the domus of *Bracara Augusta*, which should contribute to the second objective of this study, focused on understanding the domestic architecture of NW Iberia in the context of Roman Hispania.

Concerning the first objective, we decided to limit ourselves to the data provided by six residential blocks of *Bracara Augusta*, exhaustively analysed in section II of the study. These were extensively excavated and interpreted, and we regard them as representative of the urban and constructional dynamics occurring in this Roman city until the end of the 4th century. Actually, although the dozens of interventions carried out in the urban area of Braga have revealed numerous remains of Roman dwellings, only six cases allowed us to identify and analyse the characteristics of the residential complexes, confirming the existence of domus with peristyle, but also with atrium and peristyle (**Figure 1, p. 44**), e.g. the 'domus das Carvalheiras' (Martins, 1997-98; Magalhães, 2010). The latter underwent a very particular evolution from the 2nd century onwards, demonstrating the versatility of the reconfiguration of Braga's domestic environments.

Taking into account the available data, we sought to carry out an exhaustive analysis of the domus of *Bracara Augusta*, providing them with an identity that might support their comparison with other peninsular examples. Thus, besides the characterisation of the houses in constructional terms, which entailed their topographic assessment, whenever possible we have sought to interpret the functionality of the dwellings' different spaces. This information is important to ascertain the degree of social and cultural integration of their owners, the way in which they adapted the models in circulation during the 1st century and, above all, their level of acculturation and wealth. In this sense, we sought to characterise the spatial and functional distribution of the houses, appraising their location within the urban space, as this may have influenced their features, both in terms of size and sophistication. In this context, particular emphasis was given to the assessment of the relations between the public and private spaces of the houses, as well as the different sociabilities that could be established through the differential use of the spaces that shaped the interior of the *domus*.

Regarding the second objective, and given the difficulties in making a detailed comparison of the Roman houses of Braga with those of the other *conventus* capitals of NW Iberia, we decided to redirect our focus to the actual Roman domestic architecture in

the Iberian Peninsula as a whole. Thus, without neglecting the empirical data available for NW Iberia, we decided to assess the context of other cities in Tarragonensis, but also in Lusitania.

This comparative analysis inevitably began with the first examples of houses of Italic inspiration that appeared in the Mediterranean coast and along the main rivers that flowed from the interior of the Peninsula towards the sea. We would emphasise the examples of houses from *Ampurias*, *Baetulo*, *Celsa* and *Tarraco*, in which one can detect the presence of Italic settlers in the 2nd-1st centuries BC. This was followed by the assessment of the models and typologies of Italic houses that reached the indigenous communities, both in southern and north-western Iberia, certainly after Augustus, as in the cases of the *Citânia de Briteiros* or the *Castro do Monte Padrão*. It is therefore important to understand the role of Augustus and the reorganisation of the Hispanic provinces after the Cantabrian Wars, during which new cities with porticoed streets were founded, such as *Augusta Emerita* (25 BC), *Bracara Augusta* (16/15 BC), or *Complutum* (Augustus). The widespread use of Italic model houses in urban centres and the development of various planimetric solutions that take advantage of the Roman architectural grammar was an explosive phenomenon throughout the first century of our era. Most of the known remains of houses in NW Iberia fall within this scope. For a better understanding of this generalisation we shall refer to some examples of domus built in Tarragonensis, namely in *Ampurias*, *Barcino*, *Celsa*, *Baelo* and *Italica*. Concerning Lusitania, some examples of houses from *Augusta Emerita* and *Conimbriga* were selected. Finally, we sought to pinpoint some of the identity characteristics of the Roman houses that may grant a possible cultural unity to Hispania Tarragonensis; some houses from the cities of *Complutum*, *Iuliobriga* and *Tongobriga* were selected for this purpose.

Based on the objectives stated above, our work aimed to go beyond the traditional study of Roman private architecture, strongly centred on functionalist analyses, in order to enhance the whole construction process, involving raw materials, technologies and, above all, people and their status, wealth and tastes.

3. METHODOLOGY

This study required a set of methodological procedures aimed at systematising data on the domestic architecture of *Bracara Augusta*, to support its analysis and subsequent interpretation in order to compare it with that of other regions and thus fulfil the objectives outlined in the previous section.

Firstly, a comprehensive bibliographical survey was carried out, assessed and used at different stages. It focused on the state of research on the subject of Roman houses, but also on urbanism and architecture in different regions of the empire. These are fun-

damental topics for understanding the historical, political, social and economic contexts in which the Roman cities of the different regions of Hispania and NW Iberia evolved, in order to support our analysis of private architecture.

Completion of this study's objectives was based on the analysis of archaeological remains from a set of sites located in the city of Braga. These sites were excavated over the last forty-six years and have revealed relevant data about the Roman occupation, particularly regarding domestic architecture. We chose to select a set of six archaeological sites among the different available archaeological areas. These sites were deemed more suitable to ensure a more reliable interpretation of the field data available in the archives of the Archaeology Unit of the University of Minho (UAUM) and of the Archaeology Department of the Municipality of Braga (GACMB).

Once the archaeological areas to be studied in depth were selected, we started analysing the sites' field records, as well as the corresponding archaeological reports. This was required due to the fact that in several cases we were dealing with archaeological areas that had been extensively excavated over several field seasons for a number of years. Thus, the process of analysing the selected archaeological areas began with the assessment of the available archaeological information, in order to analyse the excavated structures and review the field data. This was achieved by accessing the field records and the information stored in the 2ArchIS database (Information System of the Archaeology Unit of the University of Minho). The archaeological reports, some of which still unpublished, were also analysed. These documents are deposited at the Archaeology Unit of the University of Minho and, in some cases, e.g. the archaeological areas of Escola Velha da Sé and Rua Afonso Henriques, are kept at the Archaeology Department of the Municipality of Braga. Whenever possible, we resorted to the observation of the remains that are still preserved *in situ*, such as the archaeological areas of Carvalheiras, Escola Velha da Sé and Santo António das Travessas.

After organising the information to be used, the occupation sequence of each archaeological zone was assessed in order to systematise the phases of the different domus, in order to identify the transformations related to the successive remodelling of the buildings' structures, which affected the spaces both in physical and functional terms. During this stage, chronological data were reviewed, based on the interpretation of the stratigraphic sequence of each archaeological area, in some cases previously assessed by other researchers. An assessment of the construction techniques was also conducted, including the datable materials, which enabled establishing a sequence of phases, from the delimitation of the blocks and street limits to their urbanisation with the construction of domus. This generally started in the mid-first century but became more frequent during the Flavian period. Our analysis also encompassed the characteristics of the renovations carried out until the end of the 4th century, a period that does not correspond to

the abandonment of the houses, but marks the beginning of a process associated with their progressive disarray, between the 5th and 7th centuries, linked to the political control of the city by the Suevi and Visigoth powers. The analysis of the hydraulic systems was also deemed relevant when addressing the successive phases of the domus, seeking to understand the supply system of the houses and how the drainage of rainwater and sewage was organised.

Next, we carried out a detailed description of the architectural, constructional and functional characteristics of each domus, on the basis of the interpretation of the structures through the observation of the graphic records of the excavations, resulting in several interpretive plans of the buildings. These plans were subsequently used to define the elevations and the planimetric solutions adopted to deal with the unevenness of the different spaces of the houses during the successive construction phases. We have also addressed aspects related to the activities that took place in the different spaces that structured the houses, whether in the private domain (*cubicula*), or in what concerns the spaces of reception and representation, namely the *tablinum*, the *exedra*, the *triclinia*, *oeci*, peristyles, atriums and gardens. Furthermore, the spaces of the house corresponding to the public domain were also the subject of detailed analysis, namely the *tabernae*, dedicated to retail trade and artisanal activities, which were arranged along the façades, in spaces adjacent to the porticoes that lined the streets. The porticoes were also described and analysed, since they constitute a built element of the blocks. Although belonging to the public domain, they were built along with the houses and certainly at the expense of their owners.

Thus, we have sought to conduct an architectural, constructional and social assessment of the archaeological remains of Braga's domus, analysing different aspects of morphological, technological, functional, economic and social nature, which can be inferred from the archaeological record. The purpose was to elaborate a corpus of the *Bracara Augusta domus*, which could serve as a basis for comparative analyses with other urban centres of NW Iberia, as well as with other regions of Hispania. This required drawing and analysing the planimetries of the different houses, which are characterised by a diversity of formal, constructional and functional solutions. Therefore, particular importance was attached to the graphical processing of all the plans that were produced in the course of the project and which illustrate sections II and III of the present monograph. As a matter of fact, instead of the cartography that has been used by several researchers to illustrate the houses of the city of *Bracara Augusta*, we decided to elaborate a new documental base, seeking to use the same formal language for all the studied domestic units, in order to ease their understanding by the reader.

Accordingly, each domus is represented by a similar set of plans that illustrate its occupation phases and the functionality of the known spaces. The areas were organized

and numbered according to the open distribution spaces, with A representing the atrium and associated spaces and P indicating the peristyle and the spaces that can be associated with it. Each of these areas was assigned a different colour, which was used in all the plans (**Figure 2. p. 45**). The elaboration and processing of the interpretive plans was carried out using AutoCad2016 and CorelDrawX6 software.

The description of the data pertaining to the historiography and the analysis of the archaeological sites that compose the documental corpus of the PhD dissertation, which were analysed, described and interpreted in detail, embodies a substantial part of our research, and is compiled in section II of the monograph.

Part of our bibliographical research focused on subjects that will be addressed in section III of the monograph. Bibliographical data concerning several subjects related to the analysis and interpretation of the domestic spaces in the Roman world have thus been compiled. Moreover, we have enhanced the studies concerning the elite Roman house, as a context of representation and social relation of its owners with the city and its inhabitants. We have also privileged, throughout our readings, the subjects related to the semiotic assessment of domestic spaces, as well as studies dealing with the social and anthropological assessment of the domus. Lastly, we thought it would be important to compile bibliography on the interpretation of the material remains resulting from daily activities, as well as studies of domestic activities based on the archaeological record.

The comprehensive bibliography consulted served to develop the contents of section III, which seeks to situate the typology of the Roman houses of Braga in the Iberian context, by means of its comparison with examples of houses from several cities of late Republican and Imperial chronology in Tarraconensis, but also in Lusitania. Among the examples of houses that were considered we would highlight those of *Complutum*, *Iuliobriga*, *Tongobriga*, *Augusta Emerita* and *Conimbriga*. Interpretive plans were created to illustrate our analysis of the domestic units. Some of them resulted in 3D models, but it was impossible to model all the analysed cases due to time constraints.

4. THE CONTRIBUTION OF THE FUNCTIONAL, SOCIAL AND ANTHROPOLOGICAL ANALYSES OF THE ROMAN HOUSE

4.1. The constitutive elements of Italic-type houses in Hispania

From Augustus onwards, there was an unprecedented process of broad cultural standardisation, based on the creation of a forthright, adaptable and seductive language, capable of attracting the local elites (Habinek and Schiesaro, 1998; Wallace-Hadrill, 2008). This language ranges from urban planning and architecture to consumer goods, such as food and a wide variety of other products.

As far as Hispanic domestic architecture is concerned, it seems fairly safe to say that

this was a slow and steady process of theoretical and instrumental rationalisation of the models produced and developed in Italy, even if some of its features go back to Eastern Hellenistic traditions. This resulted in the systematisation of construction practices and techniques, as well as in the emulation of its lexicon, a phenomenon that can be seen both in *coloniae* and large cities of Roman foundation and in settlements of indigenous origin; examples can be found all over the Iberian Peninsula (Vv. Aa., 1991).

Among other factors, the formation of the provincial society was the result of the interaction between the old indigenous elites and the social structure of the Italic population which had been settling in Iberia since the Republican period. As a result, a new Hispano-Roman elite emerged and reworked the essential aspects of the social functions associated with the spaces of the prestige house. Having large vestibules, whether atriums or simple *fauces*, to impress one's entourage and having porticoed gardens with reception rooms, to invite (*convivium*) their equals, ended up being a distinctive feature of the houses of the leading residents of any city, regardless of whether they were of Italic or Hispanic origin.

We have checked these circumstances in detail in the cases of *Iuliobriga* and *Tongo-briga*, and it is remarkable to see how the Roman cities originally featuring porticoed streets, such as *Complutum* or *Augusta Emerita*, adopted the same architectural lexicon for their elite houses (**Figures 3, 4, 5 and 6, pp. 46-49**). In the case of *Bracara Augusta*, where the presence of indigenous elements amongst the population was certainly very significant, the six examples of houses that could be documented reflect a scenario similar to what can be found in *Complutum*. Actually, the shape of the foundational block, with perimeter porticoes, conditioned the interior parcelling of the blocks that were occupied by houses organized around landscaped peristyles, which could be seen from the street through a simple covered vestibule. Although sometimes referred to as a *te-studinato* (roofed) atrium, it nearly always provides a clear line of sight into the peristyle so that the guests admitted to the vestibule could glimpse and appraise the image of wealth hidden inside the house.

The provincial analysis, based on *Tarragonensis*, highlighted the search for the application of a varied set of structuring elements in the elaboration of the architectural projects. Italic models were always used and adapted to the physical or topographic constraints of the terrain on which the houses were built, as well as to the financial means and the everyday activities of the owner.

We shall now undertake an analysis of the application of the Italic architectural language, on the basis of two domestic architectural examples, the 'Casa de Cantaber' and the 'Casa dos Repuxos', from *Conimbriga* (**Figures 7 and 8, pp. 50-51**). The choice of these examples stems from the fact that this city features a very heterogeneous identity background, which characterizes the Iberian reality.

Conimbriga is located in the province of Lusitania, in the central part of the *conventus Scalabitanus*, near the southern bank of the Lower Mondego, a navigable river with a very fertile alluvial plain that certainly had some influence on the establishment of this city. On the other hand, the foundational antecedents of *Conimbriga* suggest the existence of a pre-Roman Lusitanian core, conquered by Rome in the late 2nd century BC, at the end of the so-called Lusitanian Wars (Alarcão, 1988; 1990). However, the city only adopted a Roman urbanism in the Augustan period, when it was occupied by a small but rather wealthy elite, belonging to the *ordo decurionum*, who owned more than half of the built-up area of the urban core (Correia, 2010: 261-262).

It is in this context of profound hybridism that we can find the most paradigmatic domestic examples for the analysis of the internal composition and the application of the Italic architectural language to the domus of Roman Hispania (**Figures 7 and 8, pp. 50-51**). The two selected dwellings, the ‘Casa de Cantaber’ and the ‘Casa dos Repuxos’, are exceptional examples of Iberian domestic units, with large floor areas, respectively 3260m² and 2890m². Since the physical boundaries of the plots where the houses were built did not restrict their size, they were built exclusively on the ground floor and featured a complex abundance of open spaces structuring the dozens of compartments where the family’s main activities were lavishly conducted, surrounded by a very rich pictorial and mosaic decoration (Pessoa, 2005; Correia, 2010).

The urbanism of *Conimbriga* reflects its long history and cultural evolution. The irregular layout of the streets was adapted to the topography to ensure accessibility to the urban spaces from the routes that connected it with the territory. On the other hand, the socio-cultural evolution of the settlement, during the Augustan period and throughout the 1st and 2nd centuries, required an intense building activity related to the construction of public facilities that were essential to an urban centre such as *Conimbriga*. However, the old streets of the urban settlement embodied the system of private ownership of the land. Hence, they had to be maintained, and therefore the baths and the forum were conditioned by the old street network. The hierarchical urban structure was thus preserved, a clear result of the flows generated by the urban activities and the connections to the territory.

Indeed, the ground plan of *Conimbriga* shows how the original main access to the city was kept, transformed into a porticoed *via*, just like in *Iuliobriga* (**Figure 5, p. 48**). The secondary streets, starting from this main axis, were also kept. The new buildings represented by the forum and the baths also sought a balance between the old irregular layout and the land requirements related to the construction of a rectangular porticoed square, such as the forum, or a thermal complex with an axial layout. The expansion of the forum ended up overlapping some old secondary streets, generating new perimeter thoroughfares that ultimately reordered the space. However, the main road axis

kept its irregular layout, which was even reinforced with the construction of porticoed segments, eventually resulting in the monumentalisation of this layout, depending on the different buildings that bordered the streets.

Conimbriga's elite had to adapt to these profound urban dynamics, having obtained substantial plots of land, depending on the wealth and social status of the owners. However, these were always and inevitably irregular plots. Thus, oblique lines or triangular plots conditioned the implantation of the great houses of *Conimbriga*. Apparently, far from being a problem, this stimulated the search for innovative architectural solutions, without forsaking the features expected from the houses of the city's notables.

4.1.1. Houses as sets of interrelated spaces

If we examine the ground plan of the 'Casa de Cantaber' and the 'Casa dos Repuxos' out of their respective urban contexts and with the same scale and orientation, its rigorous organisation becomes evident, based on a longitudinal axis that is also a visual axis (**Figures 7 and 8, pp. 50-51**).

The monumental vestibule combined with an urban portico, which we could refer to as an *atrium testudinatum*, gives access to the house and is connected to the peristyle by a triple, symmetrical door (*trifora*). The interior garden follows this main axis and ends in a grand *oecus*, a large representation room, around which the service spaces were organised for holding great banquets. These three perfectly aligned elements were undoubtedly the first cultural standard of the owner who commissioned the house and which the builders had to respect, despite the irregularities of the plot. This is particularly evident in the 'Casa dos Repuxos'. The triangular shape of the plot required an oblique arrangement of this axis. In order to ensure the monumentality of this oblique access, a semicircular exedra was designed, combining with the street porticoes. This house features a skilful design, adapted to the expectations of the dominus and to the constraints of the plot, providing the house with a good urban impact, expressed through its main longitudinal axis. The idea of the longitudinal axis clearly represents one of the most recurrent elements in the tradition of the 'atrium and peristyle' house of Hellenistic tradition. Even when the atrium disappears as a spatial concept, it is replaced by a monumental vestibule, whose architectural complexity retained the values that were attributed to the atrium/*tablinum* combination in the Republican tradition. The replacement of the *tablinum* by a *trifora*, which we find in both examples, is also present in the Pompeian houses, as the example of the 'Casa dei Vettii' clearly shows. In this Pompeian case, as well as in other houses of Herculaneum, e.g. the 'Gratta di Legno' house (Pesando, 1997), we can find solid evidence of the presence of wooden sliding doors, which allowed interrupting the visual continuity of the atrium and the peristyle. This is an important indication of the flexible conception of the use of the house's interior spaces. Although the design

of the atrium/vestibule was determined by its initial representation function, the house owner required secondary architectural elements, such as doors, railings or curtains that facilitated different uses of the spaces (Laurence, 1994).

The *trifora* present in the two houses of *Conimbriga* featured this ambivalent conception. When the doors were open they reinforced the image of the dominus framed by the central door, more wide than high, namely when receiving his guests. The image of the owner was strengthened by the symmetry of the three doors and the image of the paradisiacal garden at his back (Jashemski, 1979).

When the use of the peristyle required greater intimacy, e.g. in the case of a banquet offered to equals in the triclinium, with nine attendees, the *trifora* facilitated shutting the doors thus providing privacy to the peristyle. In both houses, the reception vestibule was equipped with subsidiary cubicles and corridors that provided access to the service spaces at the back of the house, without crossing the *trifora* or the garden and disturbing the people attending the intimate banquet. The respective *oeci* situated at the end of the peristyle were conceived as the privileged spaces of the house, with their secondary annexes designed to make the *convivium* ritual more pleasant (Dunbabin, 1996).

It is particularly worth highlighting the presence of large windows giving access to gardens that could be observed by the guests reclining on the large triclinium that was meant to occupy the centre of the room (von Stackelberg, 2009). The 'Casa de Cantaber' features a garden in a lateral position, decorated with a large central tank, with curved shapes typical of 2nd-century luxury architecture, a design constrained by the limitations of the plot.

Conversely, the 'Casa dos Repuxos' had a stretch of open ground at the end of the plot and therefore the great hall probably had three large windows opening onto a garden situated at the end of the plot. A U-shaped tank surrounded the great hall, enhancing the role of water and of fountains in the relation of the garden with the *oecus* windows. Vitruvius describes this type of *oeci* and refers to them as 'cyzicenes', from the city of Cyzicus, in which the nobles could feast while reclining on the triclinium, enjoying the landscape through the low windows. The Hellenistic palaces built in Republican Italy clearly show this type of compositional organisation (Gros, 2001; Krause, 2003). In Hispania the most obvious examples can be found in the great houses of the Roman city of Ampurias, already in Flavian times (Gros, 2001; Mar and Ruiz de Arbulo, 1993).

Whenever the owners of the two houses of *Conimbriga* decided to open their doors for a banquet with dozens of guests, the *trifora* arrangement facilitated the organisation of the event and provided easy access to the peristyle (Dubouloz and Robert, 2016: 59-84). In this case, the peristyle acquired a greater protagonism, providing enough room for laying out numerous seats and tables to accommodate a large number of guests. Trimalchio's banquet, from Petronius' *Satyricon*, constitutes an excellent description, even

if caricatured, of the extraordinary use of numerous *cubicula* and porticoes for all those admitted to the feast (Veyne, 1991: 13-87). The social hierarchy of the guests should be mirrored in their greater or lesser proximity to the *triclinium* used by the dominus and the guests of honour. Significantly, in this type of banquet the visual relation of the participants is inverted – in a restricted banquet the guests have the possibility of contemplating the exterior from a single *triclinium*, whereas in an enlarged banquet a visual pyramid is created so that the guests of lesser status can see the main *triclinium*, on which the main characters are feasting, logically positioned in the main *oecus* (Bek, 1986).

To conclude, in both houses the rooms display a hierarchy, established from two perspectives. Firstly, the size of the rooms suggests their functions and enables an interpretation of the spaces, particularly when one is only dealing with the architectural data. The main rooms are large, and this is related to their functions. On the other hand, the location of the spaces is a structuring element in the definition of their role, established on the basis of their visual interrelation. In this sense, the location of a compartment on the longitudinal axis of the house, i.e. on the alignment formed by the entrance and the open space, provides a privileged visual capacity over this space. On the other hand, the transversal axis and the corners provide partial visibility.

The *triclinia* of the 'Casa de Cantaber' and 'Casa dos Repuxos', located on the longitudinal axis, were perfectly aligned with the central peristyles and with the *vestibula* of both dwellings. They provided visual control over their full extent, from the entrance to the rear courtyard, including the tanks located to the east and west, through the windows that opened onto these spaces. From these rooms visitors could observe the grandiosity of the dwellings, their multiple gardens, tanks, rooms and mosaics, which constituted a remarkable architectural *scaenographia* (Correia, 2010: 95).

4.1.2. The house and its subsets

In the two analysed houses of *Conimbriga*, the main visual axis acts as a unifying element of the distinct spaces that conform the buildings. This basic structure is surmounted by a series of groups of spaces, which are apparently segregated in relation to the main axis.

In the 'Casa de Cantaber' it is very evident how three subsets of compartments have been created around three secondary peristyles. Two of them, to the left and right of the main peristyle, are completely autonomous in relation to the main axial axis. The one on the left has a rectangular room with its own private garden and its respective annexes. The peristyle on the right also has a large *nymphaeum/fountain* overlooking the porticoed garden. Both sets can be accessed by means of corridors starting from the large vestibule. These segregated architectural units appear frequently in the late *villae* of *Hispania*, and have been interpreted as spaces associated with the private life of the owners. These spaces have traditionally been regarded as the private compartments of

the *dominus* and/or the *domina*, and referred to as *dietae* (Mar and Verde, 2008). The most remarkable case of this type of secondary peristyle is undoubtedly represented by the *villa* of Piazza Armerina (Ampolo et al., 1971).

In the case of the 'Casa de Cantaber', both secondary peristyles show the desired flexibility required in the design of the house and the need to control accessibility to the different spaces that compose the building. Both peristyles are extremely private and were intended for functions of a more private nature, from sleeping to other types of activities that were to be carried out without inconvenient attention, such as business, or dealing with sensitive issues, or even a banquet where delicate matters were to be addressed (Anguissola, 2010).

The small peristyle associated to the main *oecus* has a very different character, linked to the visual expansion of the triclinium and the arrangement of the service spaces needed to hold a reduced banquet: setting up a mobile kitchen to heat food and wine, accommodating more guests, or holding performances and accommodating the artists who entertained the guests.

The same functional layout was also used at the 'Casa dos Repuxos', but with a different arrangement, adapted to the shape of the plot. The complex situated to the left of the large peristyle has its own annexes and could be reached through a double door that ensured its privacy. The right-hand set has its own compartments and can be accessed through a small L-shaped corridor. The peristyle featured a monumental, curved *lararium* that combined with the columns of the small garden. Both sets may be considered as the owners' *dietae*, intended for their most intimate activities, distinctively marking the difference between public and private spaces, which are so clearly differentiated in the Republican 'atrium and peristyle' houses (Coarelli, 1989).

The functionality of the spaces sets up a communicative principle between them, so that subsets of compartments can be formed. Broadly speaking, a first approach can be made through the division of the house into private or public areas. The former includes spaces related to functions such as *cubiculum*, *culina*, *cella penaria* and *latrina*; the latter includes rooms meant for the reception of guests, which can be subdivided into *otium* (*triclinium*, *oecus* and *exedra*), and *negotium*, which includes the *tablinum*. However, this initial approach is rather superficial, and it is necessary to understand the functional subsets within the dwelling, starting from the physical relation between the spaces. This can be inferred on the basis of the potential for communication between them, through doors and windows, providing them with a unity (Zaccaria Ruggiu, 2001).

In this sense, after the side entrance of the 'Casa dos Repuxos', just north of the main entrance, one can observe a set of *cubicula* whose entrances face an E-W oriented corridor which connects the external and internal parts of the house. On the other hand, in the southeast corner of the dwelling there is a set of compartments accessible through

a corridor; the sleeping quarters of the servants who worked in the house were located in this annex (Correia, 2010: 107-108).

4.1.3. Function and use of the spaces

When an architect designed a dwelling, the layout of the rooms was based on the instructions received from the owner of the property. Firstly, the different parts that compose the house, as well as the subsets of rooms, were devised according to their respective functions, taking into consideration the composition and nature of the *familia's* activities and belongings, such as the inclusion of *tabernae*, with an inner access, to sell the products coming from the dominus' *villa*, or the number of *cubicula*, consistent with the number of persons in the household.

However, the function assigned to a particular room and its actual use may be different. Thus, one must consider the function and use of spaces as concepts that mean and correspond to distinct activities. In fact, the life of a dwelling after it was built, as well as the way in which its spaces were used, depended, to a large extent, on the status and history of the *familia*, which may undergo significant changes over the years, such as the start of a new business activity, entering politics, or the birth of children. In this sense, associating the function that one imagines a room may have with its actual use, based on purely architectural aspects, may lead to gross misinterpretations (Allison, 1999; 2002; Wallace-Hadrill, 2015).

When analysing the *vestibula*, even though their function is granting access to the house, these spatial elements acquire characteristics associated with the capacity of enhancing domestic architecture, by providing it with elements that increase the aesthetic enjoyment of the dwelling. Thus, the alignment of the *ianua* with the columns of the portico located on the boundaries of the blocks, for example, enabled the integration of this space – outside the building – within the private architectural programme.

This is a feature of the two examples selected for analysis. Thus, the 'Casa dos Re-puxos' was accessed from the outside through a vaulted, semicircular space in which there were two columns that supported the ceiling beam. These columns were perfectly aligned, both with an outer colonnade located to the west as well as with the door of the *vestibulum* and the two columns of the three-spanned access to the peristyle (Correia, 2010: 107). In turn, the 'Casa de Cantaber' features a very wide *ianua*, so that the alignment with the portico to the north corresponded to two intercolumniation spaces, which were also aligned with the axis of the door columns, over three spans giving access to the central garden of the house (Correia, 2010: 93).

The subset of rooms associated with banquets is also noteworthy. Traditionally, welcoming guests in the *domus* took place in large, richly decorated rooms. Quite often, the main room was the one located on the longitudinal axis, like the *triclinia*, the *exedrae*

and the *oeci*. Nevertheless, during the great feasts promoted by the *domini*, one should consider the use of several combined spaces for the reception of a large number of people, involving both the triclinia and the passages between them, which would certainly be occupied by *convivae*, servants, musicians and other participants in these gatherings.

In his important work on the relation between public and private space, A. Zaccaria Ruggiu (1995: 40) developed a coherent case regarding the relation between the *triclinium* and the *cubicula* in houses of the Republican and Imperial periods, stressing the relation of the *oecus* with the subsidiary *cubicula*. From his point of view, the set of compartments arranged around the great representation hall did not emerge before the 2nd century BC. Indeed, the model provided by Hellenistic banquets was probably not assimilated into the customs of the *nobilitas* before the Eastern conquests. Consequently, the spaces designed for housing this new social activity among the Italic and Roman elite would – due to functional needs – be set up around a large compartment that adopted the name of its Greek predecessor: the *oecus* (*oykos*) (Nielsen, 1999). This relation will hardly become visible in homes before the 2nd century BC. In fact, it was not until the time of Augustus that ostentatious banquets became widespread, under the influence of Asian luxury. Therefore, we can see that the meaning of public and private in the Roman house could change according to the uses and needs associated with the status of the owner.

The polyfunctionality of the *cubicula* is an excellent example of the versatility that one needs to imagine in order to make an adequate interpretation of the functionality of spaces in a Roman house (Riggsby, 1977).

The so-called *cubiculum* of the elite houses of Rome and the cities of the Bay of Naples constituted a compartment that filled the residual spaces between the peristyle-atrium-oecus complex and the boundaries of the plot. As emphasised by Vitruvius (6.5.1), these were intended for different kinds of functions and strangers could only access them as guests. In principle, this small compartment was meant for nocturnal rest and sexual activities. Pliny the Younger, when describing his Laurentine *villa* (Ep. 2.17.4) and enumerating the functions of the *cubicula*, refers to those intended for resting as *cubiculum noctis et somnis*. Hence, we know that *cubicula* could also have been used for receiving acquaintances, more or less close friends, relatives and, in particular, for managing business.

Thus, the visual hierarchy of the dwelling's spaces establishes the social hierarchy of the guests, the people with the highest status being in the main compartment with the host, seen by all, while the others only had partial visibility (Mar, 2008: 25-31). This is particularly evident in the central part of the 'Casa de Cantaber'. The great central triclinium is situated in the middle of a series of compartments, distributed around the open spaces of the dwelling, having visual control over them, by means of windows facing the

gardens (Correia, 2010: 95-99). Let us recall that this house was prepared to receive the more than one hundred guests invited for a party held by the dominus. Thus, its spaces had to be combined in order to ensure access to and visibility of the host.

While banquets portrayed the public life of the family at its best, the *cubicula* established fundamentally opposite functions. In fact, the sleeping quarters are generally quite small and usually the most private spaces of the house. This is evidenced by the existence of doors, unlike the rooms intended for the reception of people, which had curtains to mark the entrances.

The domestic area of the 'Casa de Cantaber', located to the east of the *vestibulum* and with its own entrance, provides a rich scenario for perceiving the unity of the spaces meant for these functions. The *cubicula* of this room were associated to a group of other interrelated compartments - certainly meant for private uses - such as the lateral peristyle with its own *cenatio*. The family members certainly conducted their most intimate activities in that part of the house, in a markedly reserved space (Correia, 2010: 96-97).

As we have seen, a generic division of the dwelling's spaces into public and private, on the one hand, and the visual and physical association of the compartments, on the other, allow us to identify some aspects of their interrelation and to better understand their uses. Let us now analyse the subsets that combine spaces with distinct functions. We are referring to the *dietae*, a category used to define a group of compartments that feature a full functional unity as a whole, thus constituting an auxiliary construction within the house, an 'annex' to the dwelling itself (Glare, s.v. *dietae*).

In the northeast area of the 'Casa dos Repuxos' we can observe a *djeta* associated to the great triclinium. Three rooms opened to north from the main compartment of the longitudinal axis of the house. Access between them was achieved precisely through the succession of their spaces, i.e. to access the last one it was necessary to cross the others. Therefore, one more area was created in the house, composed of richly decorated compartments, surely used for meetings of a more private nature (Correia, 2010: 108). On the other hand, the 'Casa de Cantaber' features an example of a *djeta* associated to a gardened space: the set of compartments located around the peristyle, to the east of the house's great triclinium room (Correia, 2010: 98).

Thus, one may consider that the house is mainly organised according to the capacity to receive visitors and to impress; hence, what matters is the luxury, not the architectural design (Wallace-Hadrill, 2015: 185). Therefore, the separation between private and public areas, or areas for guests vs. areas for the family, does not constitute one of the organising principles of the Roman house, although one cannot rule out the hypothesis that there were elements that marked a separation between 'visitors vs. family' (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

To conclude this functional and symbolic review of the elite house, we should recall

the idea that the public and the private spheres, as we conceive them today, were not opposing categories in the ancient world (Zaccaria Raggiu, 1995). Indeed, as Claude Nicolet (1976) points out, senators were not allowed to engage in speculative business, although they could evade the law with the help of their freedmen. Similarly, we are aware of numerous lawsuits against people who mixed their personal property interests with those of the *res publica*, particularly when they were governors of provinces. In the government of the State, as in citizen politics, there was a certain confusion between the public and the private. It is therefore not surprising that the same confusion existed with regard to the house itself and its use as a political instrument (Grahame, 1997).

4.2. The anthropology of the Roman house in NW Iberia

Besides the shape of the plots, other elements were decisive for the elaboration of the house plans, such as the dominus' financial capacity, the composition of and the activities conducted by the *familia*, the paterfamilias' social status, etc.. In this sense, Roman private architecture should be assessed as a microcosm in and of itself, which reveals the daily life of the family in all its complexity and heterogeneity, since it was in the house that a wide range of different activities took place, such as business, festivities, the reproduction of the family, the education of the young, domestic religion, *convivium* with peers, trade, or the beginning of the wake of the deceased, among others. Therefore, the elite Roman house should be able to ensure the conduction of a considerable number of activities, which could be partially assured by the existence of spaces with specific functions and other, polyfunctional ones, which would ensure that all activities could be conducted comfortably and elegantly.

Bearing these assumptions in mind, we will try to analyse some anthropological aspects of the Roman houses of NW Iberia, based on the example of the 'Casa das Carvalheiras', the only fully excavated house in *Bracara Augusta*. This will allow us to discern some of the aspects that reveal the social composition and the public and private activities of the city's elite.

4.2.1. The meaning of the 'atrium and peristyle' house

Traditionally, studies on elite Roman domestic architecture have been based on the examples from the Vesuvian cities, especially Pompeii and Herculaneum, and Vitruvius' treatise *De Architectura*. The combined analysis of both sources would eventually give rise to the first systematisations of *domus* models, in an attempt to individualise an ideal Roman architecture, characterised by the longitudinal axiality of the *vestibulum - atrium/impluvium - tablinum - hortus* and the transverse *alae*, in order to distinguish it from 'non-Roman' contaminations, resulting from the inclusion of exogenous elements, specifically Greek and Hellenistic (Nissen, 1877; Overbeck, 1884; Mau, 1908).

The application of this model to the Vesuvian cities enabled the elaboration of the first evolutionary schemes of the Roman house, namely regarding the evolution from the atrium house to the peristyle house. First of all, the peristyle, a Greek element, would have been incorporated into the atrium dwellings, which therefore had two distinct open spaces, a sign of the Hellenization process of the Roman houses featuring the atrium/peristyle pair, i.e., a Roman/Greek arrangement. Afterwards, the peristyle started to become more important than the atrium, probably leading to the enlargement of the Hellenized space and the reduction of the Roman one, a feature of the full Hellenization of the Roman dwelling.

Thus, it has been argued that the Roman elite house of the Imperial era was one that retained the defining elements of 'romanity' and used Greek spaces secondarily. In other words, the house was to be centred on the atrium and have a *vestibulum*, intended for the *salutatio*, and an axial *tablinum*, where the paterfamilias received his guests to discuss business, while the peristyle would be intended for the *rurs in urbe* and the banquets/*symposia* (Dickmann, 1999). Establishing two open areas in the house and assigning specific functions to each of them, associated with the public sphere (the *atrium*) and the private sphere (the peristyle) was at the heart of Roman house life, and defined the significant ambiguity of the dwelling's social complexity, from domestic and familial to social and political uses (Zaccaria Ruggiu, 1995).

At 'Casa das Carvalheiras' the distinction between the public and private spheres corresponds to the Hellenizing models. Thus, the southern half is structured according to the Roman axial model, *vestibulum* – *atrium* – *tablinum*, and the northern part includes the representation rooms, *triclinium* and *exedra*. The demarcation of these two cores is quite expressive, namely in topographic terms, with a height difference of about three meters between both circulation levels. The transition between the latter was achieved by means of internal staircases.

As such, what defines the 'Casa das Carvalheiras' is not at all the axial layout of the atrium and peristyle (**Figure 9, p. 52**) and the related compartments, but rather the way in which all the public and private spaces were harmoniously organised in order to fulfil the needs of family life. But also and above all, the dominus' need for social and economic ostentation, consistent with his political status, wealth and cultural level.

We would feel inclined to think that the construction of a 'atrium and peristyle' house in *Bracara Augusta*, in Flavian times, would certainly not have been an isolated case in the city, neither in *Tarragonensis*, despite the clear dominance of the peristyle house during this period.

But if the chronology does not allow us to rule out the presence of the 'atrium and peristyle' house model in the context of NW Iberia, it is important to try to understand whether the association of the atrium with the public space and the peristyle with the

private makes any sense. And whether we can still regard the public and the private, as well as the external as opposed to the internal, as analytical categories, given what we know about the arrangement of the compartments of 'Casa das Carvalheiras'.

Indeed, it is important to bear in mind that the most recent studies on Roman domestic architecture have been pointing out the difference between function and use over the last three decades, in line with post-processualist perspectives. In this regard, we would highlight the invaluable contributions of P. Allison (2002). Working on materials originating from Pompeian houses, this author has demonstrated the presence of certain objects in places that do not correspond to their expected use, which is consistent with data provided by the written sources. The latter do mention situations that are not compatible with strict uses of the spaces, e.g. the descriptions of children playing in the atrium. Therefore, the traditional vision of the spaces of the Roman house, assigning them very rigid and/or antagonistic functionalities, has been progressively questioned and replaced by other perspectives that suggest alternative readings of the domestic space (Wallace-Hadrill, 1994).

4.2.2. The polyfunctionality of the spaces

When analysing the houses on the basis of concepts such as public and private, we realize that this model is clearly limited, although it is useful for determining some aspects related to the possible functions of the house's subsets. Actually, the architectural analysis of Roman domestic units shows that the architectural project of a Roman house consisted of a set of compartments with different shapes and dimensions, interconnected through openings, such as doors and windows, allowing for physical and/or visual connections (Grahame, 1999).

The dimension, shape and location of the compartments within the houses are indicative of their functionalities. The first space after the entrance door provided access to the interior of the house, whether it was a *vestibulum*, entrance 'hall', or a *fauces*/corridor. The difference between these spaces is not in their function but in their shape, the former being markedly wider than the *ianua* and the latter having roughly the same width. This definition, brief and practical, is based on the functional aspect of these two compartments and was certainly present in the decision making when designing the architectural project of the dwelling. However, the actual use of these spaces, besides their original function, is associated with other factors that fall completely outside our analytical scope, namely regarding the social position and the trades performed by the household, which would determine the decorative composition of the spaces, the ornamentation, or how often people would be present. With rare exceptions, such as the cities of Pompeii and Herculaneum, what can be retrieved from the archaeological record of domestic contexts are data regarding the architectural dimension of the houses,

related to a set of walls that sometimes allow us to define the planimetry of the dwelling. We nearly always lack elements concerning furniture, everyday objects, or pictorial decoration, mosaics and statuary.

But even if everyday uses are rarely preserved in the archaeological record, some events, which would make use of the functional subsets of the house, can be inferred. Hence, activities such as large dinners, public or private, required accommodating a significant number of guests and a visual centralisation of the rooms where the *lecti* were located towards the main space occupied by the host (Mar and Verde, 2008).

At the 'Casa das Carvalheiras' the peristyle area was the place where these banquets would certainly be held, thus making use of the porticoed garden as a visual platform for the *scaenographia* of the dominus' social representation. And using the *ambulacrum* as a transit area for the guests and the servants who brought the food and drinks to the great hall reserved for the people attending the banquet.

In this sense, one can see the peristyle as a space linked to the contemplation of the garden and the transit of people, just as the great halls would have functioned as *triclinia* during the great feasts. However, we would stress that there are some *cubicula* in the western part of the open space, which also supports the use of this area for domestic purposes. A well was identified in the northern part of the peristyle and there would be a tank in the centre of the garden. These hydraulic elements serve both for obtaining water and for a possible cult to the nymphs and other deities associated with water (Allison, 2002).

Thus, it is possible to conclude that the assignment of the terms 'peristyle', 'triclinium' or 'ambulacrum' to such spaces and their definition on the basis of the Latin lexicon, which associates them with certain functions, may not encompass all their possible uses. Indeed, using the term peristyle to designate a gardened open space, surrounded by a colonnade and with decorative elements allows us to define its form and composition, but does not convey the variety of uses this particular space may have had (Cribiore, 2015).

The Italic domestic architectural grammar consolidated an extensive vocabulary of solutions for the composition of its spaces throughout the last two centuries of the Republic and the first century of the Empire. This resulted in a comprehensive lexicon that would serve as a model for the construction of houses, whose final appearance depended on many factors, such as the size of the plot, the financial capacity of the owner, or the topographic aspects. But it also depended, to a considerable extent, on the multiple and different ways in which the *familia* and the guests could use the different spaces of the house. Indeed, the Roman domestic architecture associated with the homes of the elites was deeply marked by the need to provide an adequate image, not only of private but above all of public life, being a natural extension of the public spaces frequented by the urban elites (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

On the other hand, recent studies on the cities of Pompeii and Herculaneum have contributed to a more flexible view of the possible public or private functions of the houses' compartments. The conclusions indicate that the public/private, internal/external relations are not a feature of only the Roman house. It was actually common for civic and political life to be summoned to the interior of the dwelling, while family and domestic life would also take place in the public spaces of the cities. In this sense, one may question the real value of the association between the public-private and political-social binomials, since the activities that took place inside the houses were sufficiently varied to allow the public spheres to fulfil social functions, while the clearly private contexts were invaded by activities of the public domain, such as the work, political and commercial meetings held in the *cubicula* (Crook, 1955; Tamm, 1963).

This phenomenon is difficult to discern at the 'Casa das Carvalheiras' given the nature of the available data, which are exclusively architectural. However, we would point out the presence of *cubicula*, both in the area of the peristyle and in the atrium, which reflects the flexibility of the private character of the former and the public nature of the latter. On the other hand, if bedrooms belong exclusively to the domestic realm and the atrium area recalls the *paterfamilias'* strictly public activities, it is important to bear in mind the existence of several *cubicula*, set back from the *atrium*, which means they could be used for more personal purposes, like resting or holding more private business meetings. We believe we can thereby underline the polyfunctionality of the *cubicula*, which are good examples of the versatility that one has to imagine in order to properly interpret the functionality of a Roman house's spaces (Zaccaria Ruggiu, 1995: 40).

FINAL REMARKS

The process of Roman expansion in the Iberian Peninsula, which began in the late 3rd century BC, fostered the early introduction of Italic architectural models, resulting in the construction of public and private facilities, whose specificities ultimately stemmed from the diverse indigenous substrates that characterised the different Iberian regions during the last two centuries of the 1st millennium BC.

Thus, a significant part of the known houses, both in Roman cities and in indigenous settlements of the conquered areas, feature elements and ideas common to those found in the houses of late Republican Italy. The atrium, understood as an ordering element, is particularly noteworthy (Vv. Aa., 1991). Actually, the *peristylum* was introduced in domestic Italic architecture at the end of the 3rd century/beginning of the 2nd century BC and became widespread during the 1st century BC. However, this constructional element would only become popular in Hispania during the Imperial period, and the examples of Republican houses with peristyle are rather occasional (Vv. Aa., 1991). Only

after the end of the Cantabrian Wars, and in the context of the urbanization of the new cities that were founded or sponsored by Augustus, can we see widespread examples of houses in which the peristyle became a recurrent element in the organization of domestic space. Peristyles developed significantly throughout the first century, but especially from the Flavian period onwards.

The development of domestic architecture in Hispania has been the subject of several regional synthesis, which have shown a broad diversity of solutions regarding the use of the peristyle as an organizing and distributing element of Hispanic houses. It provided a great variety of forms, dimensions and architectural solutions in the different cities that evolved during the first two centuries of our era. This highlights the importance of this architectural element in the dissemination of the elite house in the different regional contexts of Roman Hispania.

As a matter of fact, it is possible to consider that the consolidation of the concept of a peristyle as the central element of the dwelling is associated with its different functions in the organization of the house's internal space, ensuring a strong relation between the spaces associated with leisure activities and with the recreation of nature. This relation was assured by the proximity of the peristyle to reception and banqueting spaces, allowing the users of these compartments to enjoy a privileged view of the gardens, installed in the open area of the peristyles. Gardens were an expression of nature, conveying the concept of *rurs in urbe*, which was widely adopted in Roman architecture during the first century. The relation with the garden could also ensure a proximity to the sacred, sometimes related to the cult of water that could be expressed in the open spaces of the peristyle, through the presence of constructions linked to water, such as wells, fountains or *nymphaea*. But the peristyle also had an important transit function, embodied by the *ambulacrum*, where people circulated, alone or in groups, which granted it a dynamic role both due to the movement and to the social activities that took place there.

This functional complementarity could be more or less diffused. Hence, in houses where the space available for construction was sufficiently large and enabled the proliferation of gardens, it was possible to assign specific functions to each of them. Thus, some were more closely linked to leisure spaces while others were reserved for a privileged relation with the sacred or primarily meant to ensure circulation. The proliferation of peristyles is quite common in *villae*, where space is not a problem, a fact that fosters the development of elaborate house plans, with multiple gardens of different sizes, shapes and decorations (Fernández Ochoa et al., 2008). In urban contexts, however, houses featuring several peristyles or multiple gardens are rare and exceptional. With only a few rare exceptions, the proliferation of peristyles is particularly unusual in the cities of Hispania, whose foundational plan is based on blocks with regular and modest areas, such as in *Bracara Augusta* or *Complutum*. Conversely, this type of house is more

common in cities whose urban network is not regular, e.g. in *Tiermes*, with the 'Casa do Aqueduto' (Uribe Agudo, 2008: 422-428) and in *Conimbriga*, with the 'Casa de Cantaber' and the 'Casa dos Repuxos' (Correia, 2010: 92-101, 105-110). It is also typical of houses located on the outskirts of cities, e.g. in *Augusta Emerita*, with the 'Casa del Mitreo' (Corrales Álvarez, 2014: 1349-1358).

Whenever the small size of the plots did not support the proliferation of open garden spaces, the architectural design of the houses needed to be adapted to the available space, which resulted in the use of peristyles with multiple functions. This circumstance arguably contributed to a decrease in the importance of the peristyle's contemplative and static use, and to a shift towards their role as distribution elements, where circulation, and consequently the *ambulacrum*, gained more weight, at the expense of the garden and its ornamental elements, such as tanks and fountains.

The spaces that composed the Roman dwellings were conceived to fulfil certain functions, which determined the design and implementation of the architectural project. We know, however, that the Roman house was not only a space intended to fulfil functions related to family life. Indeed, the functions related to the social and economic representation of the paterfamilias constituted the fundamental basis of its organisation. Actually, one may consider that the elite Roman house was mainly organised according to the ability to receive visitors and to impress whoever visited or glimpsed it through the open door. Thus, what really mattered in the house was not so much its architectural form, but the luxury it showed and which was a token of its owner's power (Wallace-Hadrill, 2015: 185). It is in this context that it seems questionable to keep enhancing a rigid separation between the private and public areas of the house, or areas for guests vs. areas for the family, traditionally considered as one of the organizing principles of the Roman house. Still, one cannot rule out the hypothesis that there could be some spaces that would have the function of denoting a noble space of the house, and not the 'visitors vs. family' distinction (Wallace-Hadrill, 2015: 183).

The shapes and dimensions of the rooms, their accessibility and the visual interrelation between the representation and banqueting spaces were established in order to fulfil their intended functions. Nonetheless, it is important to understand that the uses assigned to each of these spaces were mainly determined by the daily activities that were conducted there by the various family members, which sometimes transcended the functions for which they had been designed. In fact, the difference between function and use gains full expression when we assess the Roman house, because the uses of the different spaces of the houses changed over time and under different circumstances, always being more diverse than those originally planned for each space, a fact that grants them a markedly polysemic value. Regrettably, these multiple uses of the houses' spaces are barely perceptible in the archaeological record, which necessarily makes

their interpretation difficult. However, we believe that the complex system of function and use can be observed, both in the 'Casa das Carvalheiras', in *Bracara Augusta*, and in the 'Casa de Cantaber', in *Conimbriga* (Correia, 2010: 92-101). These examples illustrate the multiple uses of peristyles, as the privileged *loci* of the public *scaenographia*, but also the domestic, familiar and intimate space of family members. All of the above shows that the Roman house cannot be understood as the result of neither the repetition of a repetitive and unique model of house organization, based on an axial system of compartment organization, present in the Pompeian house; nor the application of a rigid typology, which defined the criteria of an atrium house, a peristyle house, or an '*atrium* and *peristyle*' house. It would be more correct to understand the Roman house as a language, necessarily variable in morphological terms, but also as a lexicon, composed of grammatical units that express various semantic possibilities, harmoniously resolved in the architectural solution that configures the syntax of the dwelling. The latter is necessarily the result of various factors, but above all a clear reflection of the activities of the owner and his family and of the needs arising from the public display of his status within the civic body of the cities. As a matter of fact, the Roman house was the mirror of the class and wealth of its dwellers, reflecting their social status in its architectural features, so that the house functioned as a powerful language that, in a poorly literate society, transmitted power logics, hierarchies and values. As such, *domus* were the main setting for the political and social life of their owners, providing a physical display of their economic power and operating as a structure of representation and social control.

In this sense, when studying the Roman dwellings of any city they cannot be addressed as decontextualized objects, because their structure has to be perceived and assessed according to the specific history of the city, the characteristics of its inhabitants and the economic activities in which they were involved. And also the sources of wealth that supported the monumentalisation of the public space, but also provided the basis for the construction of the houses, which reflected the hierarchy and the diversity of the social statuses within the civic community. It is also important to take into account the available materials, the type of block parcelling, or the location of the houses in the urban topography. These factors significantly influenced the characteristics of the houses and the prominence of their owners.

The construction of a *domus* always had to adapt to the urban grid, since the space to be built was predetermined by the limits of the blocks and by the size of the respective lots, which defined the dimensions of the *domus*. Blocks could be divided into several lots (or not), as in the case of *Bracara Augusta* or *Complutum* and in *Augusta Emerita*. In the case of Braga we observed these subdivisions in the 'Archaeological area of Escola Velha da Sé/Rua Frei Caetano Brandão' and in the 'Archaeological area of Rua Afonso Henriques', where the one *actus* blocks were subdivided into two plots, enabling

the construction of two *domus*. However, other houses occupied the whole area of the blocks, as happened with the Flavian *domus* of Carvalheiras, the *domus* of the former Albergue Distrital, or the *domus* of Cavalariças. In *Complutum*, on the other hand, the blocks, with areas very similar to *Bracara Augusta*, were divided into four parcels. Their subsequent development might or might not reflect this division. Thus, three different *domus* were identified in the same block, two of which, situated to the north – ‘Domus de Marte’ and ‘Domus del Átrio’ –, occupied a quarter of the *actus* (60x60 feet), while another, situated to the south – ‘Domus da Lucerna de la Máscara Trágica’ –, occupied half an *actus* (120x60 feet). The varying sizes of the houses reveal the differences in the wealth of *Complutum*’s resident families, some of which were able to buy larger plots of land, corresponding to an entire block. This proves that the architectural project was also conditioned by the financial resources of the owners.

The dimensions of the built-up plots are an important variable to take into account when assessing the characteristics of house plans: size did influence the organisation of their interior space. Thus, it was sometimes necessary to recede the peristyle, or even to sacrifice part of its *ambulacrum*, by narrowing it, but trying to keep its ordering function, as we observed in the ‘Casa da Lucerna da Mascara Trágica’, in *Complutum*. In some cases, this function even disappears completely, with the open space functioning not as a distributing element but only as a source of light and ventilation, e.g. in the ‘Casa 1’ and in the ‘Casa das Escadas’ of *Tongobriga*.

In order to build within a city, any owner had to abide by a set of rules, such as the size of the blocks, the rights of the neighbours, the size of the construction area or the presence of porticoes. These were some of the constraints that determined the characteristics of the houses, as the particularities of the city defined the constructional freedom of the owners. As we have seen, in *Conimbriga*, there were no space limitations or obstructions imposed by the neighbourhood, which enabled the construction of great *domus* composed of a succession of open spaces meant to fulfil the cultural standards of their owners. The only major constraint, skilfully overcome by the architects, was the irregular nature of the plot limits. In this sense, it is important to acknowledge that the Roman house should not be understood as a repetitive model, nor as a typology, but rather as a language and a lexicon embodied by different architectural solutions.

Thus, the Roman house, as a cultural artefact, can never be understood as a closed typology, but rather as a multiplicity of architectural solutions, the context being the defining element of the house itself and of its architectural design. The latter was determined by the specificities of the city, such as the topography itself or the urban grid, but also by the status and economic capacities of the owners (Beltrán Lloris and Mostalac Carrillo, 1994). On the other hand, there is no specific identity or model of the Roman house set in time and space, because dwellings underwent several reforms and trans-

formations over time, the houses of *Bracara Augusta* being a very clear example. As we have seen throughout this study, there is a huge diversity of constructional solutions with particularities that should be assessed in spatio-temporal terms, due to the heterogeneity of the cities and their elites. This can help understanding certain regional specificities, along with changes in paradigms, ideologies, ways of living, or the simple tastes of owners and architects, all of which had the ability to influence the characteristics of the changes undergone by houses over time.

Studies of domestic architecture should strive to understand the Roman house in its context, but also all its aesthetics, decoration and, whenever possible, the patterns of behaviour, religiosity and economic activities of the head of the household, since the dwelling can be understood as the seat of power of the paterfamilias, therefore serving as a political, cultural and religious centre. However, this line of research has to overcome some obstacles that are inherent to the interpretation of the functionality of the different spaces that shaped the dwellings. Actually, in most cases we are dealing with remains of constructions brought to light in the scope of Urban Archaeology. Therefore, unveiling and interpreting complete buildings is extremely difficult, as the truncated nature of the remains rarely enables the reconstitution of the complete plan of the original constructions, which is an indispensable condition to understanding the meaning of the architectural projects. On the other hand, the remains recovered during the excavations, which allow us to restore the plans of the dwelling spaces, are generally quite damaged and do not provide decorative indicators that might support a clear identification of the organic spaces of the houses, e.g. the floors or the wall paintings, which might shed some light on the functionality of certain spaces and on the economic, social and cultural status of the owners. However, despite all the constraints of Urban Archaeology, its remarkable contribution to what we know today about Roman provincial houses, which are complex organisms, permanently subject to change, is indisputable. An example of this importance is provided by the contributions of the excavations carried out in *Augusta Emerita* or in *Complutum* and *Bracara Augusta*, addressed in this study.

Based on the analysis of the domestic units of *Bracara Augusta* one can perceive the great diversity of architectural solutions that can be hidden under the concept of *domus*, which should be understood as a house of the urban elite, but not as a typological dwelling model. In this particular case we are dealing with a city whose original urban grid was composed of very regular square blocks, with the same dimensions and shapes, resulting in identical plots. In other words, plots with the same area available for construction. Therefore, the identified differences in terms of the layout and size of the compartments, which necessarily embodied functional intentions, can only be understood if we are dealing with families with different compositions, activities and financial resources. This reasoning is valid when we compare similar construction areas, be they

the totality of the blocks, with areas around one *actus*, i.e. when the construction of *domus* occupied the totality of the blocks, or lots corresponding to a half block, a situation occurring in several places.

Thus, one can assume that there is a clear distinction in the number of plots that could be acquired by the owners, and the size of the built-up areas definitely provides information on the status and importance of their owners. The ability of the house to project the status of its owner can also be seen in the known reforms that took place at the end of the 3rd /beginning of the 4th centuries and which affected all houses known to date in *Bracara Augusta*. A great investment in the *domus* can be traced back to this period, leading to a clear monumentalisation of domestic spaces, through the construction of private baths, the renovation of stucco and paving, the use of marbles and the construction of large reception and banqueting spaces. The recurrent investment in the architecture and decorative programmes of the *domus*, which also characterises other cities in Hispania, seems to define a common and specific language of the urban aristocracy. Moreover, it seemingly emerges in the scope of a new economic and social order associated with the emergence of a more hierarchical society, a clear consequence of the 3rd century crisis and the subsequent reforms of the 4th century.

Throughout the 5th century there is a process of functional and social transformation of the house that marks the end of the *domus* as a single-family elite house, which of course does not mean that the houses were razed to the ground. Quite the contrary. What we see is that there is a shift in the type of occupation of these houses, now used by different families, which determines a different functional logic, no longer characterized their use as a space of representation centred on the peristyle. This change in the planimetric structure of the housing units seems to define a new way of inhabiting them and, naturally, a new residential model, characterised by the abandonment of the peristyle as the core of the house, which clearly indicates the end of the *domus* and the emergence of a new way of structuring the spaces. All these changes seem to be linked to the changes that affected the political framework of the Iberian Peninsula at the beginning of the 5th century. But also to a new, emerging social framework associated with the economic decline of the urban elites, who were no longer able to keep running the luxurious houses that had constituted the main settings for the representation of power in the cities of the 4th century.

PRINTED SOURCES

Pliny the Younger. *Letters*, Volume I, books 1-7. Betty Radice (trad.) (1969). Loeb Classical Library 55, Harvard University Press.

Vitruvius, *On Architecture VI-X*. Frank Granger (trad.) (1934) Loeb Classical Library 280, Harvard University Press.

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

AAVV (1991) – *La casa urbana hispanorromana: ponencias y comunicaciones*, Congreso sobre la Casa – Urbana Hispanorromana, Zaragoza, Institución Fernando el Católico.

ALARÇAO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*, Mem Martins: Publicações Europa-América Lda.

ALARÇAO, J. (1990) – *Portugal. Das origens à romanização*. In Serrão, J. e Marques, O. (dir.) *Nova História de Portugal*, Vol. I, Presença, Lisboa.

ALLISON, P. M. (2002) – *Pompeian households: an analysis of the material culture*, Los Angeles, California.

AMPOLO, C.; CARANDINI, A.; PUCCI, G. e PENSABENE, P. (1971) – La villa del Casale a Piazza Armerina. Problemi, saggi stratigrafici ed altre ricerche, *Mélanges de l'Ecole française de Rome*, 83(1), pp. 141-281.

ANGUSSOLA, A. (2010) – *Intimità a Pompei: riservatezza, condivisione e prestigio negli ambienti ad alcova di Pompei* (Vol. 8), Itália, Walter de Gruyter.

BEK, L. (1986) – Quaectiones conviviales: The Idea of the Triclinium and the Staging of Convivial Ceremony from Rome to Byzantium, *Analecta romana Instituti danici*, 12, pp. 83-107.

BELTRÁN LLORIS, M. e MOSTALAC CARRILLO, A. (1994) – *Colonia Victrix Iulia Lepida-Celsa II: Estratigrafía y pinturas*, Zaragoza, Institución Fernando El Católico.

COARELLI, F. (1983) – Architettura sacra e architettura privata nella tarda repubblica, In *Architecture e société, Collection de l'Ecole française de Rome*, 66: pp. 191-217.

CORRALES ÁLVAREZ, Á. (2014) – *La arquitectura doméstica de Augusta Emerita*, Tese de Doutoramento, Universidade da Extremadura, Cáceres.

CORREIA, V. (2010) – *A Arquitectura Doméstica de Conímbriga e as Estruturas Económicas e Sociais da Cidade Romana*, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra.

CORTÉS VICENTE, A. (2009) – *L'arquitectura domèstica de les ciutats romanes de Catalunya*. Tese de Doutoramento, Ciències de l'Antiguitat i de l'Edat Mitjana, Universitat Autònoma de Barcelona – Institut Català d'Arqueologia Clàssica, Tarragona.

CRIBIORE, R. (2015) – Multifunctionality of spaces in a Late Roman house in Egypt, In Tuori, K. e Nissin, L. (eds.), *Public and Private in the Roman House and Society, Journal of Roman Archaeology Supplementary*, Series 102, Rhode Island, Portsmouth: pp. 149-159.

CROOK, J. (1955) – *Consilium Principis*, Cambridge.

DIAS, L. (1997) – *Tongobriga*, Lisboa, IPPAR.

DICKMANN, J. (1999) – *Domus frequentata. Anspruchvolles Wohnen im pompejanischen Stadthaus, Studien zur antiken Stadt* 4, München.

- DUBOULOUZ, J. e ROBERT, R. (2016) – Les banquets publics à la fin de la République: usages sociaux, espaces et représentation, *Dialogues d'histoire ancienne*, vol. 42, no 2, pp. 59-84.
- DUNBABIN, K. M. (1996) – Convivial spaces: dining and entertainment in the Roman villa, *Journal of Roman Archaeology*, 9, 66-80.
- FERNÁNDEZ OCHOA, C.; GARCÍA ENTERO, V. e GIL SENDINO, F.(eds.) (2008) – *Las "villae" tardorromanas en el Occidente del Imperio: Arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Gijón, Ediciones Trea.
- GLARE, P. (2012) – *Oxford Latin Dictionary, 2nd edition*, Reino Unido, Oxford University Press.
- GÓMEZ RODRÍGUEZ, Á. (2006) – *La arquitectura doméstica urbana en época romana en la Provincia Baetica*, Tesis de Doctorado en: Historia, Universidad de Huelva, Departamento de Historia I, Huelva [<http://hdl.handle.net/10272/2870>]
- GRAHAME, M. (1997) – Public and private in the Roman house: investigating the social order of the Casa del Fauno, In Laurence, R. e Wallace-Hadrill, A. (eds.), *Domestic space in the Roman world: Pompeii and beyond, Portsmouth R.I., Journal of Roman Archaeology Supplementary*, series nº 22: pp. 137-165.
- GRAHAME, M. (1999) – Reading the Roman House: The Social Interpretation of Spatial Order, In Leslie, A. (ed.), *Theoretical Roman Archaeology and Architecture: The Third Conference Proceedings*, Glasgow, Cruithne Press, pp. 48-74.
- GROS, P. (2001) – L'habitat dans les provinces occidentales, In Nicolini, G. (dir.), *L'Architecture Romaine, du début du IIIe siècle avant J-C à la fin du Haut-Empire, Maisons, palais, villas et tombeaux*, Vol.2, Chapitre 3, Les Manueles D'art et D'Archéologie Antique, Éditiones A. Et J. Picard, Paris, pp.136-213
- HABINEK, T. e SCHIESARO, A. (1998) – *The Roman Cultural Revolution*, Cambridge, Cambridge University Press.
- JASHEMSKI, W. (1979) – *The Gardens of Pompeii, Herculaneum, and the Villas Destroyed by Vesuvius*, 2 vols, Vol. 1, New Rochelle, Caratzas Brothers Publishers.
- KRAUSE, C. (2003) – *Villa Jovis. Die Residenz des Tiberius auf Capri*, Zabern, Mainz.
- LAURENCE, R. (1994) – *Roman Pompeii: Space and Society*, London, Routledge
- MAGALHÃES, F. (2010) – *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*, Tese de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- MAR, R. (2008) – La construcción pública en las ciudades Hispanas. Los agentes de la construcción. In Camporeale, S. et alii, *Arqueología de la construcción I. Los procesos constructivos en el mundo romano: Italia y las provincias occidentales*. Actas del Workshop do mesmo nome, Mérida.
- MAR, R. e RUIZ DE ARBULO, J. (1993) – *Ampurias romana. História, arquitectura y arqueología*, Sabadell, Ed. Ausa.
- MAR, R. e VERDE, G. (2008) – Las villas romanas tardoantiguas: cuestiones de tipología arquitectónica, In Fernández Ochoa, C., García-Enterro, V. e Gil Sendino, F. (eds.), *Las villae tardorromanas en el occidente del Imperio: arquitectura y función*. IV Coloquio Internacional de Arqueología en Gijón, Espanha, pp. 49-83.
- MARTINS, M. (1997/98) – A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, 14 /15, Série II, Braga, pp. 23-45.

- MAU, A. (1908) – *Pompeji in Leben und Kunst*, Leipzig.
- NICOLET, C. (1976) – *Le métier de citoyen dans la Rome républicaine*, Gallimard.
- NIELSEN, I. (1999) – *Hellenistic Palaces: Tradition and Renewal*, Aarhus University Press.
- NISSEN, H. (1877) – *Pompejanische Studien zur Stadtkunde des Altertums*, Leipzig.
- PESANDO, F. (1997) – *Domus. Edilizia privata e società pompeiana fra III e I secolo a.C.*, Roma.
- PESSOA, M. (2005) – Contributo para o estudo dos mosaicos romanos no território das civitates de Aeminium e de Conimbriga, Portugal, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 8, número 2, pp. 363-401.
- RIBEIRO, J. (2010) – *A Arquitectura romana de Bracara Augusta. Uma análise das técnicas edilícias*, Tese de Doutoramento (policopiada), Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- RIGGSBY, A. (1977) – Public and Private in Roman Culture: the case of the cubiculum, *JRA*, n. 10, pp. 36-56.
- TAMM, B. (1973) – *Some notes on roman houses*, *Opuscula Romana*, IX, pp. 53-60.
- URIBE AGUDO, P. (2008) – *La edilicia doméstica urbana romana en el Nordeste de la Península Ibérica* (séc. I a.C. – III d. C.), Tese de Doutoramento, Universidad de Zaragoza, Zaragoza
- VEYNE, P. (1991) – Vie de Trimalcion, In *La société romaine*, Paris, pp. 13-87.
- VON STACKELBERG, K. (2009) – *The Roman Garden: Space, Sense, and Society*, Routledge Monographs in Classical Studies, London/New York, Routledge.
- WALLACE-HADRILL, A. (1994) – Houses and society in Pompeii and Herculaneum, New Jersey.
- WALLACE-HADRILL, A. (2008) – *Rome's Cultural Revolution*, Cambridge/New York, Cambridge University Press.
- WALLACE-HADRILL, A. (2015) – What makes a Roman House a “Roman House”? , in Tuori, K. and Nissin, L. (eds.), *Public and Private in the Roman House and Society*, *Journal of Roman Archaeology Supplementary*, Series 102, Rhode Island, Portsmouth, pp. 177-186.
- ZACCARIA RUGGIU, A. (1995) – *Spazio privato e spazio pubblico nella città romana*, Roma, École Française de Rome.
- ZACCARIA RUGGIU, A. (2001) – Abbinamento triclinium-cubiculum: Un’ipotesi interpretativa, In Verzar-Bass, M. (ed.), *Abitare in Cisalpina. L’edilizia privata nelle città e nel territorio in età romana*, Trieste, Editreg, pp. 59-101.

